

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CELINA FIAMONCINI

EM DEFESA DA SAÚDE E DO AMPARO:
IMIGRANTES PORTUGUESES EM CURITIBA (1898 – 1930)

CURITIBA
2011

CELINA FIAMONCINI

EM DEFESA DA SAÚDE E DO AMPARO:
IMIGRANTES PORTUGUESES EM CURITIBA (1898 – 1930)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de mestre em História.
Programa de Pós-Graduação em História, Setor
de Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal do Paraná.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Roseli Boschilia

CURITIBA
2011

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Fiamoncini, Celina

Em defesa da saúde e do amparo: imigrantes portugueses em Curitiba (1898-1930) / Celina Fiamoncini. – Curitiba, 2011. 146 f.

Orientadora: Profª. Drª. Roseli Boschilia

Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Portugueses – Curitiba (PR) – 1898-1930. 2. Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro – (Curitiba (PR)). 3. Hospitais filantrópicos – Imigrantes – Curitiba (PR). I. Título.

CDD 325.24690981621



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil,
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Celina Fiamoncini, intitulada: **Em defesa da saúde e do amparo: imigrantes portugueses em Curitiba (1898-1930)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Amovação, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, dezesseis de março de dois mil e onze.

Profª Drª Roseli Terezinha Boschilia (Orientadora)
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Vitor Manoel Marques da Fonseca (UFF)
1º Examinador

Prof. Dr. Roberto Edgar Lamb (UEPG)
2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço à todas as entidades citadas ao longo desse trabalho, que me permitiram acessar seus documentos históricos, tornando esse trabalho possível.

Faço um agradecimento especial à Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro, na figura de seu presidente, Sr. Amilcar Silva, por sua disposição em nos permitir consultar a documentação dessa instituição.

Agradeço à minha família e amigos pelo apoio.

Agradeço aos colegas de mestrado, pela troca de idéias.

Agradeço à CAPES E CNPQ pelas bolsas concedidas, que possibilitaram uma maior dedicação ao trabalho de pesquisa.

Agradeço as professoras que participaram de minha banca de qualificação, Maria Luiza Andreazza e Andrea Doré, pela contribuição com idéias valiosas para o desenvolvimento desse trabalho.

Finalmente, gostaria de fazer um agradecimento em especial à minha orientadora, professora Roseli Boschilia, sem a qual esse trabalho jamais teria se realizado.

Obrigada pela paciência e pela orientação desde os tempos de graduação.

“Colônia, a própria palavra já diz, é um agrupamento como entre aves e os animais que ficam juntos para se defenderem e trabalham em grupo para construir, como as abelhas e formigas.”

Trecho de um depoimento de um filho de um imigrantes português que participou da fundação do Hospital Santa Cruz em Niterói, à historiadora Ismênia de Lima Martins.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar os motivos pelos quais o projeto dos imigrantes portugueses radicados na cidade de Curitiba no final do século XIX e começo do século XX de construção de um hospital de beneficência não se efetivou a despeito de ter recebido apoio da sociedade local. Para responder a essa problemática foram analisadas fontes históricas produzidas pela Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro, constituída nessa cidade em 1878, documentos da Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1856, e também o Album da Colonia Portuguesa do Brasil, publicado em 1929. Para compreender a atuação desses imigrantes nesse espaço foram utilizados os conceitos de representação, de Georges Balandier e o conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu. O objetivo é compreender quais as estratégias utilizadas por esses indivíduos para a promoção da saúde e amparo aos seus compatriotas mais pobres, partindo do pressuposto que essa prática é uma tradição portuguesa que esses imigrantes tentam reproduzir em suas sociedades de acolhimento, adaptando-as a um espaço geográfico e temporal totalmente diversos daquele que lhe deram origem.

Palavras chave: Imigração portuguesa, saúde, amparo, representação, poder simbólico.

ABSTRACT

This work focuses on the Portuguese settled in the city of Curitiba in the period between 1898 and 1930. seeking to analyze the strategies adopted by the economically successful immigrants in favor of poorer compatriots who came to town looking for work. This practice was based in the Portuguese tradition of valuing charity that these immigrants tried to reproduce into their host societies. Thus, the role of the benefactor group, linked to the Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro, created in 1878, was linked to the establishment of policies and material support in defense of the health of needy immigrants. But despite the efforts, one of the main goals set by the group, which was to build a charity hospital never materialized. Reflect on the reasons that prevented the achievement of this objective is the goal of this research. Therefore, we analyzed not only the historical sources produced by the Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro, but also documents of the Santa Casa de Misericórdia, founded in 1856, and the Album da Colônia Portuguesa no Brasil, published in 1929. As a theoretical framework to analyze the actions of these immigrants in this space were used the representation concepts, Georges Balandier and the concept of symbolic power of Pierre Bourdieu.

Keywords: Portuguese immigration, health, assistance, representation, symbolic power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 ASSISTÊNCIA À SAÚDE E AMPARO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE O CASO DE PORTUGAL	17
1.1 JUSTIÇA, MISERICÓRDIA, CARIDADE E FILANTROPIA: UMA BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA	18
1.2 A ASSISTÊNCIA MODERNA: AS MISERICÓRDIAS EM PORTUGAL	24
1.2.1 Fundação	24
1.2.2 Compromissos	26
1.2.3 Expansão das Misericórdias pelo Império Português	29
1.3 A ASSISTÊNCIA À SAÚDE NA COLÔNIA PORTUGUESA DA AMÉRICA	38
1.3.1 O papel das sociedades portuguesas no amparo aos imigrantes	43
2 SAÚDE E AMPARO EM CURITIBA NO FINAL DO SÉCULO XIX: A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E A SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE PRIMEIRO DE DEZEMBRO	51
2.1 QUASE SEMPRE SOZINHOS EM BUSCA DE TRABALHO: A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL	53
2.1.1 Um local pouco conhecido em Portugal: o território paranaense no século XIX	61
2.2 EM BUSCA DE TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS	68
2.2.1 Demarcando espaços: A Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro	69
2.2.2 A tradição do amparo: A Santa Casa de Misericórdia de Curitiba ...	73
2.2.3 Novos Rumos	86
3 A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO-IDENTITÁRIO: A UNIDADE E O AMPARO COMO META	93
3.1 QUEM SOMOS NÓS? A CONSTRUÇÃO DE UM AUTORRETRATO: O ALBUM DA COLÔNIA PORTUGUESA NO BRASIL, 1929	94
3.1.1 O grupo português no Brasil e o interesse de promover uma “visão única de sua identidade”	102
3.1.2 “Visão idêntica de sua unidade”: os projetos unificadores da colônia portuguesa no Brasil	105

3.1.3 Os portugueses de Curitiba nas páginas do Album	109
3.2 A DESUNIÃO ENFRAQUECE – DIVERGÊNCIAS NO INTERIOR DA SPBPD	111
3.2.2 Caminhando juntos: a busca pela equiparação ao modelo de benemerência - assistência e identidade	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	136

INTRODUÇÃO

O historiador inglês Christopher Hill, na introdução de sua obra 'O Mundo de Ponta Cabeça: Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640', afirma que "os historiadores se interessam pelas idéias não apenas porque elas influenciam as sociedades, mas também porque são reveladoras das sociedades que as originaram" (HILL, 1987:35).

Início a introdução com essa frase, pois foi justamente ela que norteou este trabalho: a de que importantes informações podem ser extraídas a partir da análise de idéias que não chegaram a ser concretizadas, de projetos que não se efetivaram. As dificuldades enfrentadas na materialização de um projeto muitas vezes podem mesmo ser mais "reveladoras das sociedades que as originaram" do que o produto final dessas idéias. Neste trabalho iremos falar a respeito de um projeto que não se efetivou: a construção de um hospital de beneficência pelos imigrantes portugueses¹ radicados em Curitiba no final do século XIX e início do século XX.

Antes de falar mais sobre esse objeto, no entanto, gostaria de relatar o caminho que levou minha pesquisa em direção a essa problemática.

A pesquisa exposta nessa dissertação teve início antes mesmo de meu ingresso no Mestrado. Ela iniciou-se no terceiro ano do meu curso de graduação, realizado na Universidade Federal do Paraná, entre 2005 e 2008. Em 2007 candidatei-me a uma bolsa de Iniciação Científica com a Professora Roseli Boschilia, que a essa altura desenvolvia uma pesquisa acerca dos imigrantes portugueses que se instalaram na cidade de Curitiba no século XIX.

¹ Antes de mais nada gostaria de esclarecer o uso de três expressões amplamente utilizadas ao longo desse trabalho. Quando me refiro aos nascidos em Portugal utilizarei as expressões imigrantes portugueses e/ou portugueses. O termo luso-brasileiro é utilizado para fazer referência aos filhos desses imigrantes, nascidos já no Brasil. O termo brasileiros é utilizado para se referir aos naturais da terra, ou seja, descendentes de indígenas, que podem ou não ter ascendência portuguesa, mas cujos traços característicos da cultura lusitana mostram-se amenizados devido a interação de longa data com os naturais da terra.

Seu foco, naquele momento, eram os lusos que se associaram à Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro (SPBPD), fundada na capital paranaense em 1878.

A relevância dessa pesquisa se evidenciava pelo fato de que, a despeito de existirem muitos trabalhos historiográficos sobre a presença portuguesa no Brasil, grande parte deles abordava a questão a partir de um ponto de vista colonizador, não imigrantista. Assim, em que pese o fato de, a partir da década de 1980 e, sobretudo, na de 1990, terem começado a surgir trabalhos que abordavam o tema a partir de uma perspectiva imigrantista, ainda no início da década de 2000 esses trabalhos eram raros. Sobre a presença desse grupo no espaço curitibano, em especial, também era diminuta a produção acadêmica. A primeira associação fundada por esses imigrantes em Curitiba, a Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro, por exemplo, ainda não havia sido explorada sob uma perspectiva historiográfica.

Essas pesquisas já realizadas sobre a imigração portuguesa em outras cidades e estados brasileiros mostravam uma preferência desse grupo pelas atividades urbanas e comerciais, em detrimento das atividades rurais, para as quais se encaminhava grande parte do contingente estrangeiro que chegou ao país durante o século XIX. Partindo desse pressuposto, minha orientadora me propôs uma pesquisa na qual, utilizando-me dos anúncios comerciais publicados pelos associados SPBPD nos periódicos de Curitiba, durante o final de século XIX, pudéssemos investigar se essa preferência pelo comércio repetiu-se nessa cidade. A pesquisa não apenas confirmou o padrão, como apontou para alguns aspectos peculiares que não puderam ser explorados naquele momento e foram “arquivados” para se transformarem no projeto de pesquisa atual.

Cruzando as informações recolhidas nos anúncios comerciais com os dados das fontes da SPBPD e dos Livros de Impostos e Alvarás, produzidos pelo poder público de Curitiba, dois aspectos chamaram, especialmente, a nossa atenção: o intenso envolvimento dos portugueses no comércio de medicamentos e as estratégias utilizadas pelo grupo para manter a hegemonia no comércio da capital paranaense.

Diversas fontes históricas, já analisadas pela historiografia brasileira, apontam para uma primazia dos portugueses na detenção das casas comerciais durante todo o período colonial. No entanto, com o desenvolvimento do núcleo urbano curitibano, a área rural ao seu redor foi aos poucos sendo incorporada e, concomitantemente, imigrantes de outras nacionalidades passaram a abandonar suas atividades agrícolas e se voltaram para o comércio, o que teria ameaçado a primazia do grupo português. Os lusos residentes na cidade sentiram a concorrência e passaram a se organizar de forma a proteger-se enquanto grupo. Um dos indícios que nos permitem essa afirmação é a própria data de fundação da SPBPD, 1878, justamente no auge da chegada dos grupos imigrantes de outras nacionalidades. Assim, embora estivessem presentes na cidade já há muito tempo, apenas nesse momento sentiram a necessidade de demarcar seu espaço identitário e estabelecer estratégias que permitissem a eles manter a hegemonia no comércio curitibano.

Anúncios publicados nos periódicos curitibanos no final do século XIX demonstraram uma interessante estratégia por eles utilizada para atingir o objetivo de manter sua hegemonia comercial: a formação de sociedades comerciais entre compatriotas. São vários os anúncios publicados comunicando de criação de casas de comércio entre sócios portugueses. Via de regra, a sociedade era composta por um imigrante português já estabelecido no comércio da cidade e outro recém-chegado. A partir dessa estratégia, além de estabelecer laços que promoviam a coesão do grupo, a possibilidade de se manterem como proprietários da maior parte das casas comerciais aumentava. Ao mesmo tempo, esse era um dos mecanismos utilizados pelo grupo visando inserir os imigrantes recém-chegados na sociedade curitibana. Desse modo, garantiam aos recém-chegados condições mínimas de sobrevivência, evitavam a perda de prestígio e o risco de serem associados à pobreza ou até mesmo à criminalidade.

Essa pesquisa também nos revelou que, mesmo que o grupo português estivesse envolvido em praticamente todas as áreas do comércio – desde alimentos até ferragens – sua área de maior atuação era a farmacêutica, que englobava tanto a venda de medicamentos como também de cosméticos.

Dentre os maiores e mais ativos comerciantes associados à SPBPD, praticamente todos eles eram donos de farmácias ou importadores de mercadorias ligadas ao ramo farmacêutico. Se juntarmos a isso o fato de a Sociedade Portuguesa ser uma entidade de caráter eminentemente beneficente, voltada, sobretudo, à promoção da saúde e amparo² dos seus associados, podemos inferir que esse grupo tinha uma atuação ampla na sociedade curitibana do período, no que diz respeito à área da saúde. Além de estarem diretamente envolvidos no ramo do comércio de medicamentos, eles tinham também uma forte preocupação com as condições de saúde dos compatriotas mais pobres. Essa relação do grupo português com a área da saúde, portanto, acabou por direcionar minha pesquisa.

No começo do século XX, o grupo que integrava a diretoria da SPBPD propôs que eles unissem esforços com vistas à construção de um hospital na cidade. As doenças respiratórias e a proliferação de epidemias eram frequentes no período, devido à falta de estrutura sanitária, comum a tantas cidades em formação. Embora, segundo os documentos históricos, contasse com a aprovação unânime entre os associados, esse projeto não chegou a sair do papel. Mesmo a doação de um terreno, realizada pela Baronesa do Serro Azul, importante personalidade curitibana do período, para a construção do edifício que deveria servir de hospital, não foi suficiente para alavancar o projeto.

Refletindo acerca da não-realização desse projeto foi que surgiu a problemática que pretendo responder ao longo de minha dissertação de mestrado: por que, a despeito de todo interesse, esforços e apoio recebido, o projeto de construção de um hospital português de beneficência curitibano não conseguiu efetivar-se, como ocorreu em várias outras cidades brasileiras? Assim, contrariando a idéia de que a história é feita de ações e movimento, me propus a analisar algo que não aconteceu, com a intenção de, a partir desse ponto de vista, demonstrar o contexto em que estavam inseridos esses

² O termo “amparo” será utilizado neste trabalho no sentido de ação voltada a proporcionar meios para a sobrevivência, no que diz respeito à integridade física, emocional e psicológica do indivíduo. Observaremos que mais do que apenas oferecer tratamento médico, os portugueses estiveram envolvidos em atividades que visavam à integração do grupo e manutenção das tradições, criando dessa forma um espaço simbólico de acolhimento que visava minimizar a saudade ou sofrimento pela distância da pátria natal.

imigrantes portugueses que viveram em Curitiba durante o século XIX, a partir dos entraves que se colocaram para o desenvolvimento desse projeto.

No entanto, ao longo do processo de levantamento das fontes, uma evidência importante surgiu: a despeito da não-construção de um hospital pelos portugueses residentes em Curitiba, isso não significou que eles tivessem se distanciado do projeto de construção de *um* hospital. Evidências que serão discutidas ao longo desse trabalho apontam para o envolvimento direto de portugueses, vinculados ou não à SPBPD, na construção, manutenção e administração da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Essa instituição foi construída, reconstruída e reformada no período que se estendeu entre o final do século XIX e início do século XX. Diante dessa nova informação, e da constatação de que, ainda que de forma parcial, eles efetivaram seu projeto de envolver-se na edificação de um hospital, mesmo que não exclusivamente construído e mantido por verba proveniente de seu grupo e nem administrado todo o tempo por um dos seus, uma nova problemática se colocou: compreender quais foram as estratégias desse grupo para envolver-se no projeto de construção de uma casa de saúde na capital paranaense. Dessa forma, acredito, a primeira problemática (por que eles não conseguiram efetivar a construção do hospital) será também englobada na pesquisa, porém o resultado final será mais amplo, levando o estudo para além dos portugueses, ao focar suas relações com outras pessoas que uniram esforços para tentar sanar os problemas de saúde na Curitiba do final do século XIX e início do século XX.

Para responder a essa problemática, esse trabalho foi dividido em 3 capítulos. No primeiro deles, intitulado Assistência à saúde e promoção do amparo: uma perspectiva histórica sobre o caso de Portugal, procuro dialogar com a historiografia que aponta para uma tradição portuguesa no que diz respeito à promoção da saúde. Embora o modelo associativo que deu origem às Beneficências Portuguesas seja creditado ao surgimento das Misericórdias em Portugal no século XV, é possível buscar as raízes dessa prática ainda mais cedo, com o surgimento de confrarias na Idade Média. Enquanto associações voltadas para a prática da caridade cristã, essas irmandades

tinham por objetivo ajudar aos que necessitavam, sobretudo quando lhes faltava a saúde.

Partindo de Portugal continental, essa prática disseminou-se com a expansão portuguesa. Nas novas terras, as Misericórdias foram, aos poucos, englobando outras funções que não apenas as relacionadas à saúde. Esses espaços passaram a acumular também a função de mantenedoras da cultura e práticas portuguesas, característica que se evidenciou ainda mais com a independência do Brasil e o surgimento das Sociedades Portuguesas. Nesse período surgiram os Gabinetes de Leitura, que, conforme a historiografia³ nos aponta, teriam como um de seus principais objetivos reunir obras de exaltação dos portugueses, destacando seu papel de colonizadores e portadores da civilidade que eles levaram aos que ainda não haviam alcançado tal grau de desenvolvimento. Também é desse período a construção dos grandes Hospitais de Beneficência, como os de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Na tentativa de seguir esse mesmo modelo, os portugueses radicados em outras cidades, como Curitiba, um local com número reduzido de imigrantes, se comparada a outros núcleos urbanos, também buscaram igualmente criar gabinetes e hospitais. Contudo, o resultado de seus esforços nem sempre foram os mesmos dos centros urbanos mais desenvolvidos àquela altura.

Após essa breve retomada histórica sobre o caminho que seguiu a promoção da saúde e amparo a partir de Portugal, busco analisar, no segundo capítulo, intitulado Saúde e Amparo em Curitiba no Final do Século XIX: A Santa Casa de Misericórdia e a Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro, as estratégias elaboradas pelos imigrantes portugueses vinculados à Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro para promoção da saúde aos compatriotas mais pobres na cidade de Curitiba no final do século

³ Sobre isso ver o trabalho de CHAVES, L. P. **“Honremos a pátria senhores!”** As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elite na província de São Pedro do Rio Grande (1854 – 1910). 338 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007. Disponível em: www.ufpel.tche.br/cic/2007/cd/pdf/LA/LA_00619.pdf. Acesso em: 01/05/2009.

XIX e início do século XX. Partindo do indicado no primeiro capítulo, de que esse amparo à saúde é uma tradição portuguesa que remonta à fundação das Misericórdias em Portugal no século XV, e se reproduziu no Brasil devido ao desejo dos imigrantes em mantê-la em sua sociedade de acolhimento, esse capítulo inicia-se com a análise dos fatores de repulsão que os levaram a sair de sua terra natal, espalhando suas práticas culturais pelos locais para os quais se dirigiram. São também apontados os fatores pelos quais alguns desses imigrantes, ao chegarem ao Brasil, optavam por núcleos urbanos menores, como era o caso de Curitiba se comparada a São Paulo ou ao Rio de Janeiro.

Em Curitiba, por meio da Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro, buscaram organizar sua ação, estratégia na qual a Santa Casa de Misericórdia, acabou demonstrando-se como uma opção para que cumprissem os objetivos aos que se propuseram: de amparar os compatriotas pobres em casos de problemas de saúde. Mais do que utilizar os serviços do hospital, no entanto, os portugueses acabaram por envolver-se em sua administração e manutenção. É essa associação entre as duas entidades que busco analisar na segunda parte desse capítulo.

Finalmente, no terceiro capítulo, intitulado “A construção de um projeto político-identitário: a unidade e o amparo como meta”, busco compreender os entraves que surgiram para efetivação do projeto de construção do hospital. Para isso, parto da situação dos portugueses no Brasil do século XIX, com o objetivo de compreender as diferentes situações pelas quais passavam. Para fazer essa análise, utilizo como fonte, primeiramente, o Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil, confeccionado a partir da segunda metade da década de 1920 e publicado em 1929 para representar a colônia portuguesa do Brasil na Exposição de Sevilha.

Partindo da constatação de que esse projeto busca retratar a união desses indivíduos no Brasil, utilizarei os conceitos de representação e oficialização de Bourdieu. Para esse autor, a *oficialização da representação* torna o grupo visível não apenas para os outros grupos, mas também para si próprio, numa perspectiva de reconhecimento. Tomo este ato como uma

estratégia, ainda segundo a definição de Bourdieu, cujo objetivo final seria o de manipular a imagem mental, tanto interna quanto externa desse grupo, de forma a facilitar a conquista de interesses materiais ou simbólicos de seus portadores. Dessa forma, eles poderiam reforçar o seu *poder simbólico*. A idéia de unidade, portanto, teria ao final a intenção de passar a mensagem de força e, dessa forma, mantê-los em posição de detentores de um poder simbólico.

Para manter essa imagem, entendo que eles recorreram a formas teatralizadas de se fazerem representar, utilizando também elementos simbólicos cujo objetivo era o de tocar a quem os via, como a utilização de símbolos da mãe-pátria e a construção de edifícios ou a posse de móveis e outros símbolos materiais que tivessem como fator distintivo a grandiosidade, a capacidade de tocar emocionalmente quem os observasse.

Após a análise da imagem que buscavam passar de si próprios, busco contemplar o que não está exposto com alarde, o que pode ser lido apenas nas entrelinhas, mas que será de fato relevante para resolver a problemática dessa pesquisa. A análise, portanto, dos artigos publicados no Álbum com letras discretas, entre páginas que não tratam de nenhum assunto específico, além de palavras perdidas em meio aos artigos, direcionam para um questionamento dessa unidade exposta, desmontando, aos poucos, a imagem deixada por esse grupo de que a união entre eles possibilitou o empreendimento de obras tão grandiosas (como a edificação de hospitais), fosse em Portugal ou no Brasil.

Em relação ao grupo radicado em Curitiba, é possível perceber uma semelhança com o contexto nacional, tanto no que diz respeito à imagem que eles pretendiam passar como no que efetivamente ocorria no interior desse grupo. Também em Curitiba – os conflitos, as discordâncias, os problemas, quando retratados, apenas o são de forma superficial: os motivos e as consequências nunca são explicitados, mostrando-se apenas nas entrelinhas e por meio do cruzamento de diversas fontes diferentes, que mostram a movimentação desse grupo. Dificuldades financeiras são frequentemente citadas e constantes reformulações no estatuto da associação curitibana, que diz respeito à assistência à saúde (limitações que se tornaram cada vez mais visíveis) apontam para uma possível explicação do motivo pelo qual a SPBPD não conseguiu levar a cabo o projeto de erigir seu próprio hospital.

A persistência dessa idéia, por décadas, no entanto, pode revelar muito mais sobre esse grupo do que seu desejo de amparar seus compatriotas em casos de problemas de saúde. Pode revelar, dentre outros pequenos detalhes, o desejo de manter uma tradição, o desejo do grupo português em Curitiba de se equiparar aos grupos portugueses das maiores cidades do Brasil, o desejo de se destacar em sua sociedade de acolhimento e, dessa forma, ampliar o poder simbólico de que eram portadores, e, evidentemente, auxiliar os portugueses que necessitassem de apoio.

1 ASSISTÊNCIA À SAÚDE E AMPARO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE O CASO DE PORTUGAL

“... pois o Brasil deve tanto a Portugal que não poderia deixar de dever-lhe também os fundamentos da sua obra assistencial.”

Ernesto de Souza Campos

Caridade é um conceito de origem grega, que foi apropriado pelo cristianismo e tornou-se central à sua filosofia. A partir do século XIII, a prática caritativa começou a ser institucionalizada em toda a Europa católica, com associações, grupos e irmandades disseminando-se por todo o continente.

A hipótese levantada nesse capítulo é a de que as associações de beneficência e/ou ajuda mútua, criadas por imigrantes portugueses no Brasil e demais colônias portuguesas, tiveram suas origens ligadas a essas associações criadas a partir do século XIII, das quais as Misericórdias, criadas em Portugal no Século XV, serão aqui tomadas como representantes.

Partindo dessa hipótese, o objetivo desse primeiro capítulo é o de retomar de forma breve a história da institucionalização da prática caritativa na Europa no período anterior ao século XV, quando surgiram as Misericórdias portuguesas.

Sobre as instituições de caridade criadas pelos portugueses no Brasil, foram também analisadas as transformações pelas quais elas passaram tanto no período colonial quanto após a independência. Espera-se com isso visualizar as rupturas e continuidades dentro dessas associações, com o objetivo de compreender de que forma os imigrantes portugueses instalados no Brasil do final do século XIX conseguiram manter essa tradição de criação de instituições caritativas em um contexto tão diverso do europeu do final da Idade Média.

1.1 JUSTIÇA, MISERICÓRDIA, CARIDADE E FILANTROPIA: UMA BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA

Consagrada como um princípio cristão, a idéia de misericórdia pode, no entanto, ser encontrada em fontes históricas anteriores ao nascimento de Jesus Cristo. Segundo o jurista Emir Couto Manjud Maluf, é possível encontrar ainda no Antigo Testamento referências a esse conceito, oriundo das palavras *dikaiosýne*, de origem grega, *tsédheq* e *tsedhaqáh*, de origem hebraica. Nesse contexto, os três termos teriam um significado semelhante, que remeteria à ideia de justiça, não relacionada porém a uma lei específica, mas sim a “uma constelação de elementos: veracidade, lealdade, compaixão, misericórdia, bondade, dentre outros” (MALUF, 2006:6). Dessa forma, misericórdia e justiça seriam conceitos diretamente relacionados.

Segundo esse autor, após o advento do catolicismo, os termos de origem judaica passaram a ser desprezados, e outros passaram a ser buscados para fundamentar a fé cristã. Recorreu-se para isso ao idioma grego, gerando o que Maluf descreve como a “acomodação da metafísica dos gregos em sua estrutura [do cristianismo]” (MALUF, 2006:6). Nesse contexto surgiu a teologia cristã de Santo Agostinho (354 – 430), de bases platônicas e neoplatônicas, conciliando o pensamento teológico grego com aspectos jurídicos, políticos e sociais de seu tempo. Para ele, “qualquer ação em harmonia com a vontade de Deus devia ser motivada por amor a ele e ao próximo como condição para ser declarada *justa*” (MALUF, 2006:6).

Por ter o catolicismo, em alguns locais, se sobreposto à religião judaica e mesmo às reminiscências da cultura grega, é comum atribuir, portanto, a prática da caridade aos princípios católicos, desconsiderando sua existência anterior. É a essa caridade, já baseada nos princípios religiosos postos pelo cristianismo, que a historiadora Laima Mesgravis (1976: 19) imputa o amparo aos pobres, doentes, deficientes físicos, crianças e idosos abandonados no início na Idade Média. Segundo a autora, a prática da caridade dentro dessa doutrina religiosa caracterizou-se como um dos caminhos para a expiação dos

pecados, ou como uma moeda de troca na economia da salvação. Para Walber e Silva, a dinâmica dessa troca de caridade por salvação se daria da seguinte forma

o pobre pode, aceitando sua condição de pobreza, auxiliar os ricos para que esses pratiquem a caridade - a "suprema virtude cristã" - e obtenham assim a salvação. Dessa forma, os pobres também obteriam a sua própria salvação (Walber, Silva, 2005:4).

Assim, desde o advento da nova religião, os católicos se organizaram em grupos cujo objetivo era a prática da caridade por meio do amparo aos carentes. Essa prática, inicialmente voltada para o apoio aos convertidos, acabou por estender-se ao grupo considerado pagão. Esse atendimento dava-se, a princípio, sobretudo em períodos de crise, como no caso de guerras e epidemias. Segundo Mesgravis (1976: 21), esse pode ter sido, inclusive, um dos motivos que levaram à popularização da nova religião.

Com o avanço da Idade Média, a Igreja Católica e seus princípios norteadores se fortaleceram – nesse contexto, cuidar dos pobres e sofredores afirmou-se como uma das principais formas de demonstrar amor a Deus. Sobre isso, destaca a historiadora Isabel dos Guimarães Sá que

a própria existência dessas classes menos favorecidas não se regia pela idéia de que os indivíduos têm direito a determinadas condições materiais de existência ou de que os ricos tinham deveres para com os pobres: fazia parte de uma relação tripartida, que envolvia os doadores, os receptores e Deus (SÁ, 1997:17).

Dentro dessa lógica de pensamento, os *doadores* configuravam-se, portanto, como os maiores beneficiados com essa prática. Nessa mesma direção, Valentini Jr. e Vicente (1996:49) reafirmam que a caridade constitui-se,

como uma relação entre desiguais – *doadores e destinatários*⁴.

Se as bases ideológicas para a prática da caridade já estavam, portanto, postas desde o surgimento do catolicismo, foi com a concessão da liberdade aos seus cultos em 312 que foram criadas as formas institucionais para sua propagação (MESGRAVIS, 1976:22). Surgiram assim os *hospitais*, forma como eram denominadas as primeiras instituições cujo objetivo principal era a prática do amparo aos necessitados. Na França eram chamados de *Hôtel-Dieu* (ALVES, 2008:6). Em geral tinham múltiplas funções como cuidar dos leprosos ou servir de refúgio para os pobres e peregrinos; sendo que a função de abrigar se sobrepunha às demais, como o cuidado com a saúde. As instituições hospitalares se espalharam por toda a Europa católica, mantendo essas mesmas características.

Com as mudanças ocasionadas pelas invasões bárbaras e o fortalecimento da Igreja Católica, aos poucos as tarefas realizadas pelos hospitais foram sendo transferidas para os mosteiros. Devido à boa fama que essas instituições conseguiram obter, por sua prática caritativa, aumentaram progressivamente as doações por elas recebidas, efetuadas, sobretudo, por bárbaros convertidos, como forma de obter perdão por seus pecados (MESGRAVIS, 1976: 23).

Essa hegemonia dos mosteiros durou até cerca do século IX, especialmente na região central da Europa. Segundo Mesgravis, a centralização da assistência nos mosteiros e o enriquecimento pelo qual essa instituição passou levou a um desvirtuamento de seu objetivo primordial, de caráter religioso, sendo que

⁴ Essa característica manteve-se com o passar do tempo e, dessa forma, os termos doadores e destinatários podem ser utilizados também dentro do contexto do século XIX. Nesse contexto, no entanto, o perfil dos homens que poderia enquadrar-se na categoria de doadores deixa de ser apenas o de homens de muitas posses, adaptando-se a homens com traços distintivos dentro da sociedade à qual pertenciam. No caso do Brasil nesse período, os doadores poderiam ser também homens de grandes fortunas, mas poderiam ser também imigrantes com condições mínimas de sobrevivência e tempo disponível para doar a seus conterrâneos menos favorecidos, os destinatários.

a administração dos bens dos mosteiros, às vezes verdadeiros feudos, passou a ser concedida a nobres com ou sem posição na hierarquia eclesiástica, que os exploravam em benefício próprio sem atender a sua destinação inicial – a caridade (MESGRAVIS 1976: 24).

À medida que os mosteiros passavam por essa perda de credibilidade quanto à destinação das doações a eles feitas, surgiam na Europa algumas agremiações, juridicamente independentes da Igreja e formadas por leigos, como as corporações de ofício. O objetivo principal das corporações era regulamentar o exercício das profissões e estabelecer preços para os produtos fabricados. Porém, com o passar do tempo, essas agremiações começaram a praticar o mutualismo⁵ como forma de amparar seus membros que se encontrassem em situação de dificuldade. Como aconteceu com os agrupamentos dos primeiros cristãos, aos poucos elas deixaram de atender apenas a esse grupo específico e acabaram estendendo seu auxílio para a comunidade ao redor.

Dessas primeiras corporações originaram-se as confrarias. Guardavam com as primeiras as características de serem organizações coletivas, burguesas e urbanas; diferenciavam-se delas pelo fato de que desde o início atuaram junto a um grupo mais amplo da sociedade, não restringindo seu apoio a uma camada específica de trabalhadores. Também se diferenciavam das corporações, pois os seus princípios norteadores eram de caráter religioso. Elas tinham o objetivo explícito de praticar as 14 Obras da Misericórdia⁶

⁵ A principal característica do mutualismo é a criação de uma associação, normalmente ligadas a uma empresa, uma categoria profissional, a uma nacionalidade ou naturalidade (FONSECA, 2008:118), cujo objetivo é amparar os seus próprios membros quando em dificuldades, sendo que nos momentos de estabilidade devem, obrigatoriamente, contribuir para a ajuda de outros membros. Caracterizam-se por laços horizontais (JESUS, 2007: 2), nos quais os membros pertenciam em geral a uma mesma categoria. Já as associações beneficentes eram caracterizadas por uma relação vertical, na qual membros de uma hierarquia mais alta, ou classe social superior, auxiliavam as classes abaixo das suas.

⁶ Baseadas no Evangelho de São Mateus, em uma passagem na qual Jesus afirma que o Reino dos céus pertencerá aos que lhe deram de comer, de beber, acolheram-no quando era estrangeiro, vestiram-no, e auxiliaram tanto na doença quanto na prisão. Essas ações, no entanto, não teriam se dirigido diretamente a ele, mas sim aos “irmãos menores”, seus representantes na Terra. Para São Tomás de Aquino, a mensagem contida nessa passagem deveria voltar-se totalmente para uma dimensão prática, impelindo os homens a fazer o que fosse possível para ajudar o outro que sofria. As 14 obras de misericórdia dividam-se entre 7 obras espirituais e 7 obras corporais. As 7 obras espirituais eram: perdoar os que erram; perdoar quem pecou; rogar a Deus pelos vivos e defuntos; ensinar os simples; consolar os tristes; dar bons conselhos; sofrer com paciência as injúrias; e as 7 obras corporais eram: dar de comer aos famintos; dar de beber aos sedentos; dar pousada aos peregrinos; curar os enfermos; cobrir os nus; remir cativos, visitar os presos e enterrar os mortos. Fonte: Compromisso da Misericórdia de Lisboa. Disponível em: <http://purl.pt/13349/1/>. Consultado em 10/11/2009.

definidas no século XIII por São Tomás de Aquino (1225-1274). Assim, elas se vincularam aos ideais cristãos sem, no entanto, estarem sob o comando direto da Igreja.

A confraria mais antiga da Europa seria a *Confraternità di Santa Maria della Misericórdia*, fundada no ano de 1244 (COSTA, 2001:13). Desde então, esse tipo de organização se espalhou pela comunidade católica. Para ingressar em seus quadros, no entanto, era necessário ter um perfil que atendesse a determinadas exigências. De acordo com a historiadora ClaudiaTomaschewski, elas

...eram normalmente associações fechadas. Tinham em muitos casos um número máximo de irmãos e “qualidades” que os candidatos ao ingresso deveriam ter, restringindo o acesso aos nobres e mestres de ofício que não trabalhassem por suas mãos, ou a uma parcela mais rica e de bom “conceito” das populações locais. Tinham como objetivos explícitos a prestação de assistência material aos pobres e a assistência espiritual aos irmãos e benfeitores (TOMASCHEWSKI, 2007:29).

Observe-se que as confrarias já guardavam em seu princípio a lógica caritativa de doadores e destinatários, baseada na desigualdade entre as partes. Elas não pretendiam subverter a ordem da sociedade em que estavam inseridas, mantendo, por meio de suas ações paliativas, as estruturas sociais como estavam, preocupando-se, sobretudo, em reforçar solidariedades horizontais, o que pressupõe o auxílio entre membros de um mesmo corpo social (FONSECA, 2004:55).

Para Tomaschewski (2007:28), um dos principais indícios dessa intenção em manter a desigualdade social manifesta-se no fato de que o ingresso na Misericórdia era limitado a “nobres e mestres de ofício que não trabalhassem por suas mãos”, pretendendo assim constituí-la como uma instituição na qual o ingresso fosse um fator de reafirmação e/ou diferenciação da posição social de um indivíduo.

A autora ainda destaca que estava prevista “assistência *material* aos pobres e a assistência *espiritual* aos irmãos e benfeitores”, reforçando a

categorização das pessoas envolvidas nos trabalhos – aos irmãos, portanto, aos nobres e “positivamente diferenciados”, cabiam as práticas de caridade - a doação - para que assim pudessem expiar seus pecados e conseguir a redenção; aos pobres, bem, os pobres estavam ali justamente para propiciar aos nobres essa dádiva. Sobre isso, afirma Souza (2002:370) que “o sistema de valores oficial entendia o auxílio aos grupos sociais subalternos e marginalizados debaixo de uma estreita orientação religiosa que se vertia, duplamente, em caridade e penitência.”

Com o surgimento do iluminismo, no entanto, conceitos já existentes, como a caridade, foram despidos de sua roupagem religiosa pelos filósofos e acomodados dentro de uma lógica racional em seus sistemas de significação. Assim, a caridade passou a relacionar-se com outro termo, a filantropia.

Sobre isso escreve Nelson Teixeira, reitor do Centro Universitário Lusíada

O dicionário Houaiss da Língua Portuguesa diz que filantropia é um substantivo feminino que significa “profundo amor à humanidade” e também desprendimento, generosidade para com outrem; caridade”. Ele nos remete à amizade, bem-querença e que do grego *philantropia*, provavelmente por influência do francês *philantropie*, (1551) significa “amor pela humanidade” (TEIXEIRA, 2007:A13).

Mais do que uma reconfiguração de termos, no entanto, a adoção da filantropia, associada com a caridade, revela no século XVI uma alteração em seu sentido. Sobre isso, Tomaschewski (2007:145) destaca que a “oposição Deus/sociedade é tida como a diferença entre a caridade e a filantropia”. Isso significa dizer que a caridade refere-se a um sentimento religioso, relacionado com a economia da salvação, já no caso da filantropia, embora seus resultados finais fossem semelhantes, o que estava em jogo era uma “forma de ajuda aos pobres secularizada na qual o bem da humanidade seria o principal interesse”.

Gisele Sanglard aponta ainda um importante diferencial entre esses dois conceitos. Segundo a autora

talvez a maior diferença entre ambos os conceitos esteja não na ação

propriamente dita, mas nos meios de realizá-la, pois a caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda vaidade de seu autor, propugnando o anonimato como valor máximo, enquanto que a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma: visto que a publicidade provoca a visibilidade da obra e acirra a rivalidade entre os benfeitores (SANGLARD: 2003:1096).

Dentro desse proposta, segundo a autora, a generosidade é vista como “virtude do homem bem-nascido”. Essa colocação nos ajuda a compreender de que forma o ingresso em associações que visassem à promoção do bem a outrem, especificamente aos pobres, terá exacerbada a sua característica de diferenciação social daqueles que nelas ingressassem. Ao que tudo indica, essa função destacada no final do século XVI e início do século XVII, na França, teve vida longa, sendo apropriada por outros locais e em outros sistemas de significação.

1.2 A ASSISTÊNCIA MODERNA: AS MISERICÓRDIAS EM PORTUGAL

1.2.1 Fundação

Foi com as características de uma confraria que surgiu a primeira Misericórdia na cidade de Lisboa, em Portugal, em 1498. Ela era uma instituição leiga, porém com princípios norteadores religiosos. A iniciativa de sua criação é normalmente atribuída à D. Leonor, irmã do rei português D. Manoel I. Quem teria influenciado grandemente na resolução dela de fundar essa instituição teria sido o frade espanhol Contreiras, seu confessor.

O linguista e historiador português Ivo Carneiro de Souza, em obra sobre a vida de D. Leonor, afirma que seus empreendimentos tinham todos “o mesmo denominador comum, a misericórdia” (SOUZA, 2002:297). Cabe, portanto, analisar qual era o sentido dessa palavra naquele contexto e de que forma

esse conceito guiou não apenas as ações de D. Leonor, mas de todos os “irmãos”, como eram chamados os indivíduos que se envolveram com a criação e manutenção dessas e de outras Misericórdias que surgiram posteriormente.

Segundo Souza (2002:205), a palavra “misericórdia” é pautada pela mudança ou pluralidade de significados ao longo tempo. A Bíblia, em sua versão original, a definia como compaixão e fidelidade. Ela transmitiria a idéia de que Deus mostra recorrentemente sua misericórdia perante o espetáculo universal da miséria humana, ao mesmo tempo exigindo que o homem se mostre misericordioso com seu irmão, um representante D’ele na Terra. Esse raciocínio é o mesmo que, segundo Mesgravis (1976: 19), embasava a idéia da caridade praticada pelos primeiros católicos, para os quais ajudar aos necessitados era a forma de demonstrar seu amor a Deus. Quando a Bíblia foi traduzida do hebraico e do grego para as línguas latinas, a palavra teve seu sentido ampliado, abrangendo conceitos como amor, piedade, compaixão, ternura, clemência, bondade e até mesmo gratidão (SOUZA 2002:308).

Segundo Souza (2002:308), para além da pluralidade de sentidos, o termo possuía uma dimensão prática, que se referia à apropriação desses sentimentos como pilares da conduta de vida dos cristãos, que os deveriam conduzir constantemente na sua vida ativa a aproximar-se do miserável ou a perdoar quem o tivesse ofendido, para que fosse positivamente julgado conforme a misericórdia que praticou.

A partir dessa lógica podemos, portanto, compreender que a ação de D. Leonor e dos irmãos estava inserida em um contexto no qual a idéia de misericórdia, embora remanescente do princípio do cristianismo, adquirira novas feições. Nesse contexto, esse sentimento moderno se relacionava a uma “dialética entre a caridade para com o próximo e a edificação pessoal de uma vida marcada pela virtude” (SOUZA, 2002:210). Sob outro aspecto, Souza ressalta o caráter político que esse termo pode assumir, pois

mesmo os presentes caritativos podem circular de forma discriminatória na paisagem social favorecendo determinados grupos e poderes elitários, sistema especialmente eficaz na produção das dominações coloniais: o se dava em caridade deveria receber-se em conversão religiosa, política e social (SOUZA, 2005:117).

É importante ressaltar que, embora D. Leonor apareça como figura central na história das Misericórdias, a propagação dessas ordens é mérito normalmente atribuído a seu irmão, o rei D. Manuel. Esse fator demonstra que, para além de cumprir princípios religiosos, a institucionalização dessa concepção moderna de compaixão era também uma resposta prática para um problema imediato: a transformação da sociedade europeia em geral, e da portuguesa em específico, na qual a idéia de pobreza como um estado de eleição espiritual havia começado a se desvalorizar em muitos meios, enquanto se desenvolvia a noção de que o pobre era um “tipo social”, principalmente nos meios urbanos. Segundo Souza, é com “o pobre” que “teremos oportunidade de nos confrontar a propósito da atividade assistencial das confrarias portuguesas de misericórdia” (SOUZA, 2002:308).

1.2.2 Compromissos

Criado originalmente no momento da fundação da Misericórdia de Lisboa, em 1498, e impresso em 1516, esse primeiro compromisso serviu de modelo para as demais Misericórdias fundadas posteriormente.

Sobre ele pode-se destacar a intenção da irmandade em cumprir as 14 obras de caridade. Para atingir esse objetivo, uma série de aspectos foram abordados na regulamentação, tais como: quem seriam as pessoas atendidas e de que forma fariam esse atendimento, até questões como os dias ou ocasiões especiais em que os irmãos deveriam comparecer para cumprir suas obrigações junto aos assistidos pela instituição. Além disso, também eram previstas sanções para os que desrespeitassem suas normas, podendo incidir até mesmo em expulsão da irmandade.

Ivo Carneiro de Souza, no entanto, destaca que, pela ampla gama de obrigações previstas pelas 14 obras de caridade, nem todas puderam ser plenamente abarcadas. Destaca o historiador que

analisando, porém, atentamente (...) prontamente se compreende que a generosidade doutrinária (...) não consegue plasmar uma coleção de atividades confraternais suficientemente coextensivas com a prática social das 14 obras de misericórdia (SOUZA, 1996:266).

Dessa forma, as atividades da Misericórdia de Lisboa acabaram por se concentrar em determinados pontos, como a assistência aos funerais e o amparo aos presos. Esse último aspecto será, ao final, o que ganhou mais destaque na redação desse compromisso. Para Souza, essa ênfase no auxílio aos encarcerados rompeu o equilíbrio na distribuição da misericórdia, focando-se demais nesse grupo específico (SOUZA, 1996:268). Para ele, era prevista ajuda tanto em casos de doença e pobreza, como interferência em relação às punições consideradas mais severas, até a garantia de sua confissão final em caso de penas de execução.

Após o final do Concílio de Trento, em 1563, foram feitas uma série de reformas no compromisso, publicado em 1618. O novo compromisso previa uma reformulação na atuação das Misericórdias. Dentre as principais mudanças se destaca a restrição cada vez maior sobre os sócios aceitáveis. Se no compromisso de 1516 eram aceitos praticamente todos que estivessem dispostos a cumprir as obras de caridade, a partir de 1618 seriam aceitos apenas homens com “capacidade econômica” e reconhecido prestígio social. Era o processo de nobilitação da administração das Misericórdias em seus cargos principais.

Segundo a historiadora portuguesa Laurinda Abreu, “este modelo de assistência gerida pelas elites - supostamente melhor preparadas para administrar e distribuir os bens das instituições de beneficência – era uma prática comum e tinha raízes ancestrais” (ABREU, 2002:430). Essa exigência levou a um processo no qual as Misericórdias e as Câmaras Municipais passavam a ter um centro gestor em comum (BOXER, 2002:300). Segundo Chaves (2008:28), esse fator, associado às regalias concedidas às

Misericórdias, criou um “monopólio católico da caridade”. Além disso, restrições de outra ordem ganharam destaque nesse período, como a proibição do ingresso de membros que tivessem qualquer tipo de parentesco com cristãos-novos. Essa condição se impunha inclusive às esposas dos irmãos.

Além desse processo de nobilitação em sua administração, passaram também por uma transformação em sua organização, baseando sua atuação em torno de cinco premissas, a saber

(1) autonomia – consignada no privilégio de as Misericórdias serem confrarias de protecção régia; (2) consolidação da idéia do Purgatório no horizonte escatológico dos crentes - o que se materializaria no aumento das doações pias com valor salvífico; (3) centralização da assistência hospitalar - que transferiu para as Santas Casas a maior parte dos hospitais locais; (4) redefinição da expressão “legados e obras pias” - pelo alvará de 1568 que, entre outras determinações, alargou o seu conteúdo semântico à quase totalidade dos legados pios testamentários (...) e, finalmente, (5) nobilitação das Mesas⁷ – em consequência da reforma estatutária que culminou com o Compromisso publicado em 1618 (ABREU, 2002:425).

De todas essas premissas, a que assume maior destaque dentro da proposta deste trabalho é a citada pela autora no número 3, a centralização da assistência hospitalar. Por essa atribuição, praticamente todas as doações para a saúde se destinavam às Misericórdias, o que elevou em muito o patrimônio dessas instituições. O aumento nas doações se justificava também, pois lhes permitiam cumprir as demais obras definidas nos seus compromissos, como fazer enterros, auxiliar órfãos, etc. Dessa forma, “de um momento para o outro, [essas instituições] se viram gestoras de grandes massas patrimoniais que podiam gerir da forma que melhor lhes aprouvesse” (ABREU, 2002:427).

Nesse segundo momento da atuação das Misericórdias, Abreu destaca que “ao final do século XVI (...) a maior parte das confrarias [Misericórdias, especificamente] portuguesas já tinha o seu futuro traçado e hipotecado aos doentes.” Dessa organização surgiu um sistema assistencial que, segundo a autora, era “tutelado pelo poder político e fora da alçada da Igreja, que se

⁷ Segundo o historiador Vitor Manoel Marques Fonseca, era comum, nas associações de religiosas católicas, que a diretoria fosse denominada “mesa”, a partir da idéia de que as reuniões para sua administração ocorressem sempre ao redor de uma mesa. Também os cargos possuíam denominações diferentes das tradicionais, como presidente, diretor e etc., adotando as denominações de provedor, zelador, mordomos, etc., muitas vezes antecedido pela palavra irmão (FONSECA, 2008: 134).

manteria sem alterações substantivas por mais de trezentos anos” (ABREU, 2001:600).

1.2.3 Expansão das Misericórdias pelo Império Português

Logo após sua fundação, as Misericórdias já se configuraram como espaços protegidos pelo rei, tendo seus estatutos e compromissos aprovados por ele, devendo submeter apenas os capítulos que se referissem à devoção à Igreja Católica. Por esse motivo possuíam privilégios no que diz respeito ao financiamento e monopólio da assistência. Exerciam as atividades de

administração de hospitais gerais, muitos dos quais serviram também como clínica para as escolas de medicina; hospícios para loucos (a partir do século XIX); asilos e recolhimentos para mulheres e crianças abandonadas; concessão de dotes; auxílio financeiro aos pobres; representação dos condenados perante a justiça, alimentação e vestuário de presos pobres; administração de cemitérios e realização de enterramentos; além do serviço religioso, voltado aos assistidos, e principalmente às almas dos irmãos benfeitores (TOMASCHEWSKI, 2007:29).

Espalharam-se rapidamente por Portugal, segundo Abreu, devido à atuação de D. Manuel que instigou as autoridades locais a criarem suas próprias associações, aos moldes da lisboeta, pedido em que foi atendido por vários fidalgos da Casa Real. Entretanto, conseguir o apoio das populações locais era mais complicado. Segundo a autora, num primeiro momento, multiplicaram-se os exemplos do “desfalecimento e abandono” (TOMASCHEWSKI, 2002:422) das Misericórdias em várias comunidades, por falta de apoio popular.

No momento em que as Misericórdias espalhavam-se por Portugal, já se havia iniciado o processo de expansão territorial desse país, desde o ano de 1415, na África. Vale lembrar que apenas dois anos após a criação da primeira Misericórdia os portugueses conseguiram chegar a outro continente, iniciando o processo de ocupação da América portuguesa.

Sobre a sociedade portuguesa, no período da expansão, comenta o historiador inglês Boxer

Era formada por uma nobreza e uma fidalguia turbulentas e traiçoeiras; um clero ignorante e lasso; camponeses e pescadores trabalhadores mas imbecis; e uma ralé urbana de artífices e empregados diaristas, como a plebe lisboeta descrita pelo maior dos romancistas portugueses, Eça de Queiroz, cinco séculos depois, como suja e feroz; tais eram as classes sociais de que advieram os descobridores e os colonizadores pioneiros (BOXER, 2002:18).

A despeito dos vários adjetivos utilizados pelo historiador, o trecho transcrito permite entrever qual era a composição da sociedade portuguesa do século XV e início do século XVI. Segundo dados do autor, havia cerca de um milhão de habitantes, em sua maioria camponeses. Nos centros urbanos havia alguns artífices, normalmente organizados em corporações e agrupados em partes específicas das cidades. No litoral, parte da população vivia da pesca e extração do sal. Além da classe trabalhadora, o reino português também possuía uma camada média que, ao final do século XV “não totalizava, provavelmente, mais do que um milhar de indivíduos”. No topo da estrutura social, estava a nobreza e “seus parasitas”, juntamente com o alto clero.

Diante da descrição do autor para a composição da sociedade portuguesa, cabe-nos perguntar em que camada dela se encontravam os aventureiros conquistadores que se lançaram na campanha de expansão empreendida por Portugal. Sobre isso, o historiador João Marinho dos Santos afirma que, mais do que a aventura, os descobrimentos só foram possíveis graças à elaboração de um “discurso ideológico que reunia valores antigos (como a honra) e modernos (como o proveito)” (SANTOS: 1998:146).

Assim, a pequena nobreza portuguesa foi mobilizada por sua característica guerreira a engajar-se nesse projeto, baseada na ideia de honra e como uma forma de justificativa para sua própria manutenção⁸. Por outro lado, levando-se em consideração que, na maior parte dos territórios conquistados por Portugal na África e no Oriente, dominados pelos “inimigos da

⁸ Segundo o autor, procurava-se dessa forma desviar o foco do conflito com a vizinha Castela, latente entre essa classe social (SANTOS: 1998:146).

crisandade” (SANTOS: 1998:150), os muçulmanos, a luta se justificaria por bases ideológicas religiosas. A partir desse argumento, ocorreria o proveito econômico dessas conquistas, sendo que este não se restringiria à classe nobre, mas abarcaria os camponeses dispostos a se engajar nessa empreitada e, quem sabe, mudar de estrato social, tornando-se elite nos locais conquistados.

A partir das informações de Santos, é possível afirmar que a expansão portuguesa colaborou para a resolução de problemas sociais internos ao país, mas, além disso, podemos afirmar que ela também contribuiu para a disseminação da cultura e das instituições portuguesas. Nesse aspecto as Misericórdias merecem destaque.

A implantação dessas instituições nas colônias de além-mar, segundo Russel-Wood, se dará com a criação de pequenos povoados nos portos e pontos comerciais marítimos, caracterizados pela predominância de portugueses casados⁹. Cerca um século após a criação da primeira Misericórdia já haviam sido fundadas mais de 100 outras em Portugal, além de cerca de 50 em territórios ultramarinos.

Em sua implantação no além-mar elas teriam obedecido a dois modelos distintos, segundo categoriza Abreu (2001:596) – um que predominou nas ilhas atlânticas, Norte da África e Oriente, e outro que foi posto em prática no Brasil e na costa africana. No primeiro caso, elas teriam sido fundadas logo no momento da instalação dos portugueses nesses espaços, praticamente ao mesmo tempo de seu advento na metrópole. No segundo caso, somente depois da instalação dos colonizadores e da implementação de um sistema administrativo e econômico é que as primeiras foram fundadas. Independentemente do modelo que seguiram, representavam para a Coroa portuguesa uma forma moderna de amparo à pobreza, que possuía a

⁹ Nesse contexto o termo casados se torna uma categoria na qual se enquadravam soldados, marinheiros e artesãos que se haviam casado com mulheres relacionadas à fidalguia local, tornando-se dessa forma, por meio do casamento, representantes dessa fidalguia. Nesse tipo de núcleo tendeu-se a reproduzir a estrutura portuguesa, incluindo a criação de associações iguais ou similares às que havia em Portugal e que congregavam *homens bons*, como as Misericórdias (BICALHO, 2001:208).

conveniente característica de se auto-sustentar¹⁰, devido às doações que recebia.

Segundo Abreu¹¹, a expansão começou praticamente ao mesmo tempo da fundação da Misericórdia de Lisboa (1498) quando foram fundadas duas associações nos Açores: uma em Angra do Heroísmo e outra em Vila da Praia. Russel-Wood destaca como uma das mais importantes Misericórdias fundadas no além-mar a de Goa, considerada por ele como “a mais importante filial da irmandade no Oriente”. Sobre essa instituição, o autor enfatiza que seguia as obrigações do Compromisso de Lisboa, embora não seja possível fixar exatamente a data de sua fundação¹², que teria ocorrido em algum momento entre 1515 e 1519. Possuía um Hospital de Todos os Santos, que era o único a atender indistintamente a toda a população do local. Ao longo do século XVII, as despesas desse hospital tornaram-se cada vez mais elevadas o que colocou a Misericórdia em situação financeira difícil. No entanto, ele não deixou de existir, já que em 1680 foi desenvolvida uma parceria com a localidade, o que garantia verba suficiente para seu funcionamento (RUSSEL-WOOD, 81:22).

A Misericórdia de Macau teria sido a filial mais importante no Extremo Oriente, fundada como hospital, por volta de 1659 (RUSSEL-WOOD, 81:26). Ao contrário de Goa, Macau teria elaborado o seu próprio compromisso, em 1627. Na costa oriental da África, a instituição mais importante foi fundada em

¹⁰ Sobre o desejo de tornar o amparo aos pobres uma obrigação leve aos mais ricos, faz Thompson o seguinte comentário acerca da Inglaterra no século XVIII: “Conceder os direitos de subsistência aos pobres, inclusive lenha e uma vaca que desse o balde de leite, era, ao mesmo tempo, um meio de manter baixos os tributos para a assistência aos pobres” (THOMPSON, 1998: 124). Segundo o autor, dessa forma, para os proprietários, evitava-se o conflito com os camponeses por esses apossarem-se de alguns elementos de sua propriedade, não apenas era uma forma de respeitar um certo costume anterior ao cercamento das terras, como também uma forma barata de assistencialismo.

¹¹ A ordem de fundação das principais Misericórdias nos território ultramarinos teria sido a seguinte: Ponta Delgada, em 1500; Velas, em 1543; Vila Franca do Campo, Vila de São Sebastião, Vila Nova, Horta, Santa Cruz, Vila do Porto e Lajes do Pico, antes de 1570; Madeira e Funchal, em 1511; Faial, em 1528; Santa Cruz (Funchal), em 1529, Arzila, Tânger, Alcácer Ceguer e Ceuta, em 1502; talvez antes de 1520 Azamor e Safim; Goa, em 1519; Cochim em 1527; Diu, em 1535; Baçaim, em 1540; Malaca, Ormuz, Chaul e Cananor, em 1547; Macau, em 1569; Japão, em Funai, em 1561, e em Hirado, em 1583, em Nagasaki e Shimabara em 1584 e, em Kyoto em 1600. Nas ilhas de Cabo Verde nascera, em meados deste mesmo século XVI, a de Santiago, e, em 1576, a Misericórdia de Luanda marcava a chegada das Misericórdias a Angola. Dados disponíveis em SÁ, I. dos G. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. Disponível em: repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4311.

¹² Os autores que trabalham com o tema das Misericórdias são unânimes em apontar lacunas na documentação que permitam afirmar com precisão o momento de criação das mesmas.

Moçambique, devido à posição estratégica que esta ocupava como porto intermediário para os navegantes das Índias e mais tarde como posto comercial para as minas de ouro de Monomotapa (RUSSEL-WOOD, 81:27). Já na costa ocidental da África, o autor destaca a atuação da Misericórdia de Angola (RUSSEL-WOOD, 81:28).

Quanto ao Brasil, existem divergências sobre qual teria sido a primeira Misericórdia a ser fundada devido ao comprometimento de documentos históricos referentes à esse fato. Segundo Russel-Wood poderia ser a da capitania de São Vicente ou a de Pernambuco (RUSSEL-WOOD, 81:30). Já para Abreu, a primeira instituição fundada teria sido a de Salvador, na Bahia, “provavelmente, em 1542”, seguida da de Santos, talvez, em 1543, e do Rio de Janeiro, menos de duas décadas depois. Em 1584, segundo o testemunho do padre Anchieta, já havia Misericórdias em todas as capitanias brasileiras (ABREU 2001: 596).

A despeito de sua expansão ter se iniciado praticamente ao mesmo tempo em que surgiram, o auge da atuação dessas instituições se deu em momentos diversos nos vários espaços. Em Portugal, o auge da sua prosperidade econômica teria se dado ao final do século XVI, devido ao acúmulo de verbas e propriedades pelas doações aos hospitais, provenientes em grande parte dos bens do purgatório¹³.

Nas colônias, ao mesmo tempo em que ocorria um processo de enriquecimento semelhante ao da metrópole, ocorria também uma crescente concorrência entre as Misericórdias e demais entidades caritativas, na disputa pelas doações. Essa tensão acabou por funcionar como “focos de contencioso permanente que desviavam a atenção dessas associações da alçada do divino e enfocavam sua dimensão mundana”. Segundo Abreu, esse conflito se caracterizará em Goa pela tentativa da Misericórdia em “afastar todas as instituições que pudessem prejudicar os seus rendimentos e limitar o seu raio de ação”, enquanto na África e no Brasil “os conflitos mais importantes de que há registro foram protagonizados pelas instituições já instaladas que tentaram

¹³ Bens deixados para as Misericórdias em testamento, no momento da morte, com a intenção de expurgar os pecados.

evitar o surgimento de novas Santas Casas e a conseqüente partilha das esmolas dos fiéis” (ABREU, 2001:603).

Para Boxer, a “idade de ouro das Misericórdias” teria se dado da seguinte forma: as asiáticas tiveram seu auge durante quase todo o século XVI e início do século XVII; no Brasil, acompanhando o desenvolvimento econômico, ele cita a predominância da baiana na segunda metade do XVII, e a mineira no auge da mineração, durante o século XVIII. Para Abreu, o final do século XVII e o começo do século XVIII representam um período de decadência para as Misericórdias, motivada em sua maior parte por uma administração corrupta do patrimônio das mesmas, aliados à diminuição das doações e ao aumento das despesas hospitalares. Sobre esse aspecto, Abreu cita o exemplo de Diu que, em 1765, encontrava-se “em precipitada ruína, reduzida (...) afinal, àqueles a que ela servia, as viúvas de portugueses lá falecidos, seus órfãos, a mendicidade cristã, tinham-se extinto com o desaparecimento da última família européia, e os naturais da terra, a quem agora prestava assistência, não se mostravam particularmente generosos com a Santa Casa¹⁴” (ABREU, 2001:605).

Abreu afirma que, apesar de elas entrarem no século XVIII em agonia em todo o reino português, o Brasil será uma exceção a essa regra. Um dos motivos que poderia explicar essa especificidade é o fato já citado de que aqui as Misericórdias tenderam a acompanhar o desenvolvimento econômico, e não precedê-lo. Assim, embora a economia brasileira já tivesse conhecido a decadência na produção açucareira nesse período, a mineração estava em seu auge. No entanto, se formos analisar a permanência dessa instituição no Brasil colonial, é possível observar que ela passou por transformações em sua atuação¹⁵, de forma a adaptar-se às mudanças sociais do país, o que, aliado às

¹⁴ Normalmente o termo “Santa Casa” é utilizado para referir-se aos hospitais mantidos pelas Misericórdias, enquanto “Misericórdia” é utilizado para referir-se à instituição responsável por uma gama mais ampla de atendimentos, como o auxílio aos órfãos ou aos enterros. No entanto, devido à frequente existência de Santas Casas vinculadas às Misericórdias, por várias vezes os termos aparecem como sinônimos na historiografia. Após a independência começam a se multiplicar as “Associações Portuguesas”, que assumiram a maior parte das práticas normalmente associadas às Misericórdias. Os hospitais fundados por essas Associações, no entanto, mantiveram, em geral, a denominação de Santas Casas.

¹⁵ Esse aspecto será analisado de forma aprofundada no próximo capítulo.

transformações em seu contexto econômico, poderia explicar a sua longevidade na maior colônia portuguesa.

O processo de nobilitação dos cargos principais, que havia ocorrido na metrópole, também se fazia sentir nas colônias nesse período. Contudo, nelas essa estratégia apresentou alguns revezes. O principal cargo da Misericórdia, o de provedor, seria ocupado muitas vezes pelos governadores, estratégia que Russel-Wood classifica como “uma faca de dois gumes”. Essa afirmação se deve ao fato de que ter um governador como provedor garantia a defesa da atuação dessa associação em detrimento de outras instituições voltadas à prática da caridade, no entanto, no momento em que faltava dinheiro aos cofres municipais era comum que eles recorressem aos cofres das Misericórdias.

Também, devido às sucessivas restrições que foram se colocando sobre quem poderia ser membro das Misericórdias, a partir da reforma de 1618, o número de pessoas que poderiam se eleger para ocupar cargos junto a essas confrarias foi reduzindo-se cada vez mais. Exigiam-se dos membros capacidade econômica, reconhecido prestígio social, além de pureza de linhagem, sem antepassados que vivessem de trabalhos manuais. Cristãos-novos também não eram aceitos.

Com todas essas exigências, se em Portugal metropolitano participar como membro da Misericórdia já era um fator de distinção, nas colônias, esse caráter será exacerbado, dando a elas contornos cada vez mais políticos, pois, os elegíveis para a Misericórdia se resumiam praticamente às mesmas pessoas que ocupavam cargos nas Câmaras Municipais. Segundo Boxer, o cargo de provedor era muito valorizado devido ao elevado *status* social que proporcionava ao ocupante e, por esse motivo, havia um provérbio alentejano que dizia “quem não está na Câmara está na Misericórdia” (BOXER, 2002:302). Nas colônias, devido à escassez de pessoas distintas que cumprissem as exigências para preencher cargos em ambas, é possível afirmar que “quem estava na Câmara, também estava na Misericórdia”.

Esse fator acabará por concorrer para a formação de pequeno grupo que concentrava em suas mãos boa parte do poder exercido no âmbito local e cotidiano das colônias. Com o passar do tempo, no entanto, a tendência foi de

uma menor valorização das exigências para o recrutamento dos confrades. Segundo Mesgravis (1976:31), ocorrerá nas colônias um movimento de flexibilização nas exigências, estratégia essa determinante e “que lhe permitiu adaptar-se livremente às condições locais.” Boxer afirma que, na Bahia, por exemplo, após a década de 1740, essas associações passaram a ser dominadas por uma classe até então não desejada nos quadros de nobreza que deveriam compor sua administração - os comerciantes.

Em relação ao seu campo de sua atuação, Abreu afirma que a maior parte das Misericórdias priorizava o atendimento aos presos, às viúvas, órfãos, doentes e, às vezes, às crianças abandonadas, não diferindo muito de suas atribuições na metrópole. Havia, no entanto, uma distinção entre a atuação das instituições nesses dois espaços. Em Portugal, a administração hospitalar se tornou o eixo central em sua atuação, e com ela vinham os bens do purgatório, responsáveis em grande parte pela formação de seu patrimônio. Já nas outras partes do Império, sobretudo na Índia, elas assumiram a responsabilidade da administração dos hospitais como uma espécie de serviço público, pelo qual eram remuneradas (ABREU, 2001:601).

Além da assistência na esfera da saúde e religiosa, outro aspecto referente à sua atuação merece destaque – o papel cultural que essas instituições assumiram fora de Portugal. Se, como afirma Abreu, no Portugal metropolitano, a atuação das Misericórdias será devotada à saúde, nas colônias, elas assumiram também o papel de guardiãs da cultura e identidades portuguesas. Fonseca (2008:56) afirma que “do ponto de vista social desempenharam um papel relevante na construção da identidade cultural, reforçando os progressos de integração comunitária e de intervenção política, nomeadamente através da criação de maiores oportunidades de exercício do poder local”. Sá (1997:264) confirma essa posição, ao argumentar que “as Misericórdias constituíam uma referência comum para todos os indivíduos de origem portuguesa e, dessa forma, criavam um fator de identificação com os territórios colônias”. Para Russel-Wood (1999:9), além de serem um dos elementos de coesão do disperso império português, elas também constituíam-se “numa lembrança constante das origens portuguesas, da identidade portuguesa, da lealdade ao rei de Portugal, e da comungação da fé católica.”

Além da questão identitária, as Misericórdias representavam também uma forma constante de regulamentação social. Segundo Abreu

tal como no Portugal metropolitano, também no ultramar elas foram fundamentais como instâncias de garantia do sistema de assistência pública, instrumentos moralizadores das comunidades, núcleos de poder local e, portanto, estruturas homogeneizadoras de um império espacialmente descontínuo (ABREU, 2001:591).

Boxer corrobora essa idéia. Para ele, junto com as Câmaras Municipais, elas foram as bases da expansão portuguesa, garantindo a transposição de sua organização social e cultural para os locais sob seu domínio. Nas colônias, elas representariam uma inovação: era “uma assistência simultaneamente modelada pelo poder régio e controlada pelos poderes locais, o que, por sua vez, justificava a supremacia dessas elites”, reforçando ainda mais seu caráter político.

Souza (2002:359), ao fazer uma análise da fundação dessas confrarias sob um ponto de vista voltado à religiosidade, afirma que essa ação não deve ser entendida apenas

enquanto capítulo da história da assistência em Portugal (...) mas como um movimento confraternal verdadeiramente moderno, procurando combinar uma dimensão fraternal com uma ampla coleção de tarefas assistenciais em comunicação com as características e problemas específicos da pobreza e da marginalidade da sociedade renascentista portuguesa, que se devem ainda somar renovadas funções religiosas generosamente centradas numa assumida dimensão penitencial confraternal e pública (SOUZA 2002:359).

Finalmente, para Abreu (2002:418) o sistema de assistência que vigorava na Europa do século XVI diferenciava-se dos princípios que tinham norteado o exercício da caridade na Idade Média por sua modernidade. Citando a Reforma e o Concílio de Trento como determinantes no contexto de criação do sistema de assistência português, a autora afirma que esse caracterizava-se pelo fato de que “não fugindo ideologicamente àquilo que era o cerne das orientações tridentinas, seguiu um caminho próprio, com características únicas no panorama europeu - uma espécie de terceira via, estruturalmente compósita, que tinha a particularidade de se auto-financiar”.

Observamos, portanto, que, a despeito de estarem inseridas numa tradição institucional e assistencial, as associações portuguesas apresentam inovações em relação às anteriores, bem como às formadas em outros países no mesmo contexto. Exemplo do segundo caso é a característica ressaltada por Abreu, de sua auto-sustentação. Além disso, podemos observar que a centralização política, ocorrida em Portugal precocemente, terá reflexos na prática assistencial, que aos poucos centralizou-se no poder régio, por meio da instituição dessas associações. Essas mudanças implicaram, por exemplo, “no processo de reagrupamento de instituições, que os investigadores conhecem por incorporações, e que em Portugal se refletiu na centralização hospitalar a encargo das Misericórdias” (SÁ, 1997:63).

Souza (2002:317) destaca ainda que a criação dessa modalidade de instituição contribuiu para a formação de novos centros populacionais com “influência e capacidade de atração espacial progressivamente mais amplas”. Esse fator, aliado ao aumento do poder das elites locais relacionadas às Misericórdias, mostra também que a prática da caridade foi aos poucos adquirindo uma feição política, sobretudo a partir do momento em que se espalhou por todos os territórios de domínio português. Essa característica ficará ainda mais evidente quando da instalação dessas confrarias nas colônias além-mar.

1.3 A ASSISTÊNCIA À SAÚDE NA COLÔNIA PORTUGUESA DA AMÉRICA

Segundo Russel-Wood, a descoberta das terras americanas teve pouco impacto sobre o rei português D. Manoel - os relatórios dos descobridores Pedro Álvares Cabral e Américo Vespúcio não se mostraram suficientemente atraentes para “arrancar o rei de sua obsessão pelo Oriente dourado” (RUSSEL-WOOD, 1981:29). Por esse motivo, apesar de chegarem nessas terras em 1500, os portugueses não desenvolveram uma política de ocupação do território nesse primeiro momento. Apenas cerca de 30 anos mais tarde,

devido às constantes incursões de outros europeus no continente, principalmente os franceses, foi que o governo luso percebeu a necessidade de ocupar, por meio da colonização, as novas terras e assim assegurar sua posse.

O acontecimento que teria sido decisivo para que D. João III agisse foi a captura em 1532 do navio francês “Lá Pelerine”. Em seu interior foi encontrado um carregamento de pau-brasil, e as investigações revelaram que a embarcação havia deixado cerca de setenta homens em Pernambuco, com o objetivo de fundar ali uma colônia e tomar posse do território. Dezesete anos depois, Tomé de Souza foi enviado com o objetivo de instalar aqui um Governo Geral, para defender o território, colonizá-lo, propagar o catolicismo e o comércio. É desse período que data o surgimento dos primeiros núcleos urbanos ao longo do litoral e também das primeiras Misericórdias criadas na América portuguesa.

Já na década de 1540 teriam sido fundadas as Misericórdias de São Vicente e Pernambuco. Recente pesquisa de Arrotéia demonstra que foram criadas oito associações no Brasil, entre 1539 e 1585. Após esse período, houve uma redução nessa movimentação, sendo que entre 1622 e 1650 foram criadas no território apenas duas novas Misericórdias. De 1650 a 1730 não existe referência à criação de nenhuma outra. Entre 1730 e 1822 teriam sido fundadas 10 novas instituições. Após a independência, no entanto, a criação de confrarias ganhará novo impulso, sendo 16 delas inauguradas entre 1835 e 1850 e outras 75 entre 1852 e 1900. Fundadas a princípio no litoral, elas expandiram-se gradativamente para o interior do território (ARROTÉIA, 2009:45).

Sobre a atuação dessas instituições no Brasil, podemos ressaltar que até a independência elas mantiveram características muito semelhantes às das Misericórdias fundadas nas demais colônias portuguesas: pertencer a uma dessas irmandades no Brasil era igualmente um traço de distinção social positiva, e também aqui a ocupação de um cargo nela se intercalou, senão se sobrepôs, à atuação nas Câmaras Municipais. No entanto, se nas demais colônias portuguesas as Misericórdias entraram em decadência no século XVI, no Brasil, o auge da atuação dessas instituições se deu posteriormente, ao

longo dos séculos XVII e XVIII, sobretudo no que diz respeito à assistência hospitalar.

Nesse período, a fundação das Misericórdias ainda baseava-se no Compromisso de Lisboa, o que pressupunha que o seu objetivo principal deveria ser a execução das 14 obras de caridade. No entanto, como afirma Chaves, a caridade, enquanto conceito dual, não apenas se presta a aliviar o sofrimento dos necessitados, mas “o fazer caridade confere a quem a faz visibilidade social, o que coloca a questão de quão altruísta é afinal esse ato.” (CHAVES, 2007:12). Assim, segundo a autora, os irmãos de Misericórdia do Rio Grande buscavam, através de sua ação, 3 tipos de reconhecimento: 1) da sociedade local (pelo bom trabalho de filantropia); 2) dos associados (pela possibilidade de ascensão social) e 3) da coroa portuguesa (pela gratidão e fidelidade que mesmo no Brasil eles desejavam manter).

Possivelmente essas observações poderiam ser estendidas às demais instituições do território brasileiro. Ao nos depararmos com pesquisas sobre a atuação dessas irmandades em outros locais do Brasil, podemos observar que os objetivos não variavam muito, sendo que os esforços muitas vezes acabaram voltando-se para a promoção social dos indivíduos, relegando a segundo plano o aspecto caritativo. Essa constatação leva ao questionamento acerca da definição adequada a esse tipo de instituição: seriam elas caritativas de fato, ou a busca do reconhecimento da sociedade local por seus membros permitiria classificá-las como filantropas?

Em Salvador, por exemplo, ao longo do século XVIII Russel-Wood afirma que a Misericórdia parecia estar mais preocupada com a manutenção de sua posição social privilegiada do que em levar a caridade a quem precisasse. Sobre esse aspecto da irmandade baiana, esse autor faz algumas críticas:

Na Bahia a Misericórdia era a única administradora do hospital. As diversas mesas [diretoras] se dividiam entre a vaidade de preservar esse monopólio e a dura realidade financeira de seus recursos insuficientes. A vaidade triunfou. Durante o século XVIII a misericórdia se opôs às tentativas de três rivais para a fundação de hospitais, já que isso poderia desviar parte das doações destinadas a ela (RUSSEL-WOOD, 1981:212).

E ele ainda continua

a sociedade colonial seguia uma escala de valores baseada em aparências superficiais. Um funeral bem organizado, ou uma missa brilhante traziam mais irmãos novos e mais legados à irmandade do que poderia fazer o tratamento médico de todos os mendigos esfarrapados e escravos famintos do recôndito inteiro (RUSSEL-WOOD, 1981:212).

A despeito dessa conduta concorrente entre as Misericórdias e demais instituições de caridade, Russel-Wood (1981:214) conclui a sua análise sobre a Misericórdia da Bahia, ressaltando que ela estava apenas “defendendo seus próprios interesses” e que, independente desse aspecto pouco altruísta na distribuição da caridade, a manutenção do hospital foi a “maior contribuição para o bem-estar social na Bahia colonial”. Ele afirma ainda que a irmandade realizava um serviço que hoje em dia seria de responsabilidade do município, senão do Estado. (...) assim, uma irmandade leiga veio a desempenhar um papel semi-burocrático na vida pública. Nesse aspecto, o autor conclui que a Misericórdia foi uma instituição singular entre as irmandades do império colonial português (RUSSEL-WOOD, 1981:231).

Mesgravis (1976:43) ressalta que a existência da Misericórdia, contudo, não implicava obrigatoriamente na presença de um hospital, como ocorreu na Bahia. Devido à pobreza e à baixa densidade demográfica no Brasil, era comum que as Misericórdias praticassem a assistência social através de “esmolas, de tratamento domiciliar dos doentes, de dotes para órfãos pobres e dos enterros de irmãos, dos indigentes e dos que o pedissem, pagando a taxa correspondente”.

Em um texto de tom ufanista, datado de 1958, o professor e médico português Ernesto de Souza Campos (1958:5) declara que “os portugueses, introduzindo aqui as Casas de Misericórdia e implantando depois as Beneficências, estruturaram inicialmente ou permanentemente duas poderosas redes assistenciais que cobrem o Brasil inteiro.” Antes de configurar-se como “poderosas redes assistenciais”, no entanto, observamos que a implantação desses hospitais no início da colonização do Brasil conheceu mais dificuldades do que facilidades.

Diante dessa situação recorria-se ao auxílio da Misericórdia, a “única instituição com possibilidade para oferecer alívio àqueles que permaneciam à

margem da riqueza aurífera era a Misericórdia” (MESGRAVIS, 1976:65). Nesse contexto, em 31 de Dezembro de 1714, os administradores decidem fundar um hospital para acolher as pessoas que não podiam ser atendidas em suas casas. Os recursos para tal empreendimento seriam obtidos de todo tipo de doação que não fosse expressamente destinada para as missas ou para a igreja. Sua construção foi iniciada em 1717, no entanto, até 1752 ele ainda não havia sido instalado definitivamente, devido, sobretudo, às dificuldades financeiras para tal.

O primeiro hospital fundado no Brasil teria sido obra da Misericórdia de Santos, com o objetivo de atender os marinheiros doentes que aportavam depois da travessia do Atlântico. No fim do primeiro século de colonização, já existiam pelo menos catorze Irmandades da Misericórdia no Brasil. Contudo, devido à escassa documentação, é difícil afirmar quantas mantinham hospitais. Existe certeza apenas no que se refere às de Salvador, Rio de Janeiro e Santos, principais cidades da colônia portuguesa naquele momento (MESGRAVIS, 1976:38).

Tomascheski afirma que, até o começo do século XIX, as Misericórdias mantiveram o monopólio da assistência à saúde na maior parte das cidades em que foram fundadas, em todas as regiões do Brasil. Além da assistência à saúde, marca registrada da obra das Misericórdias no Brasil, elas também mantiveram a atuação em outras áreas, como a doação de dotes para promover o casamento de moças pobres e órfãs, a promoção de funerais, encomenda de missas pelas almas dos falecidos, auxílio aos presos e o recolhimento de crianças rejeitadas.

As Misericórdias persistem até a atualidade, sendo que atualmente estão contabilizadas em 866 Santas Casas, sendo 402 em países como Portugal, Espanha, Itália, França, Luxemburgo, Índia, Angola, Moçambique, República de São Tomé e Príncipe, China e Venezuela e 464 no Brasil (FONSECA, 2008:58).

1.3.1 O papel das sociedades portuguesas no amparo aos imigrantes

No início do século XIX, embora tenha ocorrido a emancipação da colônia americana de sua metrópole, Portugal, fortes laços econômicos e demográficos impediram que esses países se desligassem totalmente. Prova dessa afirmação é o fato de que, após a independência, o número de portugueses que vieram para o Brasil, agora na condição de imigrantes e não mais de colonizadores, superou os que vieram durante todo o período colonial. Segundo os historiadores Manolo Florentino e Cacilda Machado (2002:2), nos mais de 300 anos em que o Brasil foi colônia de Portugal, emigraram para o território brasileiro cerca de meio milhão de portugueses. Ao longo de pouco mais de um século após a independência desembarcaram nos portos brasileiros cerca de 2 milhões de pessoas procedentes de Portugal, ou seja, 3 vezes mais do que no período colonial.

O perfil do imigrante que chegava ao Brasil logo após a independência era de homens jovens e solteiros, que vinham com a intenção de trabalhar e enriquecer. Como suas famílias em geral permaneciam em Portugal, era comum, a partir de alguns meses após a chegada no Brasil, o envio de remessas regulares de dinheiro para aquele país. A historiadora portuguesa Miriam Halpern Pereira afirma que, diante de uma crise econômica pela qual o país passava naquele momento, pode-se afirmar “que essas remessas, além de ajudar na economia doméstica das famílias, acabou se tornando um importante fator para regular a balança comercial portuguesa” (PEREIRA 2002:55).

Com a proximidade do fim do século, Portugal tentou estreitar cada vez mais as relações com a ex-colônia, estratégia que

inscreve-se numa política de esforços do governo português, em particular depois do ultimato inglês de 1890¹⁶, para afirmar-se como

¹⁶ O ultimato a que a autora se refere diz respeito a uma desavença entre Portugal e Inglaterra sobre as esferas de influência desses países no território africano. A Inglaterra obrigou Portugal a renunciar a um vasto território africano, ligando Angola e Moçambique. Em 1898, a Inglaterra e a Alemanha assinaram uma convenção que previa o estabelecimento de esferas de influência sobre os territórios coloniais portugueses e a eventual anexação posterior desses territórios (FERREIRA: 2007:2).

potência colonial moderna frente à cobiça das nações européias sobre as colônias portuguesas da África (FERREIRA, 2007:2).

Nesse sentido, o Brasil, enquanto maior colônia que Portugal possuiu, mostrava-se como uma espécie de baliza, e a valorização das relações com o Brasil

permitiria às autoridades portuguesas provarem a existência dessa esfera de influência lusófona e afirmar a posição portuguesa na cena internacional como metrópole cultural e colonizadora eficiente frente aos seus concorrentes europeus (FERREIRA, 2007: 2).

A imigração para o Brasil, nesse período, apresentou algumas características diferentes da imigração do período colonial. Segundo Ferreira (2007:2), as primeiras gerações de emigrantes que chegaram ao Brasil após a independência foram acolhidas, em sua maior parte, por membros da família ou por amigos já instalados aqui, que configuravam uma rede de acolhimento. No fim do século XIX, porém, o número de imigrantes chegados ao Brasil aumentou consideravelmente¹⁷ e constituía-se, em sua maior parte, por imigrantes mais pobres em relação ao período anterior. Em muitos casos, não possuíam nenhum parente ou amigo que os acolhesse logo na chegada e nem sempre encontravam de pronto atividades que lhes permitissem a manutenção da vida.

Era nessas situações que as sociedades de beneficência e/ou auxílio mútuo entravam em ação. Os laços que uniam os indivíduos nesse tipo de associações eram geralmente a profissão que exerciam ou sua nacionalidade – em alguns casos, as duas características. O historiador Vitor Manoel Marques da Fonseca em um estudo sobre o movimento associativista no Rio de Janeiro do início do século XIX propõe a seguinte descrição¹⁸ das associações de auxílio mútuo

¹⁷ Até 1888 o número médio de imigrantes portugueses que chegava ao Brasil girava em torno de 10.000 indivíduos por ano. Já no ano de 1888 o número aumenta para 18.289 chegando a 36.055 em 1895. Nos anos de 1912 e 1913 o número é de cerca de 76.000 imigrantes entrando no país por ano (LOBO, 2001:142).

¹⁸ O autor baseia sua definição e descrição sobre os vários tipos de associações existentes no Rio de Janeiro do início do século XIX a partir das categorias explícitas na legislação, desde o período Imperial

(...) visavam, fundamentalmente, a garantia de algum tipo de benefício para seus membros, desde o que era considerado “socorros” (benefícios em períodos de inatividade por doença ou acidente, pensões quando inválidos para o trabalho ou para a família, em casos de morte, ajudas para funeral e luto do associado ou de alguém de sua família, até tratamento médico, assistência advocatícia, etc (FONSECA, 2008:118).

Segundo esse autor, as associações beneficentes distinguiram-se das de auxílio mútuo principalmente pelo fato de

(...) realizar algum tipo de benefício para outros, que não os seus membros. Nesse caso a associação não visava o bem do grupo, mas a reunião de esforços em prol de indivíduos definidos ou de todos os que, por algum motivo, a ela recorressem (FONSECA, 2008:118).

É importante ressaltar que a forma de funcionamento dessas associações também lhes garantia imagens diferenciadas perante a sociedade da qual faziam parte. No caso das associações de auxílio mútuo, a visibilidade ficava, de certa forma, restrita a um determinado grupo. Já no caso das associações beneficentes, essa visibilidade se estendia, geralmente, para um grupo maior, que recorria aos doadores para obter auxílio. Dessa forma, o grupo beneficente adquiria certa visibilidade social que poderia traduzir-se em um poder simbólico, do qual os membros tinham chance de desfrutar, em prol de si próprios ou do grupo do qual faziam parte. Nesse sentido, embora essas associações se autodenominassem beneficentes, é possível perceber características filantrópicas em sua atuação, afirmação reforçada pelo fato de que, em alguns casos, o apoio estendia-se ao grupo exterior aos dos imigrantes, abarcando, de forma mais ampla, todos os pobres daquela sociedade¹⁹.

brasileiro, de observações nas consultas do Conselho de Estado e da bibliografia sobre o tema (FONSECA, 2008:118).

¹⁹Como exemplo de Sociedade Portuguesa que empreendeu ações de auxílio não apenas a portugueses, podemos citar o exemplo da ‘Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro’, de Curitiba, a qual será abordada de forma mais detalhada posteriormente neste trabalho.

A primeira associação fundada com a denominação de beneficente foi a Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, criada em 1840 por Francisco João Muniz, encarregado do Consulado Geral de Portugal na cidade. O objetivo da associação era assistir aos portugueses no Brasil, ajudando os imigrantes “a encontrarem um trabalho, apoiando os prisioneiros e dando assistência sobretudo aos mais pobres, pagando, por exemplo, os seus enterros” (FERREIRA, 2007:3).

Em troca, o grupo responsável pela manutenção da instituição desfrutava de alguns benefícios pela assistência que prestava

além de manifestar o seu poder no interior da colônia portuguesa e, assim, apresentar-se como a representante legítima dos interesses portugueses frente aos governos português e brasileiro, a manutenção dessas associações também garantia a esse grupo grande prestígio social (FERREIRA, 2007:4).

Após a fundação da sociedade carioca, várias outras surgiram. O grande número de instituições fundadas no final do século XIX e início do século XX²⁰ é, inclusive, indicativo do grande número de indivíduos que necessitava do amparo prestado por essas instituições. Além desse encargo, essas associações também assumiam outro papel muito importante nesse momento, o de mantenedoras da cultura portuguesa no Brasil.

Boschilia afirma que, além do caráter de assistência, após a independência

era tarefa urgente marcar a diferença entre a recente nação brasileira e a antiga nação portuguesa. Assim, como fruto desse processo de construção identitária (...) os portugueses se preocuparam em criar uma identidade cultural, criando associações, clubes e, sobretudo, sociedades de assistência (BOSCHILIA, 2008:342).

É importante observar que uma mesma Sociedade poderá atuar tanto na promoção da cultura quanto da assistência, podendo um aspecto se sobrepor

²⁰ Apenas no Rio de Janeiro, no século XIX, teriam sido fundadas 23 associações portuguesas. No século XX esse número seria ainda maior, totalizando 44 (SOUZA, 2007:59).

ao outro. Em relação ao primeiro caso, associações voltadas para a preservação da cultura portuguesa no Brasil, os exemplos são infindáveis. Destacamos, porém, o Real Gabinete Português de Leitura, fundado no Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1837. Sobre ele, afirma Bastos (2007:136) que a maior parte dos diretores da instituição pertencia à elite comercial da comunidade lusitana no Rio de Janeiro e que a participação deles em uma sociedade cultural “garantia um verniz intelectual aos seus integrantes, ampliando sua inserção em outros meios sociais, culturais e intelectuais da Corte que, de outro modo, muito dificilmente ingressariam”.

Colocando-se como intermediária entre Brasil e Portugal, essa elite procurava exaltar a imagem do imigrante bem-sucedido, e não do trabalhador pobre envolvido muitas vezes em conflitos na luta pela sobrevivência diária, pois esse era a expressão “decadente de um povo cujo passado era heróico e grandioso”. O Real Gabinete também reafirmava em seus discursos, ao longo de todo o século XIX, que se tratava de uma instituição de caráter cultural e não político. Sua fundação influenciou rapidamente a criação de outras instituições similares, como o Retiro Literário Português, associação criada em junho de 1859, e o Liceu Literário Português, criado em agosto de 1868, que além de dispor de uma biblioteca também oferecia gratuitamente cursos de instrução primária e secundária a toda a sociedade (LOBO, 2001:101).

Além desses espaços voltados à cultura e intelectualidade também foram criadas outras esportivos e artísticos, como, por exemplo, o Clube Ginástico Português no Rio de Janeiro e a Associação dos Artistas Portugueses, fundada em 1863 e que, após 1871, assumiu o caráter de instituição beneficente. A criação de associações regionais foi um exemplo claro de que o grupo imigrante português não era homogêneo, pelo contrário, além das diferenças de classes, o grupo apresentava diferenças regionais. Nesse sentido, foram criadas aqui instituições como a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro ou a Casa do Minho, ambas no Rio de Janeiro. Segundo Maria Helena Beozzo de Lima, que estudou a fundação da Casa do Minho, a Casa Regional proporcionava aos minhotos que se congregavam ao seu redor

explicação e orientação para fazer frente: a) à sua transformação de membro do grupo étnico majoritário no seu país de origem (cidadão português em Portugal) em membro de um grupo étnico minoritário numa sociedade receptora de imigrantes (imigrante português no Brasil) e b) à sua transformação de camponês em assalariado ou empresário urbano (LIMA, 1973:146).

Qualquer semelhança, portanto, entre a atuação das Misericórdias e das Sociedades Portuguesas fundadas após a independência, sobretudo as beneficentes, não é mera coincidência. Contudo, algumas diferenciações são necessárias.

No século XIX a idéia de caridade já não estava mais relacionada com a ajuda aos pobres por serem eles os representantes de Deus na terra. Nesse momento, uma nova ética de trabalho estava se impondo aos países que buscavam a modernização, como era o caso do Brasil, e a pobreza passava a ser vista como uma recusa e/ou impossibilidade em adentrar o mundo do trabalho. Nesse sentido, essas associações buscaram também amparar aos pobres, mas diferentemente das primeiras, tinham como um de seus objetivos principais a inclusão desses indivíduos carentes no mercado de trabalho. Para usufruir dos benefícios promovidos por essas instituições, sobretudo quando o aspecto mutualista estava presente em sua atuação, era necessário mostrar uma conduta moral impecável, tanto no que dizia respeito as suas relações de trabalho, quanto em suas relações familiares, condição essa que estava prevista já nos estatutos que regulamentavam o funcionamento dessas entidades.

Outra diferença em relação à atuação das sociedades que se formaram no século XIX e as Misericórdias residia no fato de que as primeiras sobreviviam, principalmente, da contribuição regular dos que se filiavam a elas²¹ e não mais das esmolas e doações dos que buscavam por meio desse ato salvar suas almas do purgatório. Além disso, a assistência prestada pelas primeiras era aberta a toda população, e uma das principais características das Sociedades Portuguesas era, na maior parte dos casos, a circunscrição tanto da participação enquanto associado, quanto do recebimento da assistência, à nacionalidade portuguesa.

²¹ Aqui destacam-se o pagamento de jóias, valor determinado a ser pago no momento de ingresso na associação, bem como de mensalidades.

No entanto, a despeito das diferenças na atuação entre as duas instituições, Chaves afirma que persistem elementos suficientes que situavam as Sociedades Portuguesas dentro do modelo das Misericórdias. Dentre eles a autora destaca:

- 1) organização dos estatutos sob o modelo do Compromisso de Lisboa;
- 2) Incorporação dos valores da Igreja Católica na assistência formando uma instituição laica guiada pelo ideário cristão, mas não governada por autoridades religiosas;
- 3) Continuísmo entre cargos diretivos e preocupação educacional e moral dos associados;
- 4) O vínculo que estabelece com a formação das elites locais (CHAVES, 2007:41).

Uma das características, no entanto, que demonstra maior aproximação entre a atuação das Misericórdias e das Sociedades Portuguesas reside no fato de que ambas tentaram, dentro de seus contextos históricos, erigir hospitais que prestassem assistência adequada ao grupo que pretendiam atender. Assim, no período colonial temos imputadas às Misericórdias a criação de pelo menos três hospitais (Salvador, Rio de Janeiro e Santos), no período após a independência, as Sociedades Benéficas deram continuidade a essa tradição.

Ao analisar a Sociedade Portuguesa Benéfica Primeiro de Dezembro, constituída em Curitiba, Boschilia sugere que a iniciativa de construção do hospital, por exemplo, era, além de um reflexo de suas práticas culturais comunitárias, também uma resposta para os problemas práticos que encontravam no Brasil e que poderiam em parte ser caracterizados pela ausência do Estado no amparo aos necessitados. Apesar da ocorrência frequente de epidemias na cidade de Curitiba, “o Estado não estava aparelhado para dar conta do número crescente de pessoas vitimadas por elas (...) as pessoas eram atendidas de forma precária, na Santa Casa de Misericórdia, instalada provisoriamente à Rua Treze de Maio” (BOSCHILIA, 2008:351).

Independentemente do momento histórico em que atuaram, é inegável que existe uma relação muito próxima entre a atuação das Misericórdias e a das

várias associações portuguesas que surgiram no Brasil após a independência. Ambas desempenharam um papel significativo na vida social, cultural e desportiva da sociedade brasileira. Se “as misericórdias constituíam uma referência comum para todos os indivíduos de origem portuguesa e, dessa forma, criavam um fator de identificação com os territórios colônias”, segundo Sá (97:264), semelhante afirmação pode ser feita sobre as Sociedades Portuguesas que, mesmo em um contexto histórico diferente, “buscaram delimitar um território simbólico que demarcasse sua relação com ‘outros’ e no qual pudessem vivenciar sua lusitanidade” (BOSCHILIA, 2008:346).

2 SAÚDE E AMPARO EM CURITIBA NO FINAL DO SÉCULO XIX: A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E A SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE PRIMEIRO DE DEZEMBRO

“Será considerado benfeitor qualquer cidadão que contribuir com seus esforços e influência para o engrandecimento da sociedade.”

Estatuto da Sociedade Beneficente Primeiro de Dezembro, 1879:5

Neste capítulo serão analisadas as estratégias levadas a efeito pelos imigrantes portugueses, vinculados à Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro²², para promover a saúde aos compatriotas mais pobres na cidade de Curitiba no final do século XIX e início do século XX. Partindo do pressuposto de que esse amparo à saúde é uma tradição portuguesa que remonta à fundação das Misericórdias em Portugal no século XV e se reproduziu no Brasil devido ao desejo dos imigrantes de mantê-la em sua sociedade de acolhimento, esse capítulo inicia-se com a análise dos fatores de repulsão que os levaram a sair de sua terra natal, disseminando suas práticas culturais pelos locais para os quais se dirigiram.

Na primeira parte desse capítulo, portanto, serão apontados os fatores que ocasionaram a grande corrente imigratória da Europa para vários pontos do globo no século XIX. Embora a imigração portuguesa para o Brasil, no século XX, insira-se nesse mesmo contexto, essa corrente apresentou algumas motivações distintas por se tratar de uma relação entre ex-colônia e metrópole. Essas especificidades serão apontadas em seguida.

Ao chegarem ao Brasil, os portugueses geralmente dirigiam-se para as cidades do Rio de Janeiro ou de São Paulo, onde nem sempre encontravam a facilidade imaginada, fosse para conseguir um emprego, fosse para adaptar-se à sociedade de acolhimento.

²² Ela foi assim denominada por ser essa a data da restauração da independência de Portugal da União Ibérica. De agora em diante será referida no texto pela sigla SPBPD.

Diante das dificuldades encontradas, muitos imigrantes optavam por reimigrar para os estados menos populosos do país. Nesse contexto, o território paranaense surgia como uma opção – era um espaço em desenvolvimento, com boas perspectivas para quem estivesse disposto a viver em uma cidade menor. Na segunda parte desse capítulo, portanto, busco fazer uma análise sobre as transformações pelas quais esse território estava passando no final do século XIX, enfocando os fatores pelos quais este poderia configurar-se como atraente para o imigrante português do final do século XIX - esboço ainda do perfil do imigrante que chegava a Curitiba.

Devido ao grande número de imigrantes que se instalaram na região nesse período, alguns portugueses, já estabelecidos na cidade e que formavam uma elite econômica na região, assumiram a posição de amparar os compatriotas recém-chegados, em sua maioria, imigrantes que saíam de Portugal premidos pela pobreza. Para formalizar essa prática, fundaram em Curitiba, no ano de 1878, a Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro, instituição sobre a qual irei me deter especialmente na terceira parte desse capítulo. O objetivo é compreender quais foram as estratégias elaboradas pelos portugueses vinculados a essa instituição para amparar os recém-chegados e, ao mesmo tempo, procurar manter seu espaço social na cidade de Curitiba, diante da “invasão” de outros grupos imigrantes recém-chegados. É possível afirmar que a SPBPD acabou atuando em várias frentes para alcançar seus objetivos. Nesse momento, no entanto, tratarei apenas das estratégias referentes à promoção da saúde levadas a efeito por esse grupo.

Dentro desse projeto português de promoção à saúde, destaca-se a proposta da construção de um hospital português na cidade, já que o único estabelecimento hospitalar existente até então, a Santa Casa de Misericórdia, dispunha de instalações precárias para o atendimento dos doentes. Antes, porém, de dar início a esse projeto, é possível observar que a SPBPD passou por um processo de organização de sua estrutura, no qual, entre outras ações, a administração se esforçou em estabelecer categorias para classificar seus associados, com o objetivo de determinar quais os direitos e deveres de cada uma das categorias. Dentro dessa estratégia a Santa Casa de Misericórdia, ainda que precária, acabou configurando-se como uma opção, ainda que

temporária, para que cumprissem os objetivos propostos, de amparar os compatriotas pobres em casos de problemas de saúde. Ao longo deste capítulo, procurarei mostrar que, mais do que utilizar os serviços do hospital, no entanto, os portugueses acabaram por envolver-se em sua administração e manutenção.

Em 1898 a SPBPD passou por modificações, dentro as quais destaca-se uma reformulação do estatuto escrito em 1878, ano da sua fundação. Nesse novo documento o projeto de construção de um hospital continuou existindo, ganhando até mesmo certo impulso no início do século. É possível observar, também, um grande esforço por parte da diretoria da SPBPD em regularizar a distribuição de sua assistência, estabelecendo regras cada vez mais claras sobre a categorização de seus associados, de modo a evitar, ou ao menos minimizar, o desperdício de seus recursos. Na última parte do capítulo, portanto, faço uma análise acerca das transformações ocorridas no estatuto da SPBPD, tanto no que diz respeito à categorização de seus membros, quanto à distribuição de seus auxílios, buscando, dessa forma, viabilizar seu projeto.

2.1 QUASE SEMPRE SOZINHOS EM BUSCA DE TRABALHO: A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

Para compreender a ação dos imigrantes portugueses em Curitiba, no final do século XIX e início do século XX, é necessário compreender quais foram os motivos que levaram esses homens a sair de sua terra natal e deslocarem-se para lugares dos quais, na maioria das vezes, haviam apenas ouvido falar.

Segundo Pereira (2002:19), a imigração portuguesa do século XIX inseriu-se num contexto mais amplo, que abrangeu vários outros países europeus. Segundo o historiador E. P. Thompson (1998:98), essas transformações teriam se iniciado na Inglaterra no século XVII, a partir do

cercamento dos campos e do desenvolvimento das indústrias. Desajolados de suas propriedades rurais e privados de seu modo de vida camponês, um grande contingente de indivíduos passou a deslocar-se para os centros urbanos europeus em busca de trabalho assalariado. Como eram muitos, nem sempre havia trabalho disponível para todos. Por esse motivo, parte desse grupo escolheu a imigração como uma forma de buscar meios de subsistência para si e para suas famílias.

Essas transformações ocorridas na Inglaterra acabaram se espalhando por outros países europeus, ainda que em alguns, como Itália, Espanha e Portugal, tenham ocorrido tardiamente, apenas no século XIX. Consequências semelhantes fizeram-se sentir nesses países, como a existência de um grande contingente de mão-de-obra não absorvido “pelos respectivos mercados nacionais da enorme massa de camponeses que a desagregação do Antigo Regime e o desenvolvimento das relações capitalistas no campo libertara” (PEREIRA, 2002:19). Isso tudo originou um grande movimento emigratório dos países europeus em direção a várias partes do globo.

Ao mesmo tempo em que isso ocorria na Europa, do outro lado do Atlântico, na América, a maioria dos países estava abolindo gradativamente a escravidão em seus territórios, aumentando assim a demanda por mão-de-obra assalariada. Segundo Thompson

Entre 1828 e 1830, a expulsão massiva de camponeses proprietários aumentou o número de viajantes nos barcos abarrotados que faziam a travessia para Liverpool e Bristol. Porém, a Inglaterra estava longe de ser a sua Meca; na verdade, era o último lugar para onde eles iriam voluntariamente. Os mais afortunados, que podiam economizar dinheiro para a passagem, emigravam para a América ou para o Canadá, e só os mais destituídos vinham para a Inglaterra (THOMPSON, 1987:327).

O Brasil, último país da América a libertar os cativos, no final do século XIX, começou a competir com os demais países americanos por essa mão-de-obra imigrante. O objetivo era, além de manter a economia em funcionamento, também trazer uma nova ética de trabalho para o país, diferente daquela que vigorava durante o regime escravocrata. Segundo Iotti (2010:8), ocorreu assim um movimento no sentido de organizar a vinda desses imigrantes para o país.

Entre 1850 e 1889 foram promulgados vários decretos, autorizando o funcionamento de sociedades colonizadoras e aprovando contratos celebrados entre o governo e particulares para venda e colonização de terras devolutas. Nesse período foram criadas 250 colônias no Brasil, sendo que destas 197 (78,8%) eram particulares, 50 (20%) imperiais e 3 (1,2%) provinciais (IOTTI, 2010:8).

A mão-de-obra que chegava ao Brasil nesse período era enviada para duas frentes principais de trabalho: as grandes lavouras de café do Sudeste, ou as pequenas propriedades produtoras de gêneros de subsistência, da região Sul. Para os agentes de colonização, a vinda desses imigrantes representou muitos lucros²³. Para os imigrantes, por sua vez, a imigração nem sempre significou a realização de seus sonhos. Nas fazendas de café era constante a insatisfação com as longas jornadas de trabalho, como também com a pouca remuneração, em geral, insuficiente para pagar suas dívidas de viagem concomitantemente à manutenção de sua sobrevivência.

Nas colônias da região Sul, pode-se afirmar que, de forma geral, houve grande dificuldade em escoar a produção agrícola para os centros urbanos, devido à precariedade das estradas e meios de transporte. Em busca de condições mais satisfatórias, muitos desses imigrantes acabaram declinando de seu trabalho na agricultura e iniciaram um movimento semelhante ao que os havia expulsado da Europa – saíam dos núcleos rurais e se dirigiam aos centros urbanos próximos em busca de trabalho nas indústrias e no comércio (BASSANEZI, 1991: 36).

A convivência entre os grupos estrangeiros e os luso-brasileiros nas cidades, contudo, acabou por mudar gradativamente a imagem romanceada que os governantes tinham desses imigrantes (NADALIN 2001:72), enquanto

²³ Na região Sul do país, onde não havia grandes lavouras de café, houve um esforço do governo no sentido de fomentar a criação de pequenas propriedades rurais nas quais seria praticada a agricultura de subsistência. A vinda os imigrantes para esse espaço acabou mostrando-se uma tarefa lucrativa para os agentes colonizadores, empresas que obtinham terra a baixo custo do Estado ou de particulares e angariavam grandes lucros com a venda de lotes aos imigrantes (Petroni, 1987:260). Também asseguravam para si algumas das atividades mais lucrativas, como, por exemplo, o aproveitamento da madeira e o comércio, além de manterem em seu poder um número de lotes que seriam vendidos depois da valorização da área através do trabalho do imigrante no próprio lote e na infra-estrutura (Petroni, 1987:260). Com esses fatores convidativos, foram inúmeros os exemplos de particulares ou sociedades que se lançaram a organizar núcleos coloniais, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

portadores do progresso e civilidade. No território paranaense, por exemplo, não era considerado bem-vindo qualquer imigrante. Interessava ao governo, sobretudo, os imigrantes europeus “morigerados e laboriosos”, que trouxessem hábitos civilizados e uma nova ética de trabalho para o país. Segundo Nadalin

o imigrante europeu era encarado sob uma concepção romântica, e acreditava-se que ele seria capaz de recriar uma “civilização camponesa à maneira da Europa”, em oposição à “sociedade maculada pelos vícios de origem brasileiros” (NADALIN, 2001:72).

Por esse motivo, imigrantes oriundos de algumas nacionalidades específicas, vistas como sinônimo de trabalho e organização, eram mais desejados do que outros, dentre os quais se destacaram os alemães, italianos, poloneses, ucranianos, franceses e holandeses.

O historiador Roberto Lamb, no entanto, aponta para um processo de desmistificação da figura desses imigrantes após sua instalação no Brasil. Analisando a situação de um grupo de imigrantes ingleses que formaram, conjuntamente com originais de outras nacionalidades a colônia Assungui, na década de 1860, o autor declara

Sérias ameaças pairavam sobre aquela colônia [Assungui]: a falta de estradas ligando-a aos mercados consumidores de seus produtos impedia a concretização do sonho de seu desenvolvimento; muitos colonos imigrantes - sobretudo ingleses, dizia-se - estavam abandonando suas terras, em busca de trabalho na Capital; as tensões surgidas entre colonos e administradores; a visível prioridade do governo vigente (Lamenha Lins) que favorecia a formação e o incentivo aos núcleos coloniais próximos às cidades, Curitiba em especial (LAMB, 1996:94).

O descontentamento dos ingleses com as condições encontradas no Brasil, levaram-nos a protestar. As autoridades, por sua vez, não se furtaram em conceder às autoridades responsáveis poderes para reprimir as manifestações dos imigrantes. Esses confrontos, mais do que resultantes de uma reivindicação específica dos ingleses, configuravam-se como um “diálogo de feições marcadas pelos costumes, por aspectos étnicos, pela classe.” Esse

diálogo conflituoso, motivado pelas grandes diferenças culturais entre brasileiros e ingleses, encontrou terreno fértil para se propagar em uma região na qual conviviam portadores de culturas tão distintas entre si. Além do conflito entre imigrantes e brasileiros, passaram a ocorrer também conflitos entre imigrantes de nacionalidades diferentes, muitas vezes acomodados pelo governo em um mesmo núcleo colonial. Esses, dentre outros fatores específicos de cada colônia, acabaram por contribuir para a inauguração de um novo movimento migratório, no qual esses imigrantes deixavam seu núcleo colonial e transferiam-se para o núcleo urbano mais próximo, no caso do Paraná, em geral, a cidade de Curitiba.

Além de contrariar os planos de colonização das autoridades paranaenses, ainda poderiam reforçar o caráter de confronto e/ou discordâncias entre nacionalidades, já que o núcleo urbano incita uma convivência muito mais frequente e cotidiana do que os da área rural. Ao inaugurarem, portanto, essa nova corrente migratória a que Lamb faz referência - a qual, assim como com os ingleses, ocorreu com vários outros grupos - que os levava do campo ao centro urbano mais próximo, a maioria dos imigrantes instalados na região do Paraná acabou dirigindo-se para Curitiba, capital do estado. Ao chegarem nessa cidade, encontravam os portugueses, ex-colonizadores do território, cuja presença na região era muito anterior ao século XIX.

Nesse período, no entanto, o desejo da elite brasileira de estabelecer uma identidade nacional leva ao pensamento de que a existência de portugueses em grande número no país poderia representar uma ameaça para a nascente nação brasileira, motivo que explica em parte o motivo pelo qual o governo não subsidiou de forma alguma a vinda de imigrantes portugueses para cá nesse período. Para os portugueses, por outro lado, mesmo a despeito de haverem perdido seu *status* de colonizador, ainda permanecia entre eles a idéia de que a ex-colônia era uma terra de abundância e um local de oportunidades (LOBO, 2001:16). Assim, mesmo que a posse da terra estivesse se tornando mais rara entre eles, o comércio e, posteriormente, o desenvolvimento da indústria ofereciam atrativas oportunidades de sustento e enriquecimento, sobretudo para os mais jovens. Segundo Pereira

Portugal deixou de fornecer os quadros administrativos para a ex-colônia e passou a fornecer a mão-de-obra, como podemos observar na busca dos imigrantes por trabalho assalariado, não mais predominantemente em busca de terras (PEREIRA, 2002:20).

Fatores como a língua comum e a idéia de uma civilização idêntica também eram atrativos, pois passavam a imagem de que sua integração na sociedade de acolhimento seria facilitada (PEREIRA, 2002:25).

Para Lobo (2001:50), além do imaginário da abundância e da real semelhança entre as culturas luso-brasileira e portuguesa, contava ainda favoravelmente a esses imigrantes o fato de que eram, em geral, mais alfabetizados do que os brasileiros e vinham de um meio rural no qual era comum a organização em pequenas unidades artesanais. Segundo a autora, essa experiência teria contribuído para a prática de trabalhos coletivos e de manufatura, habilidades necessárias ao processo industrial, e que lhes garantia vantagens em relação aos escravos recém-libertos ou mestiços urbanos no nascente mercado de trabalho capitalista brasileiro.

O desenvolvimento da industrialização ainda traria em si o fato de atrair trabalhadores para as cidades e gerar renda, aumentando, conseqüentemente, o volume de comércio nas cidades, atividade na qual os lusos predominavam.

Se vir para o Brasil ainda era uma das principais opções para quem saía de Portugal, na ex-colônia, por sua vez, a entrada desse contingente não era

facilitada. Por essa ausência de subsídio governamental²⁴, portanto, a imigração portuguesa desse período caracterizou-se pela espontaneidade. O perfil do imigrante, era, via de regra, composto por homens jovens e sem família. Alguns até já possuíam mulher e filhos, mas vinham sozinhos e somente após instalados, com emprego e moradia, é que traziam seus familiares. Assim, o número de mulheres portuguesas que emigravam para o Brasil era muito baixo. Segundo Bacellar (2000: 29) em São Paulo no início do século XIX havia 22.6 homens portugueses para cada mulher de mesma nacionalidade, e esse número manteve-se baixo até o início do século XX.

Ao chegarem ao Brasil, em sua maior parte sem recursos suficientes para adquirir terras, os portugueses, ao contrário da maioria dos grupos imigrantes que chegavam ao país nesse período, acabavam engajando-se em atividades predominantemente urbanas, relacionadas, em geral, com o comércio (LOBO, 2001:50). Grande parte deles atuava como caixeiros²⁵ (BASTOS, 2008:136). Alguns conseguiam acumular capital e adquirir seus próprios espaços de comércio ou ingressar na exportação/importação de mercadorias. Sobre isso, afirma Lobo (2001:32) que “embora o exportador de café ainda fosse inglês, o comissário e o ensacador de café eram geralmente portugueses”.

Além da ausência de subsídios por parte do governo brasileiro, também contava negativamente para os portugueses que quisessem se dirigir para o Brasil o espírito antilusitano que vigorava no país. Esse sentimento de repúdio pelos ex-colonizadores foi expresso principalmente após a separação política entre colônia e metrópole. Essa questão foi problematizada pela historiadora

²⁴ Em que pese o fato de os portugueses não terem recebido *subsídios* como a disponibilização de terras a preços baixos, o historiador José Sacchetta Ramos Mendes defende tese de que os portugueses, na verdade, receberam *favorecimentos jurídicos* para se instalarem no Brasil durante todo o período pós-independência. Cita como exemplo a primeira lei de imigrantes, sancionada em janeiro de 1823, que se destinava apenas aos naturais de Portugal que desembarcassem no país com intenção de permanecer. Todos eles, caso jurassem fidelidade ao Império, receberiam “foro de cidadão”, bastando para isso apenas a adesão à nova ordem política. Aos estrangeiros de outras origens, no entanto, deveriam ser aplicadas as regras de naturalização do período de Reino Unido com Portugal. O autor ainda destaca que a presença portuguesa no Brasil era desejada para evitar a formação de quistos étnicos, sobretudo na região Sul, onde a afluência germânica ou eslava era muito grande. A argumentação era de que seus valores eram muito estranhos à brasilidade, e os portugueses poderiam contrabalançar essa influência, por sua semelhança com os costumes nacionais (MENDES, 2009: 56 – 59).

²⁵ Caixeiros eram, em geral, vendedores de pequenos objetos.

Gladys Sabina Ribeiro (1997:265), para quem o antilusitanismo estava relacionado à formação de uma identidade nacional brasileira. Segundo a autora, esse sentimento afloraria, tanto de forma direta, como por meio de conflitos cotidianos na disputa pela sobrevivência, quanto por meios indiretos, às vezes em níveis políticos, com o objetivo de retaliação aos lusos.

Como exemplo do primeiro caso, pode ser citado o episódio da “Noite das Garrafadas”, ocorrido em 1831, quando nascidos no Brasil, escravos e libertos, invadiram uma área de ampla povoação de imigrantes lusos pobres no Rio de Janeiro e, em nome da “nacionalidade” e “cidadania”, provocaram um quebra-quebra. Mais do que representação de nacionalidade ou cidadania, no entanto, esse confronto pode ser considerado como exemplo do conflito entre nacionalidades na disputa diária pelos meios de sobrevivência. Nesse caso específico destaca-se o conflito cotidiano entre as camadas mais baixas da população, possivelmente, em concorrência pelas mesmas vagas no mercado de trabalho, as quais por várias vezes acabavam ficando com os portugueses e não com os nacionais, devido ao perfil mais adequado às necessidades do mercado de trabalho.

Em relação ao segundo caso, podemos citar o episódio da criação do Juizado dos Sequestros, em 1825, responsável pela retenção dos bens de portugueses pelo governo brasileiro (RIBEIRO, 2007: 400). Nesse contexto, no entanto, não eram considerados portugueses apenas aqueles que nasceram em Portugal, mas sim os que haviam nascido lá, residiam no Brasil e negaram-se a aderir à causa nacional²⁶, colocando-se assim como um obstáculo para a formação da nascente nação brasileira. Segundo a autora

a maioria dos sequestros tinha motivação política do local e ligava-se à formação da nação, em suas regionalidades, abarcando principalmente o Pará, o Maranhão, Pernambuco e a Bahia, províncias onde a chamada “guerra de Independência” foi mais sanguinolenta, havendo contratação de exércitos estrangeiros. Nestas, igualmente as perseguições aos portugueses foram mais virulentas, (...) a nação brasileira estava ainda em construção pari passu com as brigas políticas entre os grupos pela hegemonia na construção do Estado. “Mostram-nos igualmente que os critérios de

²⁶ Por causa nacional, no contexto em que a autora coloca, podemos compreender a defesa da independência do Brasil e a adoção da nacionalidade brasileira.

“brasilidade” foram construídos tanto no Rio de Janeiro, quanto nas demais províncias” (RIBEIRO, 2007:411).

Exemplo de que o sentimento antilusitano teve longa duração na sociedade brasileira foi a Revolta da Armada, ocorrida em 1893, mais de 70 anos após o caso do sequestro de bens. Nessa data, a república já havia sido instalada no Brasil há 4 anos, no entanto, ainda eram latentes na sociedade os confrontos entre os monarquistas e os republicanos. No Rio de Janeiro, o grupo chamado de jacobinos, favoráveis à república e ao presidente Floriano Peixoto, alegava que a colônia portuguesa estava financiando uma revolta contra a república, que chamaram de Revolta da Armada. Por isso faziam, entre outros atos, campanhas na imprensa incitando as pessoas contra os portugueses.

O antilusitanismo, no entanto, parece não ter amedrontado o português que partia em busca de oportunidades, já que é possível afirmar que o fluxo deles para o Brasil não parou de aumentar até a década de 1930.

2.1.1 Um local pouco conhecido em Portugal: o território paranaense no século XIX

O historiador Bacellar defende a ideia de a imigração europeia ter sido realmente impulsionada após a segunda metade do século XIX, já na década de 1820

os grandes pólos atratores [para os portugueses] eram, assim, a zona litorânea, o vale do Paraíba (enquanto ponto de encruzilhada de diversas rotas), a cidade de São Paulo (como eixo administrativo e centro comercial em expansão) e as zonas mais inóspitas do Sul, no atual estado do Paraná, onde o comércio e as lutas de fronteira se confundiam e promoviam o enriquecimento rápido (BACELLAR, 2000:30).

Foi, no entanto, em meados da década de 1870, durante o governo de Adolpho Lamenha Lins, que ocorreu a instalação de vários núcleos coloniais, situados, ao redor da capital do Paraná, a cidade de Curitiba (BALHANA; WESTPHALEN; MACHADO, 1969, p.162).

Até esse período, o núcleo urbano curitibano não passava de um pequeno povoado (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1996:3). Aos poucos, no entanto, atividades de produção e comércio começaram a se organizar. A localização da cidade, na rota de passagem de tropeiros que levavam o gado do Rio Grande do Sul para ser comercializado em cidades do Sudeste brasileiro, incentivou a implantação de uma infraestrutura mínima para atender aos viajantes. Foram criadas algumas lojas e hospedarias. Também contribuíram para o desenvolvimento da região os lucros propiciados pela indústria ervateira, cujos proprietários começaram a construir casarões em regiões mais afastadas do núcleo central, expandindo assim o espaço ocupado pelo núcleo urbano de Curitiba.

A urbanização, contudo, ocorreu de forma vagarosa. Em meados do século XIX, a Rua das Flores (atual Rua XV de Novembro), conjuntamente com a Rua Riachuelo e a área da Praça Generoso Marques constituíam o centro comercial da cidade, mas ainda caracterizava-se como “uma rua estreita, mal-iluminada, com dezenas de construções baixas e acanhadas” (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1996:3).

Na mesma fonte, encontramos um depoimento de Leôncio Correia no qual ele declara que “havia nela [Rua XV] apenas três sobrados, sem estética: o da Presidência da Província, o da Casa de Sol e o do José Nabo” (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1996:3). Apesar de Leôncio Correia caracterizá-los como “sem estética”, ressalte-se que essas eram, no período, as construções de maior visibilidade da cidade e que dois desses sobrados pertenciam a imigrantes portugueses.

Em 1860, segundo Ruy Wachowicz, essa rua ainda possuía apenas três quadras: “da atual Dr. Muricy até a Barão do Rio Branco, sendo o núcleo central da artéria as duas primeiras: da Dr. Muricy até a Monsenhor Celso” (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1996:3).

Na década de 1870, no entanto, o panorama urbano se modificava. Os imigrantes portugueses, que até então detinham a maior parte das casas comerciais da cidade, começaram a sentir a via dupla que significava o aumento populacional ocasionado pela instalação dos núcleos coloniais - se por um lado esse fenômeno era responsável pelo aumento do mercado consumidor das mercadorias comercializadas por eles, por outro incitava a concorrência²⁷ comercial. Ao visitar a capital paranaense, nessa década, o inglês Thomas Bigg-Wither (1974:49) observou que “todas as lojas maiores pareciam ser de propriedade de brasileiros ou portugueses”, porém percebeu também que “a grande maioria das lojas menores estava nas mãos dos alemães” (BIGG-WITHER 1974:49). Ou seja, ainda que os lusitanos continuassem tendo forte presença no comércio curitibano, essa hegemonia estava sendo ameaçada pela chegada de novos grupos de imigrantes (BOSCHILIA, 2008: 346).

Tendo em vista o processo gradativo de urbanização, se faziam necessárias medidas para promover a higienização da cidade, embora “as próprias condições topográficas, acrescidas de um adensamento populacional e deficientes condições de alojamento tornassem Curitiba uma cidade de higiene precária” (BONI, 1998:25). Em 1888, foi criada uma comissão para discutir melhorias urbanas, o que culminou com a elaboração de um novo Código de Posturas, em 1895, segundo o qual foram estabelecidos critérios para definir onde e como construir, além de tratar da higiene relativa aos estabelecimentos comerciais (BERBERI, 1998:40).

Dentro desse projeto de modernização, chagas sociais como a mendicância deveriam ser evitadas, e em decreto de 11 de outubro de 1890, “a mendicância e a vadiagem tornaram-se contravenções e seus agentes, mendigos e vadios, contraventores” (KARVAT, 1998:16).

Todas essas medidas provocaram mudanças no panorama da cidade. O comércio desenvolveu-se e, em 1900, na Rua das Flores já era possível encontrar lojas de vestuário, calçados, chapéus, alfaiatarias, livrarias, cafés, restaurantes e confeitarias (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO

²⁷ Em 1872, segundo o recenseamento, havia em Curitiba 12.651 habitantes, já em 1900 a população havia aumentado para 50.124 habitantes (BONI, 1998, p. 11).

MARTINS, 1996:5). Segundo Berberi, que fez uma análise dessas mudanças por meio de crônicas publicadas no período do decorrer do fim do século XIX ao início do XX, as inúmeras reformas urbanas empreendidas em Curitiba e também as mudanças comportamentais verificadas acabaram por mudar o panorama da cidade, transformação essa comparada por um cronista da época a de uma “cabocla” que teria se sofisticado e se transformado em “cortesã” (BERBERI, 1998:5).

Culturalmente a cidade também passava por um processo de diversificação. A afluência de distintos grupos nacionais favoreceu também a criação de vários clubes e associações, cujo objetivo era promover a sociabilidade e a cultura, ainda que de forma marcadamente étnica.

Segundo Pastre, em trabalho acerca do lazer curitibano no final do século XIX uma

Área privilegiada do lazer curitibano era representada pelos clubes: recreativos, beneficentes, esportivos, ginásticos ou musicais. Espalhavam-se pela cidade, em função, inclusive, da forte tendência do imigrante alemão às atividades associativas. Entre os clubes alemães da época havia o Thalia, O Deutscher Sägerbund (atual Concórdia), o Teuto Brasileiro (atual Duque de Caxias), o Handwerker (atual Rio Branco) e outros. Havia o clube polonês, a Sociedade de Educação Física Juventus, os italianos, a Sociedade Dante Alighieri e a Sociedade Garibaldi, o ucraniano, a Sociedade dos Amigos da Cultura Ucrânia, o francês, a Sociedade Gauloise, o Cassino Curitibano, os grêmios femininos como a das Violetas e o Bouquet, o Clube Curitibano da elite curitibana e muitos outros” (PASTRE, 2005:8).

Os portugueses, no entanto, teriam sido os primeiros a fundar uma associação em Curitiba – a Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro, em 1878. Esse fator pode ser indicativo de que, além de criar um espaço para a manutenção de sua cultura, esses imigrantes estavam também articulando a criação de um “território simbólico, a partir do qual pudessem demarcar seu espaço em relação aos novos habitantes desse espaço, os “outros” (BOSCHILIA, 2008:346). Essa alteridade se expressava pelos hábitos alimentares distintos, de lazer, língua e religião, em geral muito diversos entre esses novos grupos e os portugueses e luso-brasileiros.

Após todas as mudanças ocorridas na região de Curitiba no final do século XIX, já não era mais possível caracterizá-la como uma *zona inóspita*,

como Bacellar a classificou na década de 1820, pois se encontrava “consideravelmente expandida, devido à fundação de diversos povoados e concessão de terras a baixo preço” (NADALIN, 2001:84).

Em Portugal, ao que tudo indica, o estado do Paraná e a cidade de Curitiba ainda eram locais desconhecidos. Essa afirmação se justifica devido ao fato de que o baixo número de portugueses – apenas 52 indivíduos - que se dirigiram diretamente de Portugal para o Porto de Paranaguá²⁸ na segunda metade do século XIX. Os portugueses que emigravam para o Brasil o faziam preferencialmente para o Rio de Janeiro e São Paulo. Ao chegarem nessas cidades, no entanto, a realidade que muitos deles encontravam era a de disputa por espaço no mercado de trabalho, fosse no comércio ou na indústria. Provavelmente, por esse motivo, alguns deles decidiam reemigrar para locais mais afastados e era nesse momento da dinâmica emigratória que muitos acabavam vindo para a região de Curitiba.

Nessa perspectiva, embora não sejam encontrados registros de sua vinda diretamente ao Paraná, outras fontes mostram que muitos imigrantes portugueses aqui se radicaram.

As historiadoras paranaenses Balhana e Westphalen (2003:34) afirmam que, ao final do século XIX, os mais importantes capitalistas do Paraná eram portugueses, que haviam chegado à antiga província durante a segunda metade do século XIX, e, por serem significativos para a economia e sociedade paranaenses, “não podiam ser minimizados, muito menos ignorados”.

Assim, é possível observar que existiam, na região de Curitiba, vários fatores atrativos para os imigrantes portugueses. O grande crescimento populacional pelo qual a cidade passou destaca-se como o principal deles, do qual resultou um aumento do mercado consumidor de alimentos, remédios, tecidos, ou seja, produtos essenciais. O núcleo urbano se expandiu e a cidade começou a sofisticar-se, gerando novas demandas por parte dos consumidores, o que ampliava as possibilidades de negócios. Assim, ainda que a concorrência comercial começasse a incomodar o grupo português que já estava instalado nessa região anteriormente, para os que chegavam ao país

²⁸ Cidade litorânea próxima a Curitiba, onde se encontrava o único porto paranaense.

naquele momento ela ainda era menor do que em São Paulo ou Rio de Janeiro.

A pesquisa por mim realizada, sobre a imigração portuguesa para a capital do Paraná no final do século XIX²⁹, demonstrou que a maior parte dos imigrantes portugueses que se fixaram em Curitiba nesse período eram, como no restante do Brasil, em sua maior parte, homens jovens e solteiros, procedentes da região Norte de Portugal (SCOTT, 2001:3). Segundo Boschilia, 60% deles estava relacionado diretamente com o comércio (BOSCHILIA, 2008:349). Nessa área, inclusive, ocupavam em Curitiba posição de destaque por atuarem como comerciantes de produtos farmacêuticos e alimentos, o que dava a eles o estatuto de comerciantes de produtos essenciais³⁰. No comércio de medicamentos, pode-se mesmo afirmar que eles dominavam o mercado.

A pesquisa demonstrou também a existência de uma rede de acolhimento na cidade, evidenciada devido à constituição de várias sociedades comerciais entre imigrantes já estabelecidos na cidade e portugueses recém-chegados. A hipótese levantada diante dessa constatação é a de que, além de inserir esses imigrantes recém-chegados no comércio da cidade, a partir dessa prática, os portugueses procuravam fazer frente aos demais grupos imigrantes, que ameaçavam sua primazia nesse setor (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1996:6).

É interessante também observar que, após estabelecido financeiramente, esse grupo apresentava alta taxa de retorno para Portugal, o que, segundo a historiografia sobre o retorno, é indício de sucesso econômico, já que os imigrantes que não conseguiam prosperar economicamente raramente voltavam (PEREIRA, 2002:45).

²⁹ A referida pesquisa foi realizada ao longo dos anos 2007 e 2008 como projeto de Iniciação Científica financiado pelo CNPq. Sob orientação da Professora Doutora Roseli Boschilia, o projeto deu origem à monografia FIAMONCINI, Celina. **Imigração Cultural e Identidade: Portugueses e o comércio em Curitiba no final do século XIX**. Monografia. 82 f. Licenciatura e Bacharelado em História do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. 2008.

³⁰ Essas informações foram levantadas a partir das fontes pertencentes à SPBPD, da documentação referente ao comércio em Curitiba no período, em posse da Casa da Memória e, finalmente, da consulta aos jornais Dezenove de Dezembro e A República, disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná e no Círculo de Estudos Bandeirantes.

É em torno desses imigrantes que obtiveram sucesso econômico no espaço de Curitiba, no final do século XIX, que nos deteremos a partir de agora, buscando compreender quais foram as estratégias que desenvolveram para amparar aos compatriotas recém-chegados e, ao mesmo tempo, manter sua tradição, mesmo sendo obrigados a adequarem-se à sociedade na qual estavam inseridos, longe de seu país de origem.

2.2 EM BUSCA DE TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS

Segundo Hall (2005:13), a identidade deve ser compreendida como “configurações móveis, formadas e transformadas continuamente em relação às formas com que somos representados nos diferentes sistemas culturais que nos rodeiam”. A partir dessa afirmação é possível compreender o motivo pelo qual, a despeito de estarem presentes nesse espaço desde o início de sua ocupação, apenas nesse momento de transformações um grupo de imigrantes portugueses de Curitiba sentiu a necessidade de demarcar um território único e exclusivo, no qual buscava diferenciar-se dos demais imigrantes chegados ao final do século XIX.

Para eles que estavam aqui desde a remota ocupação do território, no século XVII³¹, esse fator representou uma grande transformação, não apenas do espaço, mas também do contexto econômico e social. Em face desse novo panorama, eles deixaram de ser o grupo dominante, tornando-se apenas mais um grupo imigrante que, numericamente, era inferior aos grupos que haviam chegado mais recentemente ao território. Ou seja, os portugueses passam da condição privilegiada de único grupo estrangeiro, cuja cultura não diferia

³¹ Pode-se localizar o início da ocupação do espaço urbano de Curitiba, no fim do século XVII, a partir do entorno da capela de Nossa Senhora da Luz. Quando foram criadas, em 1693, a “Justiça e a Câmara, a cidade contava com a população de 90 homens” (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1996:3).

consideravelmente dos luso-brasileiros, para a posição de “mais um grupo estrangeiro”.

Diante desse contexto, organizaram-se para demarcar exatamente quais eram as características que os diferenciam dos outros grupos, e qual posicionamento adotariam em relação a eles. Poderiam estabelecer relações de aliança ou fechar-se em grupos baseados na nacionalidade e praticar a discriminação em relação aos demais, colocando-se em uma posição de estabelecidos, em relação aos outros grupos imigrantes, que poderiam ser caracterizados por eles como *outsiders*³².

Assim, a demarcação desse território simbólico prestou-se não apenas a marcar sua alteridade em relação aos demais, como também estabelecer quais estratégias seriam utilizadas para permanecerem como grupo de destaque dentro dessa sociedade, mantendo as posições sociais e políticas até então ocupadas por eles. É, portanto, com o objetivo de estabelecer os parâmetros de sua ação, além de demarcar um território simbólico, no qual seus traços culturais fossem preservados, que se configura o projeto de criação da SPBPD.

Da mesma forma que as características culturais das outras etnias estavam presentes no tipo de associação que fundavam – voltadas à prática de uma determinada modalidade de esporte ou exercício, danças ou práticas religiosas – a associação portuguesa criada em Curitiba filiou-se à tradição do amparo aos compatriotas pobres e, principalmente, da promoção da saúde aos doentes, aos moldes das Misericórdias portuguesas.

Nesse momento nos deteremos em tentar compreender quais foram as estratégias desses imigrantes para manterem posição de destaque no sistema simbólico no qual estavam inseridos diante do novo contexto que se configurou em Curitiba nesse período.

³² Estou aqui pensando nos conceitos utilizados por Norbert Elias, na obra “Estabelecidos e Outsiders”. De acordo com esses conceitos, os estabelecidos são os grupos ou indivíduos que ocupam posições de prestígio e de poder e uma comunidade, que se autopercebem e que são reconhecidos como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência; os *outsiders* são justamente as pessoas que se encontram totalmente fora deste tipo de situação. Sendo assim, “superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social que o par estabelecidos-*outsiders* ilumina exemplarmente: as relações de poder” (2000:08). É partindo destes dois conceitos-chave que vamos perceber a configuração social que Elias demonstra neste livro.

2.2.1 Demarcando espaços: A Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro

De acordo com a tradição de promoção à saúde na qual estavam inseridos, os imigrantes portugueses residentes em Curitiba se reuniram e fundaram a SPBPD³³. Segundo seu estatuto, o objetivo principal da instituição era “exercer a caridade ou proteger os portugueses, que necessit[assem] de uma ou outra cousa” (ESTATUTO, 1879:3). Nessa direção se propunham a prestar auxílio em casos de enfermidade ou prisão, seguindo os mesmos preceitos das primeiras Misericórdias criadas em Portugal no século XV.

No entanto, devido à diferença de contexto entre as Misericórdias e as Associações Portuguesas, outras necessidades foram se colocando à SPBPD que buscou, na medida do possível, contemplá-las, atuando em três frentes distintas: primeiramente destacou-se o amparo à promoção da saúde entre os imigrantes mais pobres da cidade, em sua maioria recém-chegados; atuaram também na inserção desses novos imigrantes no mercado de trabalho, sobretudo na área do comércio e, finalmente, buscaram promover a cultura e identidades portuguesas, por meios de projetos culturais como a criação de um Gabinete de Leitura. Neste capítulo nos deteremos nas estratégias utilizadas por eles para promover o amparo à saúde entre seus compatriotas.

Dentro desse projeto de amparo à saúde, destacava-se na SPBPD o projeto de construção de um hospital, aos moldes dos que haviam empreendido outras Sociedades Portuguesas Beneficentes espalhadas pelo Brasil. Esse projeto foi registrado já no primeiro estatuto da instituição, elaborado no momento de sua criação, em 1878³⁴.

A construção de um hospital, no entanto, era um projeto dispendioso que necessitava de planejamento e organização para efetivar-se. Assim, enquanto

³³ Ela foi assim denominada por ser essa a data da restauração da independência de Portugal da União Ibérica.

³⁴ A despeito de ter sido elaborado em 1878, o primeiro Estatuto da Sociedade foi impresso e distribuído apenas em 1879.

o hospital próprio não ficava pronto para atender a seus compatriotas, a diretoria da SPBPD buscou formas alternativas para promover o amparo à saúde de seus assistidos.

Primeiramente buscaram organizar o funcionamento da SPBPD, sobretudo no que dizia respeito à distribuição de socorros. Para isso estabeleceram três categorias de associados: ativos, beneméritos e benfeitores. Nem todas elas tinham direito a usufruir da assistência prestada pela instituição.

Os sócios ativos deveriam ser, em primeiro lugar, do sexo masculino e de naturalidade portuguesa. Em segundo lugar eles deveriam residir na cidade de Curitiba. Possuindo essas três características, o imigrante seria proposto por algum membro da SPBPD e, caso essa indicação fosse aprovada pela assembleia geral, o candidato seria admitido como sócio ativo. É importante ressaltar que todo esse ritual pelo qual o candidato deveria passar para ser aceito pode ser compreendido como um rito de instituição³⁵, por meio do qual era reforçada sua posição de distinção social, ao mesmo tempo em que imputava ao novo membro a responsabilidade de bem representar o grupo, de forma a não trair a confiança de seus pares.

Após serem aceitos como associados, deveriam realizar dois tipos de pagamento: uma taxa única no momento de seu ingresso, denominada joia, e as mensalidades. O associado que estivesse em dia com suas obrigações financeiras poderia participar ativamente da SPBPD, votando e sendo votado. Além disso, poderia usufruir do amparo promovido pela instituição em caso de problemas de saúde.

Além dos sócios ativos, a SPBPD também estabeleceu uma categoria de associados denominados beneméritos. Ser portador desse título significava o reconhecimento de seus pares por ter “prestado serviços tais que a

³⁵ Tomo aqui o conceito de rito de instituição de Pierre Bourdieu. De acordo com o autor, através do rito de instituição um estado de coisas é consagrado; uma ordem estabelecida é sancionada e santificada e a diferença instituída passa a ser conhecida e reconhecida, passando a existir como tal (BOURDIEU, 2008: 98). No caso em questão, esse rito reforçava a condição de portugueses desses imigrantes, bem como sua condição de benemerente e de homem de caráter honrado, já que essas eram as condições para que pudessem ser aceitos na SPBPD.

Sociedade considerasse relevantes³⁶ (ESTATUTO, 1879:5). Essa categoria de associados poderia até receber isenção das mensalidades, dependendo do ato praticado em prol da SPBPD (ou da quantidade de dinheiro doado a ela).

Finalmente havia os sócios benfeitores. Eles poderiam ser “*qualquer cidadão* [grifo meu] que contribuí[sse] com seus esforços e influência para o engrandecimento da sociedade” (ESTATUTO, 1879:5). Nesse caso, luso-brasileiros e até pessoas de outras nacionalidades, denominados por eles de não-portugueses, podiam receber o título. Normalmente, pertenciam a essa categoria médicos e advogados que prestavam atendimento, na maior parte das vezes gratuito, às pessoas doentes ou com problemas jurídicos que eram encaminhadas pela diretoria da SPBPD. Nenhum deles, no entanto chegou a ocupar cargo na administração da sociedade, o que leva a supor que esse era apenas um título honorífico, que não dava a seu portador o direito de votar ou ser votado.

A existência dessa categoria de associados SPBPD permite responder em parte a questão colocada no início dessa seção, acerca do modelo de relacionamento que o grupo português buscou estabelecer com a sociedade curitibana formada por lusos brasileiros e imigrantes de outras nacionalidades. É possível observar que, ao menos no que diz respeito à promoção da saúde, esses imigrantes buscaram empreender laços de cooperação com quem pudesse lhes auxiliar nessa tarefa, independente de qual fosse a nacionalidade. Certamente, lusos e estrangeiros que prestavam atendimentos à sociedade, recebiam, em contrapartida, o reconhecimento de seus atos por meio de um título honorífico. Podemos assim afirmar que a postura da administração da SPBPD não era de isolamento da sociedade cosmopolita que se formou na cidade de Curitiba no final do século XIX, mas sim de estabelecer alianças com quem pudesse colaborar com seu projeto de amparo aos seus compatriotas.

O que se percebe é que essa categorização dos associados por parte da SPBPD permitia que ela pudesse então organizar sua distribuição de socorros.

³⁶ No estatuto de 1879 eram considerados beneméritos ou benfeitores os que fizessem doações acima de 200\$000” (ESTATUTO, 1879:4). Já no estatuto de 1901 eram assim considerados os que fizessem doações acima de 500\$000 (ESTATUTO, 1879:5).

Segundo o estatuto aprovado em 1878, o amparo estava destinado preferencialmente aos sócios ativos e suas famílias que, segundo os Estatutos, tinham

direito a beneficência da sociedade de preferência a qualquer estranho, desde que caíam na pobreza e não possam trabalhar, para se manterem honestamente, se não tiverem faltado as obrigações impostas pelos estatutos e regulamentos (ESTATUTO, 1879:5).

No entanto, devido ao numeroso contingente imigratório constituído por pessoas pobres, que não cessava de chegar à capital curitibana, com o passar do tempo os portugueses que não tivessem as qualidades exigidas para se tornar um membro da SPBPD acabaram se tornando grande parte de seus amparados, pois eram, afinal, os que mais necessitavam dela. Além disso, é possível observar que a Sociedade, por diversas vezes, prestava socorro a “estranhos”. Embora esse fato não seja mencionado nas atas da SPBPD, é possível encontrar em jornais do período alusão à ajuda prestada pelo grupo português aos “pobres da cidade”, independente de sua nacionalidade. Quanto aos valores fornecidos como socorro, era comum a concessão de auxílios cujos valores eram relativamente altos, chegando muitas vezes a somas que iam de 80 a 100 mil réis.

A partir da década de 1890, entretanto, o valor dos socorros sofreu diminuição, bem como o número de pessoas amparadas. Esse fato deveu-se, possivelmente, à grande flutuação de capital na SPBPD, devido ao decréscimo gradativo do número de associados. Em decorrência dessa situação, o atendimento aos estranhos também se tornou cada vez mais raro.

Ao que tudo indica, portanto, a SPBPD iniciou suas atividades com o desejo de amparar o maior número de pessoas possível. No entanto, gradativamente surgiram dificuldades que, na prática, a obrigaram a restringir cada vez mais o número de pessoas amparadas. O projeto de construção do hospital não encontrou, assim, um ambiente favorável para sua implementação nos primeiros anos de funcionamento da SPBPD.

Para resolver essa equação na qual de um lado havia escassez de recursos e do outro um contingente cada vez mais numeroso a ser amparado, esses imigrantes elaboraram uma estratégia de colaboração com um projeto já existente na cidade de Curitiba, de raízes marcadamente lusas: a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Dessa forma, conseguiam espaço tradicional de beneméritos promotores e com uma vantagem – faziam-se visíveis não apenas em sua comunidade de compatriotas, mas perante toda a sociedade curitibana do período.

2.2.2 A tradição do amparo: A Santa Casa de Misericórdia de Curitiba

As Sociedades Benéficas Portuguesas começaram a surgir no Brasil após a independência. As Santas Casas, no entanto, são instituições muito mais antigas nesse território, datando a fundação das primeiras ainda do período colonial e sendo muitas delas vinculadas ao modelo das Misericórdias, conforme foi discutido no primeiro capítulo.

Sobre a Santa Casa criada em Curitiba, não é possível afirmar a vinculação dos imigrantes portugueses com sua fundação, devido à ausência de documentação comprobatória nesse sentido. No entanto, pela filiação desses hospitais à tradição portuguesa de promoção à saúde e o perfil econômico dos portugueses radicados em Curitiba, é possível cogitar que membros dessa nacionalidade estivessem envolvidos em sua criação.

Se não podemos comprovar que a criação da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba foi resultado da ação de portugueses, podemos afirmar, entretanto, que eles participaram ativamente de sua manutenção e administração no período imediatamente posterior a sua fundação. A partir da documentação pesquisada, é possível afirmar que esse grupo atuou na instituição em duas frentes principais: a primeira, de forma direta, envolvendo-

se na administração da Santa Casa e exercendo cargos na Mesa Diretiva; e a segunda, de forma mais indireta, auxiliando na manutenção da Santa Casa, por meio de doações.

Segundo o trabalho realizado pela historiadora Pizani, acerca desse hospital, embora sua fundação seja comumente situada no ano de 1880, já em 1856 existiam informações referentes ao seu funcionamento no relatório do Presidente da Província do Paraná. Nesse documento constava-se que a instituição fora fundada em 1852, em instalações doadas pela Loja maçônica Candura, na Rua Direita (atual Rua 13 de Maio). Além disso, outro imóvel, situado na Praça Tiradentes, também havia sido doado à instituição, em testamento, pelo vigário Antonio Teixeira Camello (PIZANI, 2005:131).

De acordo com Pizani, o compromisso primitivo da instituição, impresso apenas em 1864, previa que os irmãos de misericórdia, como eram chamadas as pessoas que faziam parte da diretoria da instituição, deveriam ser

1º pessoas livres; 2º que tenham mais de vinte anos; 3º que sejam de boa consciência e fama; e 4º que sejam livres de toda infâmia de facto e de direito, 5º que tenham algum meio honesto de subsistência; 6º finalmente, que sejam tementes a Deus, e caritativos, para poderem bem servir a Deus e aos pobres (PIZANI, 2005:132).

É possível perceber que essa exigência caracterizava-se por um alinhamento aos modelos dos compromissos criados pelas antigas Misericórdias portuguesas. Embora os títulos de nobreza não fizessem mais parte das exigências previstas aos candidatos que desejavam ingressar na irmandade, a retidão de conduta continuava sendo aspecto essencial.

Mesmo não existindo no compromisso da Santa Casa referência direta às 14 obras de caridade, como havia no compromisso primitivo da Misericórdia de Lisboa, é possível perceber que o conceito de caridade estava presente e mostrava-se ainda um norte para a ação dos membros dessa instituição. É notável, portanto, a longa permanência desse conceito enquanto um dos principais parâmetros que deveriam reger a conduta de vida dos cristãos. Assim, é possível observar que, guardadas as devidas diferenças temporais e

de contexto, ambas as instituições, tanto as Santas Casas quanto as Misericórdias, inseriam-se numa mesma tradição de amparo, baseada na prática da caridade.

Se havia uma especificação sobre as qualidades que deveriam ter os que pretendiam ser membros nessa instituição, também havia em relação aos que seriam os seus beneficiários - seriam atendidos na seguinte ordem de prioridades: “1º Aos irmãos pobres; 2º todos os pobres e mendigos; 3º todas as pessoas que quiserem ser tratadas e curadas pela Santa Casa”, todos no entanto com “desvelo e caridade” (PIZANI, 2005:132).

Fundada, portanto, por particulares, foi graças aos esforços individuais que ela conseguiu manter-se em funcionamento por tanto tempo. Em relação ao apoio dos poderes públicos pode-se mesmo afirmar que houve uma ausência de sua parte até o final do século XIX. Quando este se pronunciava a favor da Santa Casa, era enviando ajudas apenas esporádicas. Em relatório do Presidente da Província do Paraná do ano 1857, consta uma resolução do governo provincial de destinar verbas para a Santa Casa. Ao que tudo indica, porém, não houve a continuidade ou regularidade nessas remessas. Assim, desde o início de seu funcionamento, as doações e a mobilização dos irmãos da caridade em torno da instituição foram a base que garantiu seu funcionamento.

Com o crescimento populacional pelo qual a cidade passou no final do século XIX as dificuldades de manutenção da Santa Casa se agravaram. Se por um lado esse foi um fator de desenvolvimento para a região, por outro lado trouxe problemas inerentes a todos os centros urbanos que crescem demasiadamente rápido. Pizani destaca que havia nesse período “falta de moradia, insalubridade, a higiene pública era precária e as epidemias constantes³⁷” (PIZANI, 2005:77). Essa falta de infra-estrutura para acomodar os novos habitantes, era propícia à disseminação de doenças em larga escala. As epidemias, no entanto, não eram consideradas pelos intelectuais do período apenas um problema de falta de estrutura urbana, mas também marcas da

³⁷ Segundo Pizani, a cidade passou pelas seguintes epidemias: pneumonia (1895), erisipela (1895-6), disenteria (1895 – 1898) e dengue (1890-1896) (PIZANI, 2005:77).

pobreza oriunda da vadiagem e da mendicância (PIZANI, 2005:78). Logo, nenhum grupo queria ter sua imagem associada a esses aspectos depreciativos. Esse fator poderia explicar em parte o interesse de determinados indivíduos em promover formas alternativas ao poder público para o amparo à saúde.

Se a princípio o atendimento aos doentes era feito “de forma precária, na Santa Casa de Misericórdia, instalada provisoriamente à Rua Treze de Maio”, com o agravamento do problema da saúde iniciativas, passam a ser empreendidas com o objetivo de interferir nesse quadro caótico. Enquanto a estrutura da Santa Casa não passava por melhorias, soluções provisórias foram criadas, no intuito de promover um mínimo de cuidados aos doentes. Associações beneficentes se formaram, pessoas se prontificaram a receber doentes em suas casas, ações coletivas foram empreendidas para arrecadar verbas em prol da instituição.

No caso dos portugueses, a forma que encontraram para amenizar a falta de assistência à saúde e manter a imagem de seu grupo afastada dessas chagas sociais esteve diretamente relacionada com a tradição de promoção do amparo à saúde de que eram tributários. Empreenderam ações nesse sentido tanto na SPBPD, por meio da prática caritativa - disponibilização de médicos, remédios e, em última instância, o recolhimento dos doentes nas casas de particulares - quanto na Santa Casa, por meio de doações e intervenções políticas visando seu melhor funcionamento, ações que seriam revertidas em prol de seu grupo.

O quadro de melhorias significativas na situação da Santa Casa é normalmente atribuída ao Dr. José Candido da Silva Murici. Ele teria sido o responsável por iniciar um processo de reforma e ampliação nas instalações do hospital, que acabaram culminando com a construção de um novo edifício para o Hospital, em 1880³⁸. Não foi, no entanto, por sua condição de médico que ele

³⁸ O médico baiano Dr. José Candido da Silva Murici foi eleito provedor da Santa Casa de Misericórdia em 1866 e, a partir de então, melhorias reais ocorreram nas instalações do hospital (PIZANI, 2005:142). Tendo falecido em março de 1879 não chegou a ver o projeto do novo prédio da Santa Casa concluído, o que ocorreu apenas em 1880. Quando foi inaugurado, no entanto, o prédio já estava novamente aquém das necessidades da cidade.

conseguiu mobilizar diferentes setores da sociedade e obter um resultado positivo para a Santa Casa, mas sim pelo fato de ter ocupado o cargo de provedor da instituição.

Segundo Silva (2009:4), ao final do século XIX o cargo de provedor nas Santas Casas, o mais alto da Mesa Diretora, era ocupado, preferencialmente, por homens com trânsito nas diferentes “esferas do poder imperial” e, em geral, amplamente esclarecidos. Assim, a atuação desses homens teria sido marcada por uma filiação ao pensamento de sua época, articulada, portanto, “às lógicas e exigências de uma época hegemônica pelo pensamento jurídico e médico higienista” (SILVA, 2009:4). Assim, a autora afirma que eram, em sua maior parte, participantes ativos dos diversos acontecimentos e processos políticos de sua época, realizando um trânsito entre os diferentes poderes e as elites locais juntos às quais tentavam “sanar as dificuldades de ordem econômico-financeiras” sofridas pela entidade [Santa Casa] principalmente na entrada do período republicano (SILVA, 2009:5).

Considerando a questão por outro aspecto, Sá (1997:91) considera que as Instituições de Caridade eram, antes de tudo, “arenas cruciais nas lutas pelo poder ao nível local”, nos quais a presença e atuação desses homens, além de trazerem benefícios à elas, eram revertidos em afirmação social, prestígio e privilégios a esses indivíduos e as suas famílias.

Assim, ser provedor da Santa Casa não era um cargo que instituíria a distinção social para quem o ocupava. Era, antes de mais nada, uma espécie de reconhecimento da distinção social do indivíduo que, por ocupar esse espaço social, poderia agir como intermediário entre as esferas de pobreza, representada pelos amparados da Santa Casa, e de poder, representada pela política e pela elite política e econômica que poderia ampará-la, se fosse mobilizada em prol desse objetivo.

Devido à proeminência de grande parte dos associados da SPBPD na sociedade curitibana, sobretudo nas áreas da política e do comércio, o grupo

português envolvido na criação daquela sociedade cumpria, de modo geral, os requisitos básicos para ocupar esse cargo na Santa Casa de Curitiba. Além disso, é importante ressaltar que eles já estavam envolvidos em uma tradição de amparo à saúde do qual a Santa Casa era a principal representante no contexto em que se encontravam. A associação desse grupo com o hospital, portanto, era uma via de mão-dupla: ao mesmo tempo em que facilitava o amparo aos seus compatriotas adoentados dentro de uma instituição que reproduzia os valores portugueses fora de seu país de origem, a distinção social de que eram portadores era revertida em favor da instituição. É assim que podemos, portanto, observar um estreito relacionamento entre os portugueses envolvidos na SPBPD e os portugueses que ocuparam o cargo de provedores da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba³⁹.

Em 1888, 10 anos após a fundação da SPBPD, o grupo português, representado na figura de José Fernandes Loureiro, ocupou pela primeira vez o cargo de provedor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Sendo Fernandes Loureiro um dos fundadores da SPBPD, é possível afirmar que a estratégia utilizada pelo grupo português em Curitiba, com vistas a realizar seus objetivos, passava pelo seu julgamento. Dessa forma, é significativo que, após 10 anos da fundação da SPBPD, sem conseguir iniciar o projeto de construção do hospital tão almejado pelos portugueses, eles tenham começado a pensar em soluções alternativas para promover o amparo à saúde de seus compatriotas. O hospital da Santa Casa mostrava-se uma boa alternativa, pois já possuía uma certa estrutura para o atendimento aos doentes e a vinculação

³⁹ Utilizando como referência o Livro de Associados da SPBPD de antes de 1923, quando ser português era condição *sine qua non* para associar-se, pode-se constatar que foram provedores da Santa Casa os portugueses José Fernandes Loureiro, em 1887; Manoel Martins de Abreu, no período de 10 anos, de 1909-1919; Antônio de Souza Mello no período de 4 anos, de 1926-1930. Em período posterior ao dessa pesquisa, ainda houve mais um português que ocupou o cargo, José Fernandes Loureiro, em 1966 e 1967. Pode-se afirmar sobre eles que todos estavam envolvidos com atividades comerciais. José Fernandes Loureiro³⁹, residente em Curitiba desde 1860, era um dos maiores comerciantes de produtos farmacêuticos da cidade, embora comercializasse também fazendas e alimentos. Era também sócio-fundador da SPBPD. Já Manoel Martins de Abreu, também comerciante, teria nascido em Portugal em 1855 e não se sabe sua data de chegada na capital paranaense, mas é possível afirmar que já em 1892 participou da fundação da Associação Comercial do Paraná, instituição na qual permaneceu até 1919, quando por questões de saúde mudou-se para o Rio de Janeiro. Tornou-se membro da SPBPD na ocasião de sua reorganização, em 1898. Sobre Antonio de Souza Mello, sabe-se que viveu em Curitiba entre o final do século XIX e início do século XX. Também era comerciante e estabeleceu sociedades comerciais com membros e não-membros da SPBPD.

de profissionais da saúde, além de uma filiação à tradição portuguesa. Trabalhar para seu desenvolvimento, portanto, poderia se mostrar uma alternativa temporária, enquanto seu hospital próprio não fosse construído. Essa solução, além de evitar que a SPBPD tivesse que empregar todo seu capital nesse projeto, ainda destacava essa elite portuguesa junto a todos que pudessem se beneficiar do atendimento da instituição hospitalar no estado do Paraná⁴⁰, e não apenas entre seus compatriotas.

Para a Santa Casa, o envolvimento da associação também era interessante. Na ata de posse do português Fernandes Loureiro, eleito provedor para 1887, encontramos, por parte de membros da irmandade de misericórdia, declarações de que passavam o cargo com “indizível satisfação” a esse “cavalheiro com *tantos títulos [grifo meu⁴¹]*” e propunham que a ele “se consign[asse] nessa ata um voto de gratidão e reconhecimento pela sua devoção manifestada em selo de honradez” (LIVRO DAS ATAS DOS IRMÃOS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA:mar/1887). Assim, se o grupo português obtinha vantagens com sua filiação à Santa Casa, pode-se dizer que a filiação dos representantes mais ilustres dessa comunidade a essa instituição agregava a ela um valor simbólico e uma esfera de credibilidade que esperavam se revertissem em prol daquela instituição hospitalar.

Para conseguir avanços significativos na infra-estrutura e qualidade de atendimento do hospital, apenas a mobilização de particulares, no entanto, não parecia ser suficiente. Era necessário mobilizar o poder público. Essa ao menos, parece ter sido a opinião dos irmãos de misericórdia da Santa Casa

⁴⁰ Apesar de estar localizada em Curitiba, a Santa Casa realizava atendimento a doentes encaminhados por várias cidades do Paraná, nas quais a assistência à saúde era ainda mais deficitária do que na capital.

⁴¹ Além de sua vinculação à SPBPD e de ocupar o posto de um dos maiores comerciantes da cidade, Fernandes Loureiro também era membro do Clube Curitibano, instituição frequentada pela elite econômica da cidade. Freqüentador das rodas políticas de Curitiba, estabeleceu laços estreitos com Ildelfonso Correia, Barão do Serro Azul, maior produtor de erva-mate da região e político.

que em 1909 colocaram, no cargo de provedor, Manoel Martins de Abreu⁴², mais um representante do grupo português associado à SPBPD. Sua escolha poderia se justificar por reconhecerem que “por muitas vezes diversos presidentes do Estado o convidaram para colaborar na confecção das leis, como muitas vezes foi o embaixador entre o governo e as classes comerciais”. Possivelmente esperavam que ele também pudesse atuar como mediador entre a Santa Casa e o governo, cumprindo assim exatamente o papel que se esperava de um provedor.

A necessidade de instituir como provedor alguém de moral tão elevada junto aos poderes públicos se daria, possivelmente, devido à postura de total ausência do governo municipal de Curitiba em relação à instituição, conforme pode ser percebido pelo trecho, proferido pelo provedor que passava o cargo à Abreu, em ata de 1909

Mais uma vez devo lamentar o nenhum interesse que tem demonstrado as municipalidades do Estado pelos estabelecimentos que a nossa instituição mantém com tão grande sacrifício. Reiterados pedidos dirigi aos Srs. Prefeitos Municipaes, no sentido de nos auxiliarem no que estivesse a seu alcance. De todas as municipalidades apenas seis contribuíram com um pequeno auxílio, cinco votaram verba nos respectivos orçamentos, mas há dois anos que não efetuam o pagamento. Os restantes nem sequer se dignaram a responder o meu ofício. Entretanto, rara é a semana que não vem pedido para internação de alienados e de enfermos (LIVRO DAS ATAS.: jan/1909).

Ao que parece, no entanto, mesmo a despeito de todo o prestígio de Abreu junto aos políticos da cidade, esse problema persistiu após sua posse. No entanto, a imagem de inércia ou derrota em nada contribuiu para que o grupo português em Curitiba mantivesse seu espaço de destaque dentro da sociedade curitibana. Assim, Abreu lança mão de outra estratégia para conseguir sanar as dificuldades da Santa Casa. Utilizando-se de seu prestígio

⁴² Manoel Martins de Abreu tornou-se associado SPBPD na ocasião da reorganização, em 1898. Foi membro da comissão consultiva, em 1898 e 1899 e Presidente em 1899 – 1900. Foi novamente membro da comissão consultiva nos anos de 1911 a 1914. Propôs inúmeros associados que acabaram tornando-se membros da Sociedade.

junto à comunidade de comerciantes, tomou a iniciativa de enviar convites para que eles contribuíssem com a Santa Casa. Embora não se saiba quantos pedidos de apoio foram enviados, consta em ata que “cerca de 200 aceitaram, tendo alguns, inclusive, enviado uma jóia” (LIVRO DAS ATAS...:jan/1910). Esse fato teria sido extremamente importante para que a Santa Casa continuasse funcionando no período, devido ao aumento cada vez maior de sua demanda, causado, principalmente, pela

vinda de colonos e trabalhadores para a estrada de ferro, classe que em caso de moléstia mais precisa da caridade pública tem aumentado consideravelmente o número de doentes, quer na Santa Casa, quer no Hospício (LIVRO DAS ATAS...:jan/1910).

O aumento na demanda por atendimento na Santa Casa acabou por evidenciar um outro problema pelo qual a instituição passava, certamente decorrente do constante desinteresse do poder público em relação à ela. Suas instalações estavam inadequadas em relação às normas sanitárias da época. Durante o período em que o grupo português estava na provedoria da Santa Casa, começaram a surgir questionamentos acerca da filiação da instituição às modernas teorias médicas e higienistas – se o grupo não queria ter sua imagem vinculada a doenças e epidemias, já que essas eram compreendidas como sinais de atraso cultural e decadência, não queriam que o hospital no qual participavam tão ativamente tivesse sua imagem associada a de uma instituição arcaica e ultrapassada. A preocupação com essa situação foi registrada em ata de janeiro de 1910

é urgente melhorar a condições de higiene, como a canalização da água e esgotos pois não há quem não fique desagradavelmente impressionado ao passar por perto das quatro imundas latrinas, verdadeiros focos de infecção, colocadas para cumulo ao lado das enfermarias (LIVRO DAS ATAS...:jan/1910).

Afirmam ainda a necessidade de criar dois pavilhões, sendo um para isolar os tuberculosos. Esses melhoramentos, segundo eles, poderiam colocar a Santa Casa de Curitiba “ao nível dos mais adiantados estabelecimentos

hospitalares do Brasil” (LIVRO DAS ATAS.:jan/1910) e, certamente, agregar mais um aspecto positivo à imagem desse grupo.

Foi nesse sentido, portanto, que a ação dos portugueses na administração da Santa Casa de Misericórdia se mobilizou a partir de então. Se ao final do mandato de Abreu o hospital ainda não havia passado pela modernização pretendida, é possível afirmar que ela estava a caminho. Abreu, por sua vez, conseguiu agregar mais um título a si próprio, do qual todos os membros do grupo português poderiam de beneficiar - os irmãos de misericórdia propuseram a criação de um cargo exclusivamente para homenageá-lo, denominado “Provedor Honorário”. A sugestão foi unanimemente aceita e eles ainda propuseram que fosse colocado um retrato de Abreu “como verdadeiro benemérito da irmandade em galeria respectiva” (LIVRO DAS ATAS.:dez/1919), o que foi também unanimemente aprovado.

Assim, na Curitiba no início do século XX, é possível perceber que a vinculação dos portugueses com práticas caritativas de promoção à saúde ainda continuava sendo um dos fatores pelos quais eles eram reconhecidos, fosse dentro de sua comunidade ou perante sociedade de acolhimento. É possível cogitar que, além de expressar reconhecimento à pessoa de Abreu, a concessão desse título, proveniente de sua boa atuação na instituição por 10 anos, fosse revertida em benefícios tanto para ele quanto para seus compatriotas, que dificilmente teriam o atendimento na Santa Casa negado.

O objetivo da Santa Casa de diminuir a distância entre os cofres públicos e a instituição parece ter sido amenizado apenas no final da década de 1930. Em 1929 o hospital ganhou mais uma ala, ampliando sua capacidade de atendimento. Essa obra teria sido possível devido à disponibilização de capital oriundo da venda de alguns terrenos pertencentes à Santa Casa de Misericórdia. Sobre isso, declara o português Antonio de Mello Souza, que era provedor nesse período

não poder silenciar ante o gesto profundamente altruístico de nosso benemérito Governo Estadual facilitando-lhe e fazendo-lhe construir as expensas suas as redes de água e esgoto da nova ala; ao comércio de Curitiba que prontamente atendeu com valiosos

donativos para as instalações dos quartos particulares, a todos os quais declaro hipotecado o seu sincero reconhecimento (LIVRO DAS ATAS...:dez/1919).

Destaca ainda algumas pessoas individualmente, dentre eles Ermelino de Leão Junior⁴³, pela doação de um aparelho de raio-x, o Dr. João Moreira Garcez⁴⁴, pela construção da estrutura de cimento da nova ala, e Henrique Jaime, responsável pela fiscalização na construção da obra.

Percebe-se, portanto, que a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba foi um estabelecimento que ao longo de sua trajetória passou por muitas dificuldades, sobretudo no que diz respeito ao apoio financeiro da administração da cidade. No entanto, por se tratar de um estabelecimento fundamental, houve uma articulação da sociedade em seu redor, com o objetivo de garantir seu funcionamento ao longo desse período. Os portugueses vinculados à SPBPD, por constituírem uma elite imigrante, dotada de fundos e de influência política, aliaram-se a essa instituição com um duplo objetivo – ajudar em sua manutenção e, dessa forma, garantir atendimento médico a seus compatriotas e também colher os benefícios decorrentes da ocupação que um cargo como esse oferecia.

O reconhecimento pelo trabalho prestado em prol da Santa Casa era simbólico. Na ocasião da entrega da nova ala do hospital, Souza, que ocupou o cargo por 4 anos, pediu para que fossem eleitas outras pessoas para a mesa diretora, de preferência aqueles que ainda não houvessem participado da administração para que, dessa forma, a administração se tornasse mais dinâmica. Apesar de seus apelos, no entanto, ele foi reeleito. Diante desse acontecimento, Souza diz que, por tratar-se da vontade da maioria, assumirá o cargo. Porém, pouco tempo depois notifica à Mesa Diretora que

⁴³ Importante empresário do ramo de produção e beneficiamento de erva-mate.

⁴⁴ Moreira Garcez foi prefeito de Curitiba por duas gestões: 1920-1928 e 1938-40. Era engenheiro e ficou conhecido por seus projetos de urbanização, dentre os quais se destacam a abertura de várias ruas e a construção do primeiro arranha-céu da cidade. Esteve também envolvido com a criação da Universidade Federal do Paraná.

por motivo de moléstia e ainda por ter de se retirar desta capital em procura de melhoras para sua saúde, não lhe era possível continuar a frente da administração da Irmandade, pelo que vinha solicitar a Assembléia lhe fosse concedida uma licença por tempo indeterminado a fim de poder afastar-se do seu cargo. Declarou ainda que estando presente o Sr. Agostinho Leão Junior, Vice-Provedor, passar-lhe-ia as funções respectivas (LIVRO DAS ATAS...:jun/1930).

Além de ocupar uma posição política dentro da Santa Casa de Misericórdia, os portugueses ainda destacavam-se em outra frente dentro da instituição, por meio de doações. Isso pode ser constatado pela análise do Livro de Donativos da Santa Casa de Misericórdia, um documento no qual deveriam, em tese, ser registradas todas as doações feitas à instituição. Não é possível, contudo, afirmar que elas foram de fato mencionadas, já que em determinados momentos existiram lacunas temporais entre um registro e outro. Também é possível perceber alguns lapsos em relação à cronologia dos registros, sendo que, em determinados momentos, voltava-se alguns anos para lançar determinadas doações, que possivelmente deixaram de ser lançadas no momento em que ocorreram e que, posteriormente, foram corrigidas. A despeito dessas ressalvas, no entanto, é possível, a partir desse documento, visualizar quem eram os principais doadores da Santa Casa e sobre o tipo de doações que praticavam, fossem elas em dinheiro ou mercadorias. Nesse documento encontra-se outra importante estratégia dos portugueses associados à SPBPD para efetivar o projeto político de amparo à saúde de seus compatriotas e de obtenção de prestígio junto à sociedade de acolhimento.

Encontramos nesse documento doações feitas por esses imigrantes tanto em nome de suas empresas como pessoas físicas. Alguns se destacavam pela periodicidade nas doações, enquanto outros pela grande quantia de dinheiro. José Augusto d'Arruda, por exemplo, associado SPBPD, era proprietário da Pharmacia Arruda e Ferreira e contribuía segundo os registros, anualmente, em alguns anos, duas ou três vezes com a doação de medicamentos. Em maio de 1898 encontramos uma de suas típicas doações: "12 vidros de água ingleza; 12 vidros de Peitoral Paranaense; 6 vidros de elixir Tarumã; 24 vidros de pílulas diversas" (LIVRO DE DONATIVOS: Santa Casa de Misericórdia e Hospício de Nossa Senhora da Luz:mai/1898).

Outro doador frequente era o provedor José Fernandes Loureiro, cujas doações eram, normalmente, lançadas em nome de sua empresa, Fernandes, Loureiro e Cia, ou como “A Casa José Nabo”. Normalmente fazia uma doação anual, no mês de fevereiro. Era comum encontrar entre suas doações “2 pç de fazenda para colchões; 2 pç de fazenda para roupas; 12 cobertores (LIVRO DE DONATIVOS... :fev/1898).

Além das doações periódicas, também eram feitas doações esporádicas, como a doação de “um saco de café muito bonito” (LIVRO DE DONATIVOS... :mar/1901), feita por Francisco Paiva em março de 1901. No mês seguinte encontramos, da Baronesa do Serro Azul, a doação de “uma barrica de erva-mate Ildefonso” (LIVRO DE DONATIVOS :abr/1901).

Doações em dinheiro, as chamadas esmolos, também eram frequentes. Em março de 1899, a Baronesa do Serro Azul novamente doa à Santa Casa uma esmola no valor de 100 mil réis (LIVRO DE DONATIVOS... :mar/1899). Em outubro de 1900 Manoel Fernandes Paixão doa a importância de 97.740 mil réis, produto arrecadado para a Santa Casa por meio de um “espetáculo de circo dos irmãos Gery” (LIVRO DE DONATIVOS... :10/1900).

Os maiores valores doadas à Santa Casa, no entanto, foram feitos por imigrantes portugueses associados à SPBPD. Em março de 1906, João Carvalho Junior entrega 800 mil réis, deixados à instituição por seu pai falecido, João Carvalho de Oliveira (LIVRO DE DONATIVOS... :mar/1906). Em julho de 1909, Manoel Martins de Abreu doa 600 mil réis (LIVRO DE DONATIVOS... :jul/1909); Em janeiro de 1904, Alfredo Loureiro doa 500 mil réis (LIVRO DE DONATIVOS... :jan/1904). A maior doação do período, no entanto, foi feita em março de 1909 por José Fernandes Loureiro, que deixou como legado à Santa Casa uma doação no valor de 2 milhões de réis (LIVRO DE DONATIVOS... :mar/1909).

Além das doações feitas pelos imigrantes portugueses, era comum também que a Santa Casa recebesse doações feitas anonimamente. Os alemães, com frequência, também faziam doações, como é o caso da empresa de José Hauer (José Hauer e Filhos) que em janeiro de 1901 doou “1/2 dz. de chapéus de palha e algumas centenas de metros de fio de ferro” (LIVRO DE

DONATIVOS... :jan/1901), ou a Sociedade Deutscher Sangerbum (atual Clube Concórdia) que doou, em dezembro de 1899, 200 mil réis (LIVRO DE DONATIVOS... :dez/1899).

Diante da ausência de subsídios públicos para a manutenção do hospital, essas doações adquiriam grande importância, pois se configuravam como uma das principais fontes de renda do hospital. Além disso, essa fonte dá abertura a outro questionamento: tendo em vista que os portugueses foram individualmente responsáveis pela doação dos maiores valores à Santa Casa nesse período, será que a não-efetivação do projeto de construção de um hospital próprio em Curitiba pode ser creditada à falta de patrimônio desse grupo, ou existiria algum outro fator que poderia ser apontado como o maior responsável pela não-efetivação desse projeto? Buscaremos responder essa pergunta no próximo capítulo. Antes, no entanto, é preciso compreender em que medida o vínculo dos portugueses com a Santa Casa de Misericórdia refletiu nos rumos da SPBPD no final do século.

2.2.3 Novos Rumos

Em todo esse período em que os portugueses estiveram envolvidos com a manutenção e o funcionamento da Santa Casa, a SPBPD passou por algumas modificações. Após uma diminuição em suas atividades durante a década de 1890, em 1898, a instituição passou por uma revitalização e teve um novo estatuto elaborado e publicado em 1901. O projeto de construção do hospital ainda não se havia concretizado, mas continuava previsto nesse novo estatuto.

Em 1902 ocorreu uma movimentação desses imigrantes em torno da construção do hospital. A baronesa do Serro Azul⁴⁵, tradicional benemérita, interessou-se pelo projeto e resolveu apoiá-los, doando um terreno para sua construção. Nele foi construída uma pequena enfermaria, que acabou funcionando temporariamente. Após esse período, o terreno manteve-se desocupado por algum tempo, sendo posteriormente negociado em prol da construção de uma sede social para a Sociedade.

O amparo à saúde dos portugueses continuou sendo praticado da mesma forma que fora até então – por meio de socorros financeiros ou, em casos mais graves, com o recolhimento dos doentes à Santa Casa.

A forma como esses socorros deveriam ser distribuídos, no entanto, passou por uma tentativa de maior normatização nesse novo período de funcionamento da SPBPD. Assim, o estatuto de 1898 caracterizou-se por uma melhor delimitação sobre o perfil de quem teria direito ao amparo prestado por aquela entidade. Segundo esse documento, tinham direito “todos os sócios e suas famílias de preferência a qualquer estranho, desde que precisem de socorros” (ESTATUTO, 1901:5). Os estranhos, no entanto, seriam aqui delimitados especificamente como “portugueses que se encontrarem de passagem neste Estado” e mesmo assim, “de acordo com as circunstancias do cofre da sociedade, e só em casos muito especiais, a juízo da diretoria” (ESTATUTO, 1901:11).

Uma nova categoria passou a reger a distribuição da beneficência nesse período: a de português recém-chegado, como eram considerados

os que apresentarem seu passaporte, que não tenha sido expedido há mais de seis meses e, na falta deste, por declaração firmada por três sócios, que se responsabilizarão pelas despesas feitas, quando seja provada a in verdade da afirmativa (ESTATUTO, 1901:11).

Interessante observar que a flexibilização no que diz respeito à apresentação do passaporte pode significar, por parte dos membros da

⁴⁵ A baronesa do Serro Azul, nome como ficou conhecida Maria José Correia, esposa de Ildefonso Pereira Correia, o barão de Serro Azul, maior produtor de erva-mate do Paraná.

SPBPD, uma adequação ao fato de que muitos portugueses vinham para o Brasil de forma irregular nesse período e por esse motivo não possuíam documento oficial que comprovasse a data de chegada ao país (PEREIRA, 2002, 34).

Em relação aos sócios ativos, que sempre gozaram de plena assistência por parte da Sociedade, também eles seriam incluídos em uma norma agora. Eles seriam classificados de acordo com os critérios “com família” e “sem família”. Aos primeiros estava previsto que deveriam ser “tratados de sua enfermidade em casa, a Sociedade fornecerá médico e medicamentos, bem como o subsídio a que tiver direito pela Tabela de Socorros⁴⁶ (ESTATUTO, 1901:11). Além de respeitar um valor imposto pela tabela, os associados também estariam sujeitos a uma espécie de investigação das condições da família por parte dos administradores de beneficência⁴⁷, que determinariam o tipo de socorro a ser pago pela Sociedade - se seria um auxílio mensal ou a destinação de uma quantia única (ESTATUTO, 1901:12). Já em relação aos associados sem família, constava no estatuto que “a Sociedade encarregar-se-á de seu tratamento na Misericórdia dessa cidade, em casas ou enfermarias particulares, enquanto não tiver hospital próprio” (ESTATUTO, 1901:11).

Nesse período, até mesmo as viúvas dos associados passaram, particularmente, por um período de suspeição. Em setembro de 1906, a Sra. D. Anna M. Marinho comunicou, por meio de ofício, a morte de seu esposo, João Caetano Marinho e pediu auxílio da SPBPD por ter ela ficado sozinha com 3 filhos pequenos (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA:set/1906). O presidente delegou ao administrador de beneficência a tarefa de se informar a respeito da real situação da família para só então decidirem se a pensão seria concedida.

⁴⁶ De acordo com a tabela de socorros, eram os seguintes benefícios e seus valores:

Para doença aguda: 45\$000 mensais;

Para doença crônica: 30\$000 mensais;

Para convalescença: 30\$000 mensais;

Para invalidez: 30\$000 mensais;

Para prisão temporária: 30\$000 mensais;

Para transporte para fora do Estado: 50\$000 de uma só vez;

Para transporte para fora do País: 150\$000 de uma só vez;

Para funeral: 100\$000 de uma só vez;

Subsídio às viúvas dos sócios ou a seus filhos quando órfãos: 30\$000 mensais (ESTATUTO, 1901:12).

⁴⁷ Cabia aos administradores de beneficência decidir se a Sociedade deveria ou não ceder o benefício requisitado. Em alguns casos, procediam a uma investigação para constatar a real necessidade do auxílio, sobretudo no caso das viúvas.

Após constatar que as dificuldades eram de fato como informadas, eles dispensaram à viúva auxílio mensal no valor de 30 mil réis, aprovado unanimemente (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: out/1906). Em outra situação, o auxílio à viúva de um associado foi negado, pois após investigação constatou-se que “a mesmo possuía imóvel alugado e vivia na casa de parentes”, não se configurando assim real necessidade de auxílio (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: mar/1910). Casos em que fosse constatado que havia abuso por parte do beneficiado passaram a ser punidos com sua total exclusão das ações da Sociedade.

Em 1911, a viúva do associado Hermenegildo d’Assumpção Teixeira começou a receber um subsídio mensal no valor de 50 mil réis (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: mai/1911). Não se sabe até quando ela recebeu esse valor, mas, no final de 1917 (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: dez/1917), quando novamente recorreu à diretoria da SPBPD solicitando auxílio financeiro, esta passou a lhe entregar uma pensão mensal no valor de 45 mil réis, que seria reajustada para 30 mil réis após o mês de maio de 1918 (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: mai/1918).

Em 1923, o estatuto da SPBPD passa por uma nova transformação. A instituição passou a denominar-se de Sociedade Portuguesa Beneficente e Recreativa Primeiro de Dezembro. De acordo com esse novo estatuto, foram mantidas todas as categorias de associados acima descritas, porém, mais uma foi criada: a de sócio auxiliar, categoria reservada a todos os não-portugueses. Apesar dessa ruptura liberal, no entanto, é importante observar que aos brasileiros cabia uma série de restrições. Embora eles pagassem um valor mais baixo do que os portugueses para se associarem, não gozavam de todos os privilégios a que o grupo imigrante tinha direito. A maior restrição, possivelmente, estava relacionada justamente com a questão do amparo à saúde. No artigo 4º deste estatuto pode-se ler que só seriam aceitos como

sócios ativos os que não fossem considerados “decréritos⁴⁸” (ESTATUTO DA SPBPD, 1923:6), ou seja, gozassem de boa saúde, exigência que se juntava à nacionalidade, que deveria ser portuguesa e “maior idade, ou sendo menor, com consentimento de sua família e, no impedimento desta quando vivendo a sua custa” (ESTATUTO DA SPBPD, 1923:5). E a beneficência ficou restrita, “unicamente aos sócios ativos, beneméritos e sua família” (ESTATUTO, 1923:8).

A caridade e a beneficência, portanto, não se destinavam a todos que desejassem fazer parte da Sociedade, mas apenas aos sócios ativos, aos beneméritos e suas famílias, o que demonstra que a “caridade” e “proteção”, objetivos primários da sociedade, continuaram voltados preferencialmente para seu grupo. A inclusão de um universo mais amplo de associados, no entanto, poderia aumentar sua arrecadação financeira. Dessa forma, os “não-portugueses” sentiam-se acolhidos dentro desse grupo, formavam laços com eles, e os portugueses poderiam usufruir de um melhor amparo e maior proteção.

Ainda restavam as diferenciações entre sócios com ou sem família, mas agora aos com família a Sociedade iria disponibilizar apenas médico e auxílio financeiro, e não mais medicamentos (ESTATUTO, 1923:11). Aos sócios sem família “será, querendo, recolhido à Santa Casa, em quarto particular, enquanto não haja hospital próprio (ESTATUTO, 1923:11). Nesse caso “a direção de acordo com a comissão de beneficência, entender-se-á com a Santa Casa, enquanto não houver Hospital próprio, sobre a remuneração mínima para o tratamento dos associados” (ESTATUTO, 1923:18).

Assim, a despeito do projeto de construção do hospital nunca ter desaparecido por completo, é possível cogitar que a vinculação dos portugueses à Santa Casa de Misericórdia sanou, ainda que parcialmente, o problema da assistência médica aos portugueses pobres. Como contribuíram

⁴⁸ Outra observação importante é a de que a delimitação maior do grupo que poderia receber a caridade poderia ser fruto também dos revezes pelos quais a Sociedade poderia ter passado ao longo do tempo. Ao impor a condição de “não-decrépito” para os sócios ativos, procuravam, certamente, evitar que pessoas que já se sabiam doentes buscassem a associação apenas com o objetivo de conseguir tratamento e não com o desejo de engrandecê-la,

para que essas melhorias ocorressem, acabaram reservando o espaço da SPBPD para investir em outros projetos, como a construção de um Gabinete de Leitura, ou mesmo a construção de uma sede social para a SPBPD, também inexistente ainda na década de 1930.

Tanto o Gabinete de Leitura quanto a aquisição de uma sede, no entanto, eram projetos que só se justificavam, diante da existência da SPBPD, por serem projetos que buscavam delimitar seu território cultural, de dimensão mais nacional e, portanto, exclusiva a eles. A promoção da saúde na Santa Casa, porém, abrangia um grupo maior e sua existência estaria assegurada, mesmo após a dissolução da SPBPD, caso ela viesse a ocorrer algum dia. É a hipótese que levantamos a partir da constatação da existência de cláusulas nos três estatutos elaborados por eles nesse período, nas quais estava prevista que, em caso de dissolução da SPBPD, o capital que possuísem seria, em parte, destinado à Santa Casa⁴⁹.

Em que pese a estreita ligação que a SPBPD possuía com a Santa Casa, é possível observar que seu projeto de criação de um hospital de beneficência em Curitiba continuou vivo por todos esses anos. No entanto, a despeito de ter recebido até mesmo um terreno para sua construção, esse projeto acabou por não se efetivar. Levantando a hipótese de que o problema econômico não poderia ser apontado como principal motivo para a não-construção do hospital, uma vez que o grupo de portugueses associado à SPBPD era portador de condições financeiras elevadas, pois praticava a doação de altos valores à Santa Casa, e que esse projeto acabou ganhando

⁴⁹ No estatuto de 1878 consta no artigo 35 que “não se conseguindo a sessão em Assembléia Geral em dentro de 30 dias a diretoria tomara para si a tarefa e reduzindo a dinheiros os efeitos – dividirá o fundo da sociedade em três partes e entregará: - 1 para as viúvas e orfãos de sócios e na falta a portugueses mais necessitados e desvalidos; para a Santa Casa de Misericórdia desta cidade; e a outra para as casas de asilo da infancia de Lisboa e do Porto” (ESTATUTO, 1878:11). No estatuto de 1898 as instituições de Portugal são excluídas da partilha do capital da SPBPD, ficando decidido no artigo 52 que “sendo votada a sua dissolução, a diretoria dividirá os haveres da sociedade, reduzindo a dinheiro, em duas partes iguais, distribuindo igualmente uma pelos sócios pobres e viúvas e orfãos de sócios pobres e a outra entregará à Misericórdia de Curitiba” (ESTATUTO, 1898:14). E, finalmente, no estatuto de 1923 no artigo 65 resolvem que “no caso de dissolução os haveres liquidados serão divididos em três partes: uma para os portugueses indigentes aqui residentes, outra para a Santa Casa e as terceiras para as Santas Casas de Portugal” (ESTATUTO, 1923:19).

apoio de uma parte da elite curitibana não-portuguesa, afinal de contas, qual teria sido o empecilho para a efetivação desse projeto?

3 A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO-IDENTITÁRIO: A UNIDADE E O AMPARO COMO META

*“Os portugueses têm nesta obra o elogio
documentado de seu real valor”*

(Comissão Organizadora do Album da Colônia Portuguesa no Brasil)

No capítulo 2 deste trabalho foram apontadas as estratégias elaboradas pelo grupo português para promover o amparo à saúde de seus compatriotas na cidade de Curitiba, no final do século XIX e início do século XX. Eles buscavam, com esse ato, manter a tradição iniciada em Portugal com as Misericórdias e da qual eram tributários. No entanto, acabaram desenvolvendo uma forma alternativa para efetivá-lo, por meio de sua associação à Santa Casa de Misericórdia, entidade independente da SPBPD. O projeto de construção de um hospital próprio, no entanto, não foi abandonado pelo menos até 1923.

Nesse capítulo busca-se apontar os fatores pelos quais o projeto de construção do hospital não se efetivou, mesmo a despeito de receberem a doação de um terreno para a construção do hospital e de haver um certo consenso entre os membros da SPBPD no que diz respeito a esse projeto.

Para isso, o capítulo inicia-se com a análise do Album da Colônia Portuguesa no Brasil, de 1929. O objetivo é, a partir da análise desse documento, tentar compreender quais são as diferenças entre Curitiba, cidade na qual esse projeto não se efetivou, e as demais cidades brasileiras que conseguiram empreendê-lo. A partir da análise desse documento, introduzimos um importante conceito, que colocará em perspectiva os projetos de beneficência portugueses no Brasil, destacando, para além de seu caráter caritativo, seu caráter representativo.

O Album ainda fornecerá pistas importantes para compreensão do motivo pelo qual esse projeto não vingou em Curitiba, por meio do depoimento de portugueses residentes na cidade. Com essas novas idéias em mente, iniciamos a análise da documentação produzida pela SPBPD, cogitando a

hipótese que a busca de um poder simbólico, por meio dos integrantes dessa associação, acabaram por nortear em grande escala suas ações.

A partir desses apontamentos, encerramos a análise das fontes utilizadas nesse trabalho para, na próxima sessão, indicar as conclusões às quais a análise desses documentos nos permitiram chegar no que diz respeito a não-efetivação do projeto de construção de um hospital de beneficência português na cidade de Curitiba.

3.1 QUEM SOMOS NÓS? A CONSTRUÇÃO DE UM AUTORRETRATO: O ALBUM DA COLÔNIA PORTUGUESA NO BRASIL, 1929

No segundo capítulo desse trabalho apontamos que o contexto que deu origem à imigração portuguesa do final do século XIX e início do século XX estava inserida em um contexto de crise europeia. O perfil dos emigrantes que saíam de Portugal era, em geral, muito semelhante entre si – eram via de regra homens jovens, em sua maioria solteiros. Ao chegarem ao Brasil, no entanto, as estratégias de sobrevivência que aqui desenvolveram diferenciou esses indivíduos em dois grupos: de um lado o trabalhador que permaneceu pobre e operário, sujeito às dificuldades cotidianas para a manutenção da vida e, do outro, os indivíduos que obtiveram sucesso financeiro, sobretudo por meio do comércio e que, por consequência, alcançaram destaque social nos locais em que se estabeleceram. Apesar, portanto, de na maior parte dos casos chegarem ao Brasil com condições materiais semelhantes, seu sucesso ou fracasso econômico os dividia em classes sociais distintas na sociedade de acolhimento.

As práticas associativas vivenciadas por eles em Portugal foram transpostas para os locais em que se estabeleceram, seguindo o modelo dos diferentes papéis sociais desempenhados de acordo com as camadas sociais. Isso implica dizer que o grupo mais bem-sucedido assumia a posição de provedor em relação ao grupo que se manteve mais carente, por meio da

caridade, beneficência ou filantropia. Esse modelo reproduzia o que acontecia em Portugal desde o século XV, quando os que se filiavam às irmandades de misericórdia tornavam-se doadores em relação ao grupo mais pobre, que recebia seu amparo.

No Brasil, mais do que se tornar grupo doador, os imigrantes que constituíram uma elite entre seus compatriotas e, muitas vezes, em relação aos próprios brasileiros, assumiram também o papel de representantes oficiais da colônia portuguesa no Brasil, sobretudo por possuírem poder econômico para serem detentores ou ter acesso facilitado a meios de comunicação e/ou representação. O grupo que era receptor ou beneficiário da caridade praticada pela elite, no entanto, permaneceu no anonimato.

Assim, a autoimagem que os imigrantes bem sucedidos buscavam passar de si estava sempre relacionada às grandes obras por eles empreendidas – edifícios, hospitais e etc. Faziam a divulgação dessa imagem por vários meios, desde a arquitetura grandiosa de seus edifícios até por obras escritas. Dentre os escritos destaca-se o *Album da Colônia Portuguesa no Brasil*⁵⁰, publicado em 1929. Por ser intitulada pelos próprios portugueses como porta-voz de sua colônia no Brasil, essa obra revela-se rica como fonte histórica, instigante para analisar o modo como foram retratadas as práticas associativas aqui desenvolvidas bem como sua relação com a promoção da saúde e o amparo.

Antes de prosseguir com a análise dessa fonte, no entanto, é importante salientar que a confecção de álbuns e almanaques representativos e/ou comemorativos não era uma prática exclusivamente portuguesa. Imigrantes de outras nacionalidades também tinham o costume de confeccioná-los, sobretudo em datas significativas, com o objetivo de manter a memória de sua cultura e costumes, bem como exaltar a imagem de seu povo. Sobre isso, diz a antropóloga Maria Catarina Chitolina Zanini em artigo sobre obra semelhante, publicada pelos imigrantes italianos, a propósito do primeiro cinquentenário da imigração italiana, em 1925

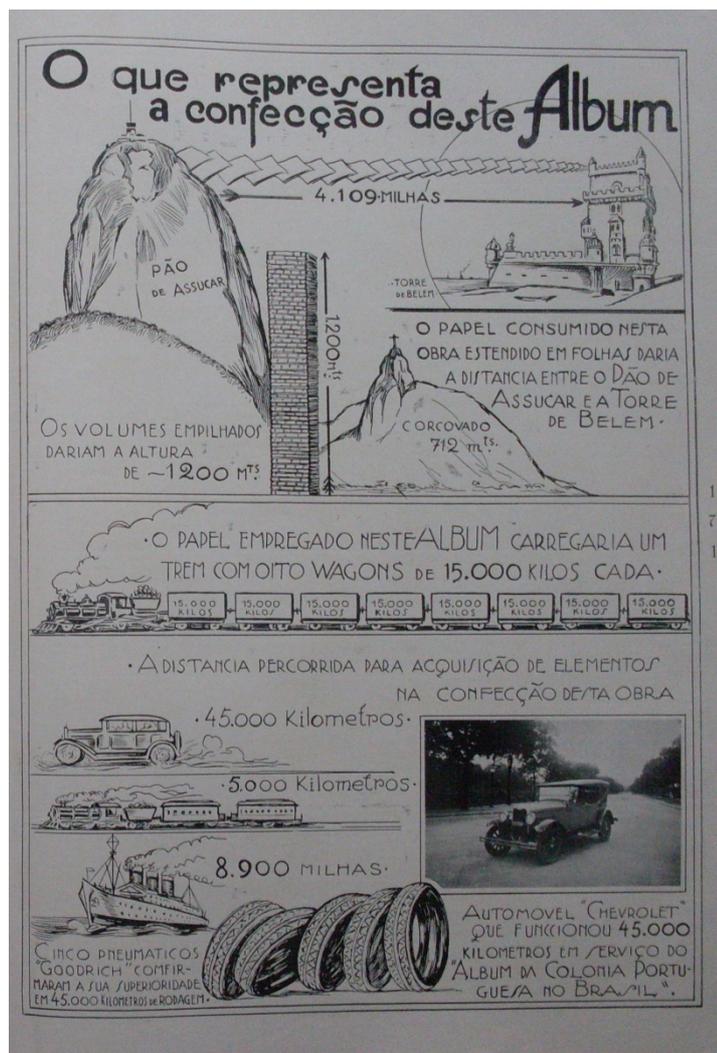
⁵⁰ Mantive o nome como grafado na obra.

Considero essas publicações extremamente ricas em informações que auxiliam a recompor o quadro humano que se delineava para aqueles indivíduos que se aventuravam na empreitada migratória ocorrida em finais do século XIX e início do século XX (...) são documentos que representam a complexidade daquele processo migratório, desde o momento de saída da Itália aos primeiros anos do processo colonizador em terras brasileiras. São obras narradoras, embora em estilos distintos, daquelas passagens e dos fluxos entre pessoas e continentes (ZANINI, 2007:521).

É possível, portanto, afirmar que a análise desse tipo de obra é muito rica para revelar aspectos do cotidiano desses indivíduos que em outras fontes documentais poderiam passar despercebidos. Pela grande validade, portanto, atribuída pelos próprios portugueses ao Album, se segue uma análise de seu conteúdo, cujo objetivo principal é compreender “o quadro humano” em que se inseriam esses imigrantes e, principalmente, mais do que retratar as obras por eles produzidas, compreender a forma com que eles as representavam.

O subtítulo do Album já antecipa o conteúdo de seu interior: “os portugueses no comércio, na indústria, nas ciências, nas letras, e nas artes tem nesta obra o elogio documentado de seu real valor”, deixando assim evidente um papel de destaque por eles desempenhado na economia brasileira. Segundo seus organizadores, foi “confeccionado especialmente para representar na Exposição Ibero-Americana, de Sevilha, em MCMXXIX, a ação e a importância dos portugueses que vivem no Brasil” (ALBUM DA COLÔNIA PORTUGUESA NO BRASIL, 1929:171).

Concebido, portanto, com o objetivo de representar a *colônia portuguesa do Brasil*, o livro impressiona por suas dimensões e qualidade. Com cerca de 50 cm por 33 cm e pesando por volta de 6 quilos, ele contém aproximadamente 700 páginas de textos, ilustrações e fotografias, com as mais variadas informações sobre os lusos residentes no Brasil. Para indicar a grandeza desse empreendimento, comparam



Album da Colonia Portuguesa no Brasil, 1929:171

A descrição física destacada no interior do Album, com o objetivo de demonstrar a grandiosidade desse projeto, remete às observações de Balandier (1980:10) sobre os símbolos utilizados pelos grupos de poder para se autorrepresentar. Para esse autor, eles caracterizam-se “pela grandeza ou a ostentação, a decoração ou o fausto, o cerimonial ou o protocolo”. A inserção das informações sobre as grandes dimensões do empreendimento pode ser compreendida, portanto, não apenas como simples curiosidade acerca do trabalho envolvido no processo de montagem da obra mas, principalmente, como uma forma de demonstrar para o leitor o poder e a grandiosidade do grupo.

O Album está dividido em duas sessões principais, a primeira intitulada “Distrito Federal”, referente à cidade do Rio de Janeiro ocupando cerca de 300 páginas. A segunda, denominada “Estados” está subdividida entre todos os 20 estados brasileiros e ocupa as páginas restantes. Ao longo dessas 700 páginas podem ser encontradas as mais variadas informações, desde relatos e biografias de portugueses considerados ilustres até anúncios das casas comerciais mais proeminentes.

É já, portanto, no início da obra que uma informação se destaca. Embora autores como Abreu (2002:418) afirmem que o associativismo português moderno, sobretudo aquele voltado para a promoção da saúde, tem sua origem no modelo das Misericórdias, encontramos uma voz que difere dessa opinião.

Ela pertence ao dramaturgo português Ruy Chianca, um dos organizadores da obra. Em seu artigo intitulado “Organização Social da Colônia Portuguesa no Brasil”, ele nega todas as instituições do Brasil Colônia e destaca a primazia do Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro, criado em 1837, do qual teria se originado a Beneficência do Rio de Janeiro em 1846. Afirma ele que

é, portanto, no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro que vamos encontrar a origem das agremiações portuguesas de ajuda mútua (tipo Beneficência). Também as instituições de educação podem ser consideradas ‘descendentes’ do Gabinete (ALBUM... 92).

É possível compreender que, se tratando o autor dessa afirmação de um literato, ele privilegie o Gabinete de Leitura em detrimento de outras associações. No entanto, mais do que demonstrar os interesses individuais de Chianca, essa afirmação leva a uma outra reflexão. A despeito de demorarem em assumir a condição de imigrantes e não mais de colonizadores, quando o fazem, elegem um marco próximo ao momento da separação política entre Portugal e Brasil para demarcar essa mudança de *status*, a criação do Gabinete, em 1837.

A conscientização, portanto, dessa mudança em seu estatuto, da posição de colonizadores para a de imigrantes, que poderia ser vista como algo negativo, foi, no entanto, historicamente representada pela eleição de um

marco honroso, a criação do Gabinete em 1837. Uma das hipóteses que essa constatação permite levantar é a de que a criação da beneficência, que representaria a dificuldade dos portugueses em terras brasileiras, foi posta em segundo plano, bem como as instituições do gênero que a precederam, fossem elas as Misericórdias ou as demais associações de ajuda mútua ou beneficência. O destaque se volta, portanto, para a criação de uma instituição representante, inclusive, da intelectualidade portuguesa, deslocando, dessa forma, o foco da necessidade de associações assistencialistas.

Mesmo assumindo a identidade de imigrantes radicados no Brasil, é inegável o orgulho que os portugueses sentem por terem sido os responsáveis pela colonização do território. Sobre esse tema são encontrados vários artigos no Album. O palco para esses artigos, na maior parte das vezes, é a capital do país, a cidade do Rio de Janeiro, que portava o título de campeã em número de portugueses residentes⁵¹. Sobre essa preferência exacerbada dos imigrantes pelo Rio de Janeiro, ressentiam-se outros estados brasileiros, como era, por exemplo, o caso do Paraná⁵².

Sobre isso, afirma o jornalista e político curitibano Jaime Balão que a emigração portuguesa não se dava para o Brasil, mas sim para o Rio de Janeiro que, segundo ele, já estava saturado de lusos. Essa dinâmica migratória constituiria para ele um mal, já que nas terras do Paraná os lusos encontrariam além de um clima mais agradável do que o fluminense (e parecido com o europeu), terras em abundância, tão ou mais férteis do que as da capital (ALBUM... 428).

Ermelino de Leão, que foi presidente do Paraná enquanto este ainda era uma província de São Paulo, irmanava-se ao descontentamento de Balão quanto à preferência dos portugueses pelo Rio de Janeiro e apresentava ainda mais um motivo pelo qual o Paraná era uma escolha mais sábia: o elemento europeu, branco e civilizado era abundante nessa região e, portanto, a

⁵¹ No Album o número de habitantes está distribuído por estado e não por cidade. Segundo suas informações, no estado do Rio de Janeiro, em 1929, havia cerca de 303.865 portugueses, seguido de São Paulo, com 281.418. O terceiro estado, em número de habitantes portugueses, Minas Gerais, já apresentaria um distanciamento significativo de São Paulo, com 20.050 indivíduos (ALBUM... 234).

⁵² Segundo dados do Album, havia no Paraná, em 1929, cerca de 2000 portugueses. (ALBUM... 234).

“transfusão” do sangue europeu com raças culturalmente inferiores era minimizada (ALBUM... 424).

Além dessas críticas expressas à primazia de um estado em relação aos demais, uma leitura mais atenta permite encontrar outros indícios de conflitos entre a grande colônia portuguesa no Brasil. Em meio às referências às associações existentes no Rio de Janeiro e a um artigo intitulado “O esforço português no Brasil” é encontrada uma nota intitulada “Explicação Necessária”, que diz o seguinte

Na colocação das diversas instituições portuguesas nesse Album era lógico que se observasse como norma para sua ordem a data de fundação. (...) porém, só com muita dificuldade foram se obtendo os dados históricos de todas as agremiações que aqui se encontram reunidas, não obstante os constantes pedidos feitos às suas respectivas diretorias, (...) não tendo, portanto, que queixar-se as instituições que, porventura, se encontrem colocadas fora do lugar que de direito lhes pertencia. *Também não se encontram aqui absolutamente todas as associações* (grifo meu). O motivo é o mesmo e não representa da parte do diretor do ALBUM DA COLÔNIA PORTUGUESA NO BRASIL esquecimento ou intuitos de melindre (ALBUM... 132).

Essa “explicação necessária” já nos fornece uma pista do possível motivo pelo qual a Sociedade Portuguesa paranaense não possui uma seção destinada a ela no Album – seus membros poderiam não ter colaborado nesse projeto, fosse por desinteresse na publicidade ou por alguma divergência em relação ao grupo que o estava organizando. A única referência a sua existência é a citação que de seu nome faz um dos paranaenses que colaboraram para a compilação.

Em contrapartida a “Explicação Necessária”, é possível observar já nas primeiras páginas do livro, com destaque e com capitulares vermelhas os seguintes dizeres

Nasceu este album de sentimento profundamente patriótico. Ao concebê-lo não tivemos outro objetivo que não fosse o de apresentar uma obra que concretizasse em síntese clara e luminosa, o que tem sido de intenso labor, de admirável iniciativa, de insigne benemerência a vida social dos portugueses no Brasil. (...) Não alimentamos a veleidade de supor que efetuamos uma obra completa. Nem a estreiteza do tempo, nem a debilidade do nosso

engenho o permitiram, sobrelevando ainda que as altivas magnificências do esforço lusitano no Brasil exigiam tela mais larga e pincel mais primoroso. Mas assim como em pequeno espelho se pode refletir a formosura mais radiante neste album reflete-se e refulge a imponência e relevância da colônia portuguesa no Brasil. (ALBUM... 5).

Ressalte-se, portanto, que o que os organizadores da obra pretenderam tornar visível foi o fato de que suas ausências e falhas foram motivadas por sua incapacidade de retratar tão grandioso empreendimento desse *todo* que era a *colônia* portuguesa no Brasil. Em nenhum momento, nessa página de destaque, foi feita alguma alusão à falta de cooperação de determinadas associações ou pessoas na confecção do livro.

Outro aspecto que chama a atenção é o grande número de associações de caráter regionalista existentes no Brasil no período de confecção do Album⁵³. Segundo o Album, apenas na cidade do Rio de Janeiro, sem contar as demais cidades brasileiras, no final da década de 1920 eram encontradas várias associações marcadamente regionais, como o Centro Trasmontano, o Centro do Minho, o Centro Beirão, o Centro Duriense, o Centro da Estremadura e etc., criadas com o intuito de preservar sua cultura regional e, possivelmente, evitar que ela se perdesse em meio à cultura luso-brasileira ou se mesclasse com a dos imigrantes das demais regiões, todos agora tomados por uma unidade no país de recepção.

Esse fator nos permite observar que, embora pretendessem passar a imagem de uma colônia unificada, e mesmo os brasileiros de forma geral possivelmente os vissem como um grupo homogêneo, Portugal apresentava características marcadamente diferentes entre suas regiões, que acabaram sendo transferidas para os diferentes locais aos quais eles se dirigiram em emigração.

⁵³ No século XIV, após passar por algumas transformações em sua divisão política, Portugal foi dividido pelo rei D. Dinis em cinco regiões principais que representariam adequadamente a diversidade regional do país: Entre Douro e Minho, Entre Douro e Mondego, Beira, Estremadura, Entre Tejo e Odiana. Com o passar do tempo outras divisões foram se configurando e ao início do século XIX Portugal possuía oito divisões principais: Entre Douro, Minho, Tras-os-Montes, Beira, Estremadura, Entre Tejo, Odiana e Algarve.

Além das associações de caráter regionalista, outra subdivisão ainda se impunha, como as associações de caráter profissional, artístico, atlético, literário, etc. Essas constatações nos remetem a algumas reflexões de caráter teórico, conforme discutiremos a seguir.

3.1.1 O grupo português no Brasil e o interesse de promover uma “visão única de sua identidade”

Primeiramente, é possível tomar o Album como uma forma de *representação* da colônia portuguesa no Brasil, de acordo com as palavras dos próprios organizadores, ainda no início do livro. Porém, para além de uma forma de representação, ele pode ser considerado a *oficialização* da *autorrepresentação* que esse grupo fazia de si mesmo. Internamente ao Brasil, sua representação já estava institucionalizada na própria criação das associações beneficentes, recreativas, regionais e etc. No entanto, a confecção dessa obra para a exposição internacional foi a possibilidade de passar uma imagem de união dessa colônia, independente dos conflitos que internamente ela pudesse apresentar. É possível, portanto, pensar no Album como uma forma de

oficialização [que] encontra sua plena realização na manifestação (...) através do qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, reprimido, torna-se visível, manifesto, tanto para os outros grupos como para si mesmo, atestando sua existência enquanto grupo conhecido e reconhecido (BOURDIEU, 1996:112).

Pode parecer incoerente utilizar as palavras “virtual”, “negado” e “reprimido” para os portugueses no Brasil, mas é importante lembrar que além de ocuparem um lugar de destaque como colonizadores e depois o perderem para serem enquadrados como imigrantes, eles ainda apresentavam a peculiaridade de se fundir à população luso-brasileira pela semelhança de nomes e da cultura. Para os imigrantes de outras nacionalidades que

chegavam ao Brasil, e mesmo para alguns habitantes de países estrangeiros, possivelmente “brasileiros” e “portugueses” não se diferenciavam muito entre si. Era justamente contra essa comparação que esses grupos colocavam-se, demarcando seus territórios, seus aliados e inimigos e as diferenças entre “nós” e os “outros”, ainda que essas diferenças fossem fundamentadas mais em *representações mentais*⁵⁴ do que em critérios objetivos.

Essa oficialização da representação pode ser feita como parte de uma *estratégia*⁵⁵ que poderia ter como objetivo manipular simbolicamente a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores. O objetivo dessa ação seria a conquista de interesses materiais ou simbólicos do seu portador. Diante disso, é possível cogitar que o grupo responsável pela confecção do Album poderia ser detentor de interesses materiais, comerciais ou políticos, e que a forma unificada como a colônia portuguesa no Brasil foi colocada por eles, formando um bloco sólido, poderia criar uma representação simbólica positiva nos estrangeiros que visitassem a exposição (ou entrassem em contato com esse livro em qualquer outro local), o que redundaria em benefícios objetivos para eles. O Album poderia, portanto, ser considerado uma *oficialização em representação objetal* das representações mentais que eles próprios tinham e/ou procuravam passar de si mesmos.

As afirmações acima, no entanto, somente podem ser validadas se levarmos em consideração que seu objetivo era a representação positiva da colônia no exterior. A própria grandiosidade com que a obra fora confeccionada, tão bem detalhada por eles no que diz respeito à quantidade de

⁵⁴ A procura de critérios “objetivos” de identidade “regional” ou “étnica” não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objeto de *representações mentais*, quer dizer, de atos de percepção e apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações *objectais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (BOURDIEU 2010:112)

⁵⁵ O conceito de estratégia aqui utilizado, de Michel de Certeau, definida como:

[...] cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico. In: Certeau, Michel. **A invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994:46.

material utilizado para produzi-la, é um indício desse objetivo. A princípio, não se esperava que um visitante de uma feira lesse a obra na íntegra, em suas mais de 700 páginas. Certamente se esperava que a mesma fosse *folheada*, e que apenas as informações que saltassem aos olhos fossem apreendidas, e essas se referiam sempre à grandiosidade desse grupo.

No entanto, para o leitor português ou mesmo brasileiro (que poderia ter interesse em folhear mais atentamente aquelas páginas, ou deter-se na leitura de alguns desses artigos), essa “visão única de sua identidade e (...) visão idêntica de sua unidade” (BOURDIEU, 1996:111) que pretendiam transmitir ao estrangeiro, poderia mostrar-se não tão sólida quanto pretendiam. Em princípio, a própria existência das casas regionais e o destaque que receberam no livro já deixavam entrever que essa “visão única de sua identidade” não se sustentava em uma análise mais profunda. O próprio fato de trazerem essas diferenciações internas ao país em seu processo imigratório demonstrava que essas representações mentais que poderiam ser deixadas em seu país de origem - as peculiaridades de cada região - acabavam se colocando como condições objetivas em sua vida fora de Portugal.

Isso não significava que, na prática, esses diferentes grupos de portugueses tivessem se mantido isolados em seu regionalismo, mas que, ao definir o território simbólico no qual poderiam sentir-se acolhidos, era com os naturais de sua região que se identificavam, e não com o *grande* grupo “português”. Essa diferenciação entre as regiões também pode ser compreendida não apenas no que diz respeito à identidade entre eles, mas também sobre as relações de poder, já que podem representar a detenção ou não do *poder simbólico*, poder esse “de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, de fazer e desfazer os grupos” (Bourdieu, 1996:108). Assim, supondo que uma associação na qual houvesse o predomínio de naturais da região do Minho, por exemplo, tivesse sua imagem associada à benemerência, ou a algum ato grandioso, como a construção de um hospital, a representação mental que os *outros* fariam deles estaria diretamente relacionada a esse aspecto positivo, e este poderia, por isso, desfrutar desse

poder simbólico de que fala Bourdieu e revertê-lo em objetivos concretos de seu interesse.

Em relação à *visão idêntica de sua unidade*, também podemos colocar alguns questionamentos, esses, no entanto, mais velados em relação ao conjunto da obra. Como vimos, nem todos colaboraram fornecendo as informações necessárias para a sua confecção, por isso nem todas as instituições portuguesas foram mencionadas. Essa afirmação feita pelos organizadores do livro, embora fosse posta como uma espécie de argumento para abster os de críticas, poderia ser avaliada também como uma forma de resistência de grupos portugueses em participar desse empreendimento – não por sua natureza de divulgação, certamente, mas talvez pela ausência de unidade entre os que “organizaram o Album” e os que “ficaram de fora”. O motivo dessa cisão pode estar diretamente ligado a problemas políticos, econômicos, a concorrência entre os estados e/ou comerciantes. Para qualquer local que o olhar seja desviado, é possível cogitar uma disputa pelo poder simbólico, inerente aos que realizam grandes feitos ou obras.

3.1.2 “Visão idêntica de sua unidade”: os projetos unificadores da colônia portuguesa no Brasil

A despeito dos conflitos existentes entre os membros da colônia portuguesa no Brasil, a análise do Album confeccionado para representá-la no exterior permite observar a existência de um fio condutor, um objetivo constante na organização das agremiações brasileiras: a preocupação com a saúde e o amparo dos compatriotas. Das mais de 60 associações destacadas na obra, cerca de 25% delas possuíam expressamente em seus nomes os adjetivos “beneficentes”, “de beneficência”, “de caridade”.

Além dessas, outras associações, criadas com caráter diverso ao amparo aos pobres, em algum momento de suas trajetórias acabaram agregando também essa atribuição, como foi o caso do Centro Beneficente dos

Monarquistas Portugueses, criado primeiramente com inspiração política e que acabou agregando a beneficência às suas atividades. Além das associações referidas no Album, podemos citar também o caso da Sociedade Portuguesa fundada em Curitiba, que manteve o caráter beneficente desde a data de sua fundação, em 1878, até o ano de 1923, quando se uniu a duas outras associações da cidade e deixou de ter a beneficência como foco principal, voltando-se mais a atividades de recreação e sociabilidade.

Algumas dessas sociedades beneficentes acabaram por fundar hospitais ao longo de sua trajetória, como foi o caso das associações de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, São Luiz do Maranhão, Pará e Niterói. Era a institucionalização do “cuidar de quem precisa”, promovida pelas agremiações portuguesas. Dessa forma, embora não seja possível afirmar que a colônia portuguesa no Brasil possuía de fato uma “visão única de sua identidade e (...) visão idêntica de sua unidade”, como pretendiam demonstrar, é possível afirmar que eles possuíam uma “visão idêntica de suas necessidades” e uma “estratégia única⁵⁶ de como supri-las” baseada em sua tradição caritativa relacionada ao amparo à saúde.

A motivação que levava esses compatriotas a organizarem esse tipo de projeto, além da proteção aos membros da colônia no Brasil, pautava-se também em grande parte no desejo de ampliar o seu poder simbólico e obter prestígio – já que muitos deles possuíam poder econômico e até mesmo político.

A busca pelo poder simbólico, enquanto poder “de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica – uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (BOURDIEU, 2010:9) levava esses homens a empreender atos que pudessem ser reconhecidos por seus compatriotas, mas também pelos brasileiros, inseridos em um contexto de mesma ordem, na qual os valores eram, portanto, partilhados por todos. Essa é

⁵⁶ Por única quero dizer uma única forma auxílio, baseada na idéia de caridade, e não um modelo único de fazê-lo, já que é necessário lembrar que coexistiam formas verticais (nas quais membros de classes diferentes se ajudam) e horizontais (nas quais membros de mesma classes se ajudam) de organizações.

a hipótese que podemos levantar após a leitura de algumas declarações desses imigrantes, como veremos a seguir.

No Rio de Janeiro, em 1840, foi fundada a Associação Beneficente, e já na década seguinte surgiu a ideia da criação de um hospital. Segundo os administradores da associação em 1927, “essa idéia tomou corpo tanto mais crescia dia a dia o número de sócios tratados as custas da Sociedade” (ALBUM... 95). Após grave crise de febre amarela na cidade, resolveu-se finalmente recolher entre os associados capital necessário para montar a construção de uma enfermaria que, posteriormente, transformou-se em hospital, inaugurado no ano de 1858. Este funcionou por muito tempo, até que em 1927 foi inaugurado um novo edifício, denominado Visconde de Moraes, em homenagem ao presidente da associação no período.

A despeito de o Album exaltar a originalidade desse projeto, os próprios organizadores do Album o filiam à tradição caritativa das Misericórdias do século XV. Sobre isso, aludem que esse era “(...) mais um hospital na obra nacional de assistência que nossos comuns antepassados inauguraram há mais de três séculos nesta cidade, ao fundarem o Hospital de Misericórdia” (ALBUM...101). Por meio dessa afirmação, é possível constatar que não apenas os princípios religiosos que guiavam a fundação dessas instituições, como a caridade, misericórdia e filantropia, ainda se mostravam atuais, como também as contingências pelas quais as populações mais pobres passavam também eram semelhantes àquelas enfrentadas no século XV. Por esse motivo, essa obra é ainda tão positivamente significativa - à medida que se mostra como uma resposta às contingências do período.

Além dessa dimensão prática, a criação do hospital do Rio de Janeiro ainda guardava em si o poder de elevar e/ou manter elevada a imagem dos portugueses junto à elite brasileira. Sobre isso os organizadores declaravam que a

obra perdurará porque o seu exemplo foi tão grande que a ele terão que obedecer sempre todas as gerações de portugueses que o destino e o espírito de aventura atirarem para essas fecundas e acolhedoras terras do Brasil, sendo esse (...) um notável acontecimento que encheu de contentamento todos os portugueses e

que nos fez subir alguns pontos no conceito dos brasileiros bons (ALBUM... 102).

Essas afirmações nos remetem novamente às reflexões de Bourdieu, quando este declara que “o poder simbólico é um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao poder específico da mobilização, e só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 2010:14). E certamente esse poder era reconhecido como legítimo, como é possível perceber pela alusão feita ao grande número de brasileiros ilustres que compareceu para prestigiar a inauguração do novo hospital. Esse reconhecimento obtido dos *brasileiros bons* era um dos lados de uma balança, na qual podemos encontrar do outro lado o reconhecimento e, possivelmente, a gratidão da colônia portuguesa do Brasil – por levarem o *bom* nome dos portugueses a público – e, principalmente do Rio de Janeiro, pela assistência direta prestada.

A despeito de seu caráter representativo da unidade da colônia portuguesa no Brasil, é possível, portanto, afirmar que apenas parte da colônia portuguesa brasileira estava ali retratada – os doadores, a parte que mais lhes rendeu glórias e honra. A porção do grupo que estava envolvida em problemas criminais⁵⁷ ou os que não conseguiram se destacar de forma alguma na sociedade é propositadamente negligenciados em suas páginas. Quando referenciados, o são apenas indiretamente, pois se foram criadas inúmeras associações beneficentes foi porque existiam muitos destinatários que precisavam desses benefícios. Seus nomes, no entanto não eram citados. As situações que os levaram a recorrer às obras assistenciais não são explicitadas – não existe um artigo intitulado “dificuldades dos portugueses no Brasil” ou algo semelhante. É importante, portanto, ressaltar novamente o caráter representativo dessa obra – não enquanto uma parte que engloba o todo da situação desses imigrantes no Brasil, mas enquanto representação em seu

⁵⁷ Sobre esse tema existem vários trabalhos relevantes, como a obra de Chalhoub, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque, Campinas: Editora da Unicamp, 2001.2ª ed. Ou ainda a obra de Gladys Sabina Ribeiro, na qual em várias ocasiões a autora resalta o envolvimento dos imigrantes portugueses pobres com a criminalidade. Destaque para seu artigo RIBEIRO, Gladys S. In: SOUZA, F., MARTINS, Ismênia e MATOS, Izilda (orgs.). **Nas duas margens**: os portugueses no Brasil. Porto: Edições Aforamento, 2009.

sentido teatral, de selecionar as informações a serem divulgadas e com elas montar o cenário de uma peça da qual a pobreza e as dificuldades não fazem parte do seu enredo.

Como sugere Balandier (1980:10), símbolos como o Album asseguram a um grupo de poder “sua apresentação no exterior, ele (o símbolo) devolve uma visão idealizada desta sociedade e, portanto aceitável”. Para o autor, o poder não se mantém pela violência “Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial”. Dessa forma

O passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação, permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança (BALANDIER, 1980:7).

3.1.3 Os portugueses de Curitiba nas páginas do Album

A seção a respeito do estado do Paraná no Album da Colônia Portuguesa no Brasil é modesta se comparada ao espaço destinado aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e até mesmo o Rio Grande do Sul. A explicação para essa disparidade é dada por Annibal Pires (ALBUM... 424), um dos portugueses mais ativos da colônia em Curitiba, envolvido com a SPBPD e com grande visibilidade no setor comercial. Ele assina um artigo no qual diz:

Convidado a colaborar na formação desta obra, de um valor inestimável para demonstrar o esforço dos filhos de Portugal no torrão americano, o faço, conscio de que preencho de qualquer forma a lacuna aberta sobre a parte descritiva que diz respeito ao Estado do Paraná. Aqui residindo ha cerca de 37 anos, lhes direi o pouco que tenho a dizer, visto que neste Estado é diminuta a nossa colonia (ALBUM... 424).

Para Pires, no entanto, o número “diminuto” de portugueses vivendo no Paraná só pode ser explicado pelo fato de ser este um estado pouco conhecido em Portugal. Para ele, se a divulgação sobre a fertilidade do solo e o clima paranaense, “muito semelhante ao de Portugal”, fossem maiores em terras lusas, muitos iriam preferir vir para essa região a ir para os estados com maior número de habitantes. Diz ele que se “nós portugueses, antes de deixarmos nosso torrão tivéssemos maior apego a vida, deveríamos antes de tudo encaminhar nossa atividade para uma terra em que o clima nos fosse propício”, ressaltando com essa reflexão a existência de uma concorrência entre os estados brasileiros na atração de mão-de-obra imigrante.

Annibal Pires complementa seu lamento ressaltando o fato de que outros europeus se dirigiram prioritariamente para o Paraná, como os alemães, austríacos, poloneses e italianos procederam dessa forma e que, graças a essa estratégia, agora eram eles os principais responsáveis pelo desenvolvimento e colonização da região – relegando os lusos para segundo plano. Na concepção do autor, mesmo a despeito de serem os colonizadores e membros das principais famílias da região, os portugueses haviam perdido a primazia que sempre tiveram no comércio e indústria para os imigrantes dessas outras nacionalidades.

O tom do depoimento de Pires, a princípio, é o de uma pessoa satisfeita com os aspectos físicos da terra em que vive, mas profundamente decepcionado com os fracos laços criados no “torrão americano” por seus compatriotas. Apesar do lamento, no entanto, ele não deixa de lembrar os grandes feitos dos representantes da colônia portuguesa no Paraná, citando nomes de portugueses ilustres⁵⁸, que se destacaram positivamente na

⁵⁸ Cita o nome das famílias preponderantes no desenvolvimento do comércio, como os Correia, os Mattos, os Bittencourt. Nomeia Joaquim Soares Gomes, José Fernandes Loureiro, Antonio Gomes Vidal, dentre outros, como os “formadores do comércio paranaense”. Segundo ele, o melhor hotel de Curitiba pertencia a João Moreira do Couto, português. Destaca ainda a importância deles no desenvolvimento das artes, ressaltando o papel de Antonio Mariano de Lima como fundador da Pinacoteca de Curitiba, da qual seria proveniente a primeira geração de Belas Artes da cidade. Destaca o “humanitarismo dos portugueses”, ao mencionar o farmacêutico Requião, membro também muito atuante junto à colônia portuguesa, porém já falecido quando o Album foi confeccionado (ALBUM... 424).

sociedade local durante o período em que ele aqui residiu.

E com esse tom contraditório, ele menciona a existência de apenas duas associações portuguesas de beneficência em todo o estado – uma em Curitiba e outra em Paranaguá. Sobre a Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro, da qual sempre participou ativamente, assumindo o cargo de 1º Secretário por diversas vezes, diz que esta possuía àquela altura cerca de 100 sócios e pequeno patrimônio, uma vez que “a falta de coesão dos portugueses faz com que seja pequeno o seu número, o que é deveras lamentável”. Devido a essa falta de coesão e pequeno patrimônio não teriam conseguido erigir na cidade “hospitais ou edifícios de caridade ou instrutivos puramente portugueses”, mas, mesmo com essa falta seria possível perceber em todas as localidades “inúmeros vestígios que assinalam o esforço lusitano”. Pires ilustra essa afirmação citando o exemplo de Antonio de Souza Mello, que ocuparia naquele ano o cargo de provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Ao encerrar seu depoimento sobre a capital curitibana conclui que, apesar dos revezes sofridos pelos imigrantes portugueses no Paraná, “a colônia sempre foi morigerada” e todos viviam de forma a “honrar a mãe pátria”. Segundo ele, era raro aparecer um mendigo entre eles e seus feitos eram reconhecidos pelos brasileiros

O nosso esforço e a nossa penetração fazem com [que] o português seja olhado com carinho e quase como natural do país. Bendiriam sua resolução os compatriotas que emigram se buscassem essas plagas para desenvolver sua atividade (ALBUM... 424).

3.2 A DESUNIÃO ENFRAQUECE – DIVERGÊNCIAS NO INTERIOR DA SPBPD

O grupo envolvido na criação e manutenção da Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro, mesmo a despeito de seu “reduzido número e pequeno patrimônio” é representante da mesma elite imigrante da

capital federal, responsável pela organização e confecção do Album da Colônia Portuguesa do Brasil. Por esse motivo, a análise da documentação histórica produzida por essa associação – atas de reuniões, correspondências, regulamentos - permite observar que, em Curitiba, a situação da colônia portuguesa não diferia, em geral, do contexto nacional. Também aqui havia a necessidade e a prática da benemerência, também aqui havia conflitos entre grupos de interesses diversos entre os que participavam dessa agremiação e também aqui havia o desejo de passar uma imagem grandiosa e unificada dos portugueses.

Como já visto no capítulo anterior, os primeiros vinte anos de funcionamento dessa instituição foram registrados de modo fragmentado. A partir da reorganização pela qual a associação passou em 1898, no entanto, essa situação mudou.

Esse ano pode mesmo ser considerado um marco na história da associação curitibana. A começar pela disputa por um cargo na diretoria da instituição. Pode-se afirmar que ela foi a mais disputada de todo o período analisado, que se estendeu até o ano de 1930. O resultado da eleição que tornou vitorioso José Fernandes Loureiro como presidente foi questionado por Antonio de Mello Souza, eleito nessa mesma chapa para o cargo de 1º secretário. Apoiado por mais dois associados, João Moreira do Couto e Antonio de Barros Barbosa, Antonio de Mello Souza pediu a anulação dessa eleição. Sua alegação era de que ela seria irregular, por contrariar o estatuto da Sociedade, que previa a presença de uma porcentagem mínima de associados para que as eleições pudessem ser validadas, condição que não teria sido respeitada na ocasião. O protesto foi acatado pelos demais associados presentes e nova eleição foi realizada, havendo reeleição de alguns membros. A esta votação opôs-se novamente Antonio de Mello Souza. Agora, no entanto, ele expôs os reais motivos pelo qual era contrário às eleições realizadas – ele seria contrário à presença de “antigos membros” na Sociedade (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL: dez/1898). Dessa vez seu protesto não foi levado em conta, a nova diretoria foi empossada e Antonio de Mello Souza ficou fora da gestão que se iniciava.

Logo após esse reinício turbulento das atividades da SPBPD, o que se seguiu foi uma aquietação nas disputas eleitorais para escolha da diretoria. Isso não significava, entretanto, uma concordância em relação aos rumos da sociedade por parte de todos os associados, nem tampouco coesão entre o grupo. Ao que parece, o protesto em relação à diretoria eleita passou a ocorrer por abstenção, ou seja, pela ausência dos associados na participação das ações da SPBPD. Por inúmeras vezes as eleições não puderam ser realizadas na primeira convocação por falta do número mínimo de associados exigido pelo regulamento. Elas acabavam se efetivando apenas na terceira convocação, independente do número de sócios, pois o regulamento permitia que assim o fosse.

Quais seriam os motivos pelos quais ocorria essa diversidade de interesses em relação a quem ou a que grupo deveria administrar a Sociedade? Sobre isso podemos apenas especular, cogitar hipóteses, pois em momento algum as atas explicitam os motivos desses conflitos. Elas em geral os narram, registrando qual teria sido a solução encontrada, mas se calam no que diz respeito aos interesses pessoais de cada associado ou grupo. O motivo pelo qual Antonio de Mello Souza era contrário à permanência de antigos membros na diretoria da Sociedade em nenhum momento está explicitado, mas é possível, através de fragmentos das fontes, formular algumas hipóteses.

Por diversas vezes as idéias de decadência, falência, morosidade e inércia são apresentadas pelos sócios, em geral pelas novas diretorias eleitas referindo-se às que as precederam. Na posse da diretoria para o ano de 1910, o 1º secretário Annibal Pires manifesta “decidido empenho em que se reerga a Sociedade do abatimento em que caiu, de forma a assinalar a passagem da atual diretoria” (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL: dez/1909). No entanto, a promessa de ânimo demonstrada pelo secretário parece não ter tido vida longa, já que a chapa que assume a diretoria no ano seguinte (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL: dez/1910) faz um apelo semelhante – o presidente, Firmino da Motta Dias, convida todos “a entrar em atividade, a fim de fazer qualquer coisa de útil pela sociedade nesta gestão” e diz que trabalhará para o “engrandecimento da Sociedade”, ao que os associados respondem que fazem votos para que “a nova diretoria tire a Sociedade da apatia por que tem

passado”. Além dessas declarações explícitas de abatimento da SPBPD, também é possível detectar certa morosidade nesse período por outros indícios de pouca atividade e/ou desenvolvimento da associação curitibana.

Em determinados momentos, o número de associados caía ou mostrava-se muito baixo. Além de diminuir a arrecadação financeira da Sociedade, esse fato também poderia sugerir uma falta de prestígio da agremiação e/ou de seus administradores perante seus pares. Em face desse contexto foram tomadas, por diversas vezes, medidas para aumentar o número de associados, a fim de manter os já existentes ou reaver os ausentes. Em maio de 1910, durante uma reunião da Assembléia Geral (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL: mai/1910), Annibal Pires faz um apelo para que “se tomem providências a respeito do pequeno número de associados”, pois sua baixa participação prejudica o desenvolvimento da associação e dificulta a ação das diretorias.

Havia também uma disputa entre as diretorias para ver qual delas conseguia angariar mais associados, pois isso poderia denotar maior prestígio. Em 1913 a nova diretoria empossada fez acusações à anterior de informar incorretamente o número de sócios ao final de sua gestão (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL: dez/1912) - eles haviam declarado a existência de 79 associados, mas, eles seriam, segundo levantamento do 1º secretário empossado, “na verdade, de apenas 71”.

A mudança de comportamento em relação aos que poderiam se associar, descrita no capítulo 2, poderia estar relacionada, em parte, com esse fato. Se no início do século as diretorias tinham a tendência de serem rigorosas em relação ao *status* social dos membros da associação, além de serem intolerantes em relação ao atraso nos pagamentos das mensalidades, com o passar dos anos é possível observar uma gradativa redução nas exigências sobre as qualidades que deveriam possuir os associados e uma maior flexibilidade no que diz respeito aos atrasos nas mensalidades.

Em agosto de 1910 (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: ago/1910), membros da diretoria propuseram, inclusive, “o perdão de faltas que deixaram alguns sócios em situação irregular e o ingresso nos próximos dois meses do maior número possível de sócios”. Ao que a documentação indica foram

incluídos alguns novos membros nos meses seguintes, no entanto, nada que aumentasse significativamente o número de membros da SPBPD. Apesar dos vários esforços empreendidos para aumentar o número de associados, no entanto, o problema persistiu. Em 1922, Antonio de Souza Mello propôs que o pagamento de jóia⁵⁹ fosse facultativo pelo período de 6 meses “a fim de aumentar o número de sócios, tão pequeno naquele momento” (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: ago/1922).

Se os motivos acima expostos podem ser tomados para ilustrar uma certa falta de coesão do grupo português em Curitiba, talvez não o possam ser para afirmar a existência de conflitos em seu interior. Outras situações, no entanto, como o acima citado protesto de Antonio de Mello Souza nas eleições de 1898, podem ser indicativos dessas discordâncias. Além do caso de Souza, outro associado, Francisco Jeronimo Pereira Pinto Requião, farmacêutico, esteve envolvido em episódios ilustrativos desses conflitos e, por esse motivo, vamos nos deter por um momento em sua relação com a SPBPD.

Requião foi eleito vice-presidente na chapa sobre a qual Antonio de Mello Souza denunciou a irregularidade na eleição de 1898. Embora ambos tenham ficado fora da chapa eleita na segunda votação, Antonio de Mello Souza acabou por retomar suas atividades na Sociedade em 1902 (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL: dez/1901), sendo eleito para 1º secretário. Requião, entretanto, deixou de pagar suas mensalidades após o desentendimento. No ano de 1900, a diretoria propôs que todos os associados em dívida com a SPBPD fossem expulsos do quadro de sócios. Requião recusou-se a pagar e acabou sendo sumariamente desligado da Sociedade.

Alguns meses após (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: jan/1901), o agora ex-associado ofereceu alguns livros em doação para uma biblioteca que a Sociedade tinha a intenção de organizar, tendo sido esta veementemente recusada pela diretoria. Em 1906 Requião faleceu e, logo após sua morte, sua viúva, Sra. D. Maria E. De M. Requião, enviou à Sociedade “23 receitas aviadas na farmácia de seu defunto marido J. P. P. Requião no valor mínimo

⁵⁹ Valor pago pelo associado para se associar à SPBPD.

de 101.000 réis”. Essa doação a SPBPD aceita e manda agradecer (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL: mar/1906).

Mais do que uma doação, essa atitude da viúva de Requião poderia significar a exposição das dívidas que a Sociedade mantinha com a farmácia do seu marido. Ao invés de cobrá-la, no entanto, ela prefere perdoá-las, dando em doação para a Sociedade toda a medicação fornecida por seu esposo para eles, as quais não haviam sido pagas. Para evitar a continuidade desse conflito, uma vez que o associado já havia falecido, a diretoria dá o problema por encerrado, aceitando a doação que, na verdade, poderia ser entendida como um ato de revanche de D. Maria, em retaliação à recusa da doação de livros feita por seu marido em vida.

Esse episódio ocorrido com Requião, bem como sua trajetória como associado SPBPD podem ser muito ilustrativos sobre várias questões relativas às transformações pelas quais o grupo passou e até mesmo sobre os valores morais que sustentava.

Antes da reorganização da Sociedade, no ano de 1898, Requião havia sido um dos sócios mais atuantes, propondo vários novos membros e dessa forma contribuindo consideravelmente para aumentar o quadro de associados. Ele era, portanto, um dos “membros antigos”, que segundo as diretorias do início do século XX, não haviam contribuído em nada para o desenvolvimento da Sociedade, levando-a à decadência, necessitando que se fizesse “qualquer coisa de útil” para “reerguê-la”. O período vivido no início do século era, portanto, visto por esses homens como um tempo de renovação e desenvolvimento.

Esses termos, renovação e desenvolvimento, inclusive, aparecem constantemente em seus discursos, bem como o desejo em buscar equiparação junto às sociedades que eles consideravam mais desenvolvidas e importantes por terem empreendido ações “úteis” para colônia portuguesa no Brasil, como a criação de hospitais e bibliotecas. Era necessário cumprir o seu papel adquirido de elite imigrante, de doadores, praticando a beneficência e caridade junto aos mais pobres e também manter paralelamente a imagem da unidade dessa colônia perante a sociedade curitibana e frente às colônias portuguesas de outros estados.

Nesse sentido, a associação se empenhava ao máximo para manter sua boa imagem, mesmo que para tal tivesse que deixar seu objetivo principal e que os evidenciava no interior da colônia portuguesa (a beneficência) em segundo plano, em detrimento de questões mais urgentes e que os destacavam frente a seus pares na sociedade curitibana. Por esse motivo, embora o esforço para a construção de uma biblioteca e a formação de seu acervo não fossem tarefas simples, recusaram a doação de livros que Requião fez à Sociedade. Esse ato simbolizava a recusa à continuidade do grupo do fim do século, apático, segundo eles. No entanto, sua morte mudou essa situação, já que o luto era um estado muito sensível à comunidade portuguesa, fato ilustrado pelos inúmeros chamados para missas encomendadas por eles nos periódicos da capital paranaense. A morte era o momento de demonstrar a preocupação cristã e católica com a alma dos defuntos, mas também um momento de colocar-se em evidência perante a sociedade local e a seus compatriotas.

Assim, em alguns momentos, as discussões sobre as formas de representação desse grupo, em cerimônias públicas, fossem elas de luto ou festivas, em seus edifícios ou símbolos utilizados para representar a SPBPD passavam a dominar as reuniões de diretoria. Seus fundos, a princípio destinados à doação também poderiam ocasionalmente ser desviados para esses fins. O mesmo papel que cumpria o Album para representar a *grande* colônia portuguesa do Brasil no exterior cabia à sede, símbolos e boa apresentação dos membros da SPBPD para representar a colônia portuguesa na sociedade curitibana.

Nesse sentido, foi significativo o caso dos festejos referentes aos 400 anos da “descoberta”⁶⁰ do Brasil pelos portugueses. Curiosamente não coube à Sociedade Portuguesa organizar a comemoração da data em Curitiba, mas sim ao Clube Curitibano, instituição já tradicional na cidade e que possuía vários membros em comum com a primeira. Logo após receber o convite formal, a diretoria da SPBPD iniciou a preparação de sua apresentação, designando comissões que deveriam representá-la nos vários dias de festividade.

⁶⁰ Mantendo o termo utilizado por eles.

Conforme registraram em ata, sua participação no evento era de destaque “por ser essa (data) *glorificadora* de sua pátria”, por isso, cabia-lhes a obrigação de “nos apresentar *condignamente* em tal festa” (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: abr/1901).

Em ata posterior, do mês de junho, observamos que para “se fazer representar *condignamente*” os associados acabaram por realizar gastos excessivos com trajes e demais necessidades concernentes à situação. A Sociedade, no entanto, tomou para si a responsabilidade pelo pagamento deles, solicitando que fossem lançadas como *despesas de representação* em sua contabilidade (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: jun/1901).

Os símbolos que representam a associação junto às instituições com as quais mantinha relações também foram objeto de atenção das diretorias. Embora não seja possível precisar de que forma foi originalmente designado seu emblema, logo após a proclamação da República em Portugal, em 1910, os imigrantes em Curitiba identificaram a necessidade de alterar seu símbolo. Em novembro de 1911, em reunião da Assembléia Geral, Annibal Pires propôs “uma mudança urgente no estandarte da sociedade, visto ele ter insígnias que não são mais as do *nosso* [grifo meu] país e, portanto, nos tornaria em agrupamento revolucionário”. Como alternativa, sugeriu a utilização de um estandarte que a sociedade já possuía, que seria “branco com a cruz de malta vermelha”, no que os demais associados concordaram (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL: nov/1911).

Na sessão do mês seguinte o presidente declarou que pelo fato de haverem alguns portugueses monarquistas e outros republicanos, decidiu-se adotar o emblema da cruz de malta vermelha em fundo branco para evitar inimizades (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL: dez/1911). Satisfeito com a adoção do novo emblema, porém insatisfeito com o fato de o presidente tomar para si a autoria da idéia do novo emblema, Annibal Pires protestou, declarando na sessão seguinte (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL: jan/1912). que “a idéia de usar a cruz de malta vermelha sobre o fundo branco foi *apenas* dele e não de *todos* os sócios” e concluiu dizendo que era preciso dar “a Cezar o que é de Cezar”.

Voltando a algumas reuniões anteriores, no entanto, é possível encontrar um alongado discurso de exaltação da proclamação da república em Portugal, proferido pelo mesmo Annibal Pires, o que nos leva a desconfiar dessa neutralidade política que a Sociedade insistia em representar. Dizia ele que

como português, tem por dever sagrado acompanhar com o coração o torrão que lhe deu o ser, e por isso propõe que a sociedade se gratule com a evolução do seu país fazendo ardentes votos para que dessa evolução resulte o engrandecimento da pátria (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL: nov/1910).

Certamente a ausência de um posicionamento político radical confere a quem adota essa postura certa imparcialidade e conseqüentemente livre circulação entre grupos de inclinações políticas diversas e até contrárias entre si. Assim, talvez seja possível compreender que o uso que SPBPD faz de seus símbolos objetivos se faça “estrategicamente em função tanto dos interesses materiais com dos interesses simbólicos de seu portador”, podendo caracterizar-se, portanto, em “atos ou estratégias interessadas de manipulação simbólica tendentes a determinar a representação (mental) que os outros podem construir a respeito tanto dessas propriedades como de seus portadores” (BOURDIEU, 1996:108). Segundo Bourdieu

a oficialização encontra sua plena realização na manifestação (...) através da qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, reprimido, torna-se visível, manifesto, tanto para os outros grupos como para si mesmo, atestando sua existência enquanto grupo conhecido e reconhecido (...) (BOURDIEU, 1996:112)

Em 1913 a polêmica girava em torno da aceitação ou não da proposta feita por membros da diretoria para que o Centro Republicano Português

Miguel Bombarda⁶¹, outra associação portuguesa existente na capital, pudesse funcionar no mesmo espaço físico da SPBPD (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: nov/1913). Embora esse fato representasse uma diminuição nos gastos da associação beneficente, “sempre precisando aumentar sua receita”, alguns associados temiam que isso pudesse “emprestar qualquer caráter político à Sociedade”, situação da qual buscavam fugir constantemente. Após algumas discussões, acabaram por fechar a parceria com o Centro Republicano, pois concluíram que ela não representaria filiação política por parte deles, e que seria mesmo benéfica já que contribuiria para “dar mais união a nossa colônia que sempre se ressentiu de desunião”.

A sede da associação também foi um motivo de preocupação constante durante todo o período analisado. Embora na maior parte do tempo tenham mantido sua sede junto à Associação Comercial de Curitiba, na Rua XV de Novembro, durante alguns momentos serviram-se até mesmo das residências particulares de seus associados para suas reuniões. Os motivos para as constantes trocas de sede não eram em geral explicitados, mas a preocupação com o alto valor dos aluguéis expressa nas atas pode nos dar uma indicação. Alguns dos locais pelos quais passaram não foram por eles considerados dignos da associação. As mudanças foram tantas que, em agosto de 1910, a diretoria recebeu um ofício do associado Manoel Santos Correia pedindo seu desligamento enquanto sócio, alegando que nem mesmo sabe mais “onde reside a Sociedade” (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: ago/1910). O mobiliário, prejudicado pelas várias mudanças, também era outra preocupação. Quando adquiriam novas peças, sempre buscavam pelas de melhor qualidade.

Os cuidados com a manutenção da sede e com a escolha desses signos exteriores ou *representações objetais* de sua instituição desdobravam-se em dois níveis de significação – por um lado no posicionamento social em sua comunidade de acolhimento (Curitiba) e, por outro, como “apelos mediante os quais se pode lembrar àqueles que poderiam esquecer (...) o lugar que lhes

⁶¹ Miguel Bombarda foi um médico psiquiatra nascido no Rio de Janeiro, cuja formação se deu em Portugal, bem como sua atuação profissional. Além de escrever obras sobre psiquiatria ficou conhecido também por ser um dos principais líderes revolucionários do movimento que culminou com a proclamação da república em Portugal no ano de 1910. Adrian Gramary do Hospital Conde de Ferreira escreveu sobre ele: “Em termos científicos, Bombarda foi filho do seu tempo, integrando na sua pessoa todas as linhas de força (positivismo, materialismo, evolucionismo) que faziam bulir a ciência europeia da segunda metade do século XIX” (GRAMARY, 2007:43).

confere a instituição” (BOURDIEU, 1996:103). Ou seja, mais do que representar-se, a instituição desses signos também servia ao próprio grupo como lembrança permanente de suas origens e da condição de imigrantes que ocupavam na sociedade receptora.

Nesse sentido, um episódio ocorrido no ano de 1902 é representativo. Nesse ano a sede da associação foi invadida, os móveis quebrados, a bandeira de Portugal rasgada e as paredes pichadas com palavras de ofensa e agressão a alguns associados. Os motivos que levaram os invasores a essa atitude não são explicitados. As investigações policiais, no entanto, irão apontar o possível motivo para a agressão e os suspeitos de a realizarem. Segundo o investigador responsável pelo caso, a caligrafia das pichações combinaria com a de alguns indivíduos que faziam parte de um grupo anticlerical⁶² da cidade de Curitiba e eram editores de um jornal com o objetivo de divulgar suas ideias, denominado Elektra.

As diferenças religiosas poderiam apenas ser um ponto de discordância, que englobava aspectos ainda maiores, como o antilusitanismo ou até mesmo questões mais práticas, referentes à organização social da cidade de Curitiba e que faziam parte de seu cotidiano, como disputas comerciais. Poderiam ainda representar discordâncias políticas. Independente da motivação dos agressores, o ato de vandalismo à sede da sociedade pode ser compreendido como um “ponto extremo da dramatização da rejeição”, teatralizado pela violência que pretende arruiná-la (a ordem), atacando seus tribunais materiais, suas instituições, suas personalidades representativas, seus dispositivos simbólicos” (BALANDIER, 1980:73).

O episódio foi amplamente noticiado pela imprensa curitibana. Além de reportar o fato, os jornais também buscavam associar certas imagens a cada um dos grupos. Os portugueses são retratados como beneméritos, incapazes de ter praticado qualquer ato merecedor de tal represália. Pergunta-se um colunista: “quem seria capaz de tamanha atrocidade contra uma instituição que só visa fazer a caridade aos pobres de nossa cidade?” (DIÁRIO DA TARDE,

⁶² Aparentemente o anticlericalismo estava diretamente relacionado com a postura revolucionária republicana. O próprio Miguel Bombarda proferiu uma frase que ficou famosa “O clericalismo, eis o inimigo!” referindo-se aos jesuítas (GRAMARY, 2007:43).

mai/1902). Os invasores são retratados como vândalos e marginais. “Anticlerical” passa a ser tomado pela imprensa como um adjetivo pejorativo, os indivíduos que a ele se filiassem também eram imediatamente enquadrados nas categorias de vândalos e marginais. Assim, apesar da violência sofrida pelos portugueses, essa agressão acabou por exaltar ainda mais sua imagem de benfeitores. A perturbação, conforme coloca Balandier (1980:21), acabou por reforçar as dramatizações que evidenciaram o poder em negativo, reforçando o seu contraponto, a ação de doação da portuguesa⁶³.

Além da preocupação com os signos exteriores, no entanto

os signos incorporados, ou seja, tudo aquilo englobado na rubrica das maneiras (maneiras de falar, os sotaques ou as pronúncias, maneiras de andar ou de se comportar, o andar, a pose, a postura, maneiras de comer, constituem também apelos ao lugar social que ocupam mediante os quais se pode lembrar àqueles que poderiam esquecer (...) o lugar que lhes confere a instituição” (BOURDIEU, 2010:103).

Essa característica de representação atribuída à agremiação poderia ser, em parte, o motivo pelo qual, apesar de registrados, os conflitos entre seus membros nunca eram registrados em seus pormenores. Por que Antonio de Mello Souza era contra a participação de “membros antigos” na Sociedade? É possível deduzir que essa “nova geração” considerava que a anterior não havia representado a colônia portuguesa de Curitiba da forma que eles julgavam adequada. No entanto, se foi esse o argumento utilizado pelo próprio Antonio de Mello Souza, ele não foi abertamente registrado nas atas. Qual foi o motivo que levou Requião a deixar de pagar suas mensalidades? Por ter sido retirado da diretoria ou simplesmente por não concordar com os rumos que a “nova geração” pretendia dar às ações da SPBPD? Ou seriam eles ainda de orientações políticas diferentes? São inúmeras as possibilidades de interpretação, no entanto, o silêncio das fontes nos permite apenas levantar hipóteses a partir de pequenas pistas deixadas por eles em sua documentação.

⁶³ O fato começa, a partir daí, a entrar em circulação na mídia do período. Alguns trechos da primeira notícia que merecem ser citados: “A bandeira portugueza foi estraçalhada, tendo sido quebrado o respectivo mastro. Foi subtraída a bandeira da sociedade, ficando intacta a bandeira nacional”. Ou, ainda: “As paredes, nos seus quatro angulos, foram cobertas de dísticos obscenos e insultuosos á digna colônia portugueza no Brazil e nomeadamente alli se encontravam palavras ofensivas aos srs. Manoel Martins de Abreu e Manoel Cunha, ambos estimados negociantes desta praça”.

3.2.2 Caminhando juntos: a busca pela equiparação ao modelo de benemerência - assistência e identidade

Em 1900 (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: dez/1900), o sócio Domingos Duarte Velloso discorreu em reunião da diretoria sobre a necessidade da associação curitibana fundar um gabinete de leitura. Até a própria nomenclatura utilizada pelo associado remetia ao Gabinete Português de Leitura criado no Rio de Janeiro, demonstrando o interesse da SPBPD em aproximar-se o máximo possível desses exemplos de associações que obtinham grande representatividade.

Ao analisarmos a lista dos livros angariados pela associação nesse período, salta aos olhos o grande número de volumes que fazem referência à história de Portugal, sempre buscando ressaltar seu aspecto de colonizador e dominador. Levando-se em consideração que esses livros foram em sua maior parte doados pelos associados e simpatizantes, é possível levantar a hipótese de que, mais do que o hábito da leitura em si, como prática cotidiana, a propriedade desses livros pelos imigrantes poderia se dar mais em caráter de manutenção de sua cultura natal. Ter em casa uma obra que fizesse referência aos grandes feitos dos portugueses poderia ser uma forma de lembrá-los constantemente de quem eram (BOURDIEU, 1996:103), de trazer-lhes uma espécie de conforto no país de acolhimento. Com a constituição da SPBPD instituiu-se um espaço para preservar conjuntamente essa memória de sua origem, de exaltar sua nacionalidade. Por esse motivo a doação dessas obras para o gabinete curitibano, mais do que um ato de desprendimento por parte de quem o fazia, poderia também ser interpretado como uma espécie de “transmissão do bastão” – o ato antes privado, agora se tornava público, institucionalizado e, portanto, oficial. A criação do gabinete de leitura, mais do que apenas um local para consultar obras escritas e praticar a leitura evidenciava as estratégias utilizadas por esse grupo para empreender uma espécie de projeto civilizador, cujo objetivo final era a manutenção “do amor à pátria portuguesa” mesmo com a grande distância geográfica do “torrão natal.”

Assim, a proposta de Domingos Duarte Veloso foi prontamente aprovada pelos demais associados e, logo em seguida, uma coleção de livros foi iniciada a partir de algumas doações de seus acervos pessoais. Até mesmo obras de arte foram oferecidas para compor o patrimônio do gabinete. Ao que tudo indica, o projeto correu com relativa rapidez e já no início do ano de 1901 foram comprados os primeiros armários que seriam utilizados para a organização dos volumes.

Se o projeto começou com forte impulso, acabou arrefecendo rapidamente também. Já no ano de 1904 o secretário registrava em ata que vários volumes estavam desaparecidos (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: jan/1904). Isso ocorreu no mês de Janeiro. Até o mês de Setembro, quando novamente foi feita alusão ao assunto, não haviam conseguido localizá-los (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: set/1904).

Em 1912, após gestão muito criticada por ter “espoliado os bens da Sociedade” o Comendador Antônio de Barros assumiu o cargo de novo presidente pedindo aos demais diretores que “o acompanhassem na idéia que [tinha] em vista que [era] o progresso e o levantamento dessa instituição já quase em decadência” (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL:dez/1912). Para ilustrar o que queria dizer com “já quase em decadência” dizia “lamentar a forma como foi tratada o mobiliário da sociedade, já que no momento da posse ele havia sido quase todo desaparecido e que a biblioteca achava-se quase toda desfalcada” – com “desfalcada” eles queriam ilustrar o fato de que encontraram apenas 17 volumes, sendo que mais de uma centena encontravam-se desaparecidos. Comunicou-se então a compra de “novo mobiliário para que os sócios pudessem gozar de duas salas de leitura e a solicitação junto à imprensa para a remessa de jornais, sendo que a sociedade ficaria aberta das 18h às 22:00 h para a finalidade da leitura.” Além disso, resolveram também nomear um bibliotecário para tomar conta do empréstimo e manipulação dos livros, para que o “sumiço” de volumes não voltasse a acontecer.

A essa altura, Domingos Duarte Veloso, o associado que havia proposto a criação do gabinete estava ausente da SPBPD retornando como sócio ativo a pedido do presidente. Segundo a documentação, no entanto, apesar dos esforços empreendidos, os livros usurpados não foram mais encontrados.

Sobre esse caso é possível cogitar que o motivo que teria levado os associados a usurparem esses volumes poderia tratar-se de um processo inverso ao que motivou a doação dos volumes: seria uma tentativa de apropriar-se da simbologia presente nesses volumes, enquanto exaltação da pátria portuguesa e do projeto civilizador.

A última alusão à biblioteca foi feita em 1914 (ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA: dez/1914), quando se decidiu fazer o registro dos livros que havia no acervo da sociedade. Sabemos, no entanto, que, apesar das crises e do projeto nunca ter se efetivado como pretendiam seus idealizadores, a coleção de livros permaneceu como uma das atividades da SPBPD por muito tempo, sendo revivida em alguns momentos posteriores ao recorte temporal desse trabalho⁶⁴.

No início da década de 20, mais especificamente no ano de 1923, a SPBPD passou por uma grande transformação. Embora relutasse em vincular sua imagem à política, em março desse ano ocorreu a já mencionada junção da SPBPD ao Centro Republicano Miguel Bombarda, fundado em 1913 e ao Grêmio Luis de Camões, de 1917. A nova associação foi batizada de Sociedade Beneficente e Recreativa 1º de Dezembro (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL: mar/1923).

A maior novidade desse período, contudo, foi a permissão para que não-portugueses se tornassem associados. Para esses homens foi criada uma nova categoria, os auxiliares, que vinha se juntar às demais já existentes – ativos, beneméritos, benfeitores e correspondentes (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL: mar/1923). A medida parece ter sido tomada pelo fato de que tanto o Grêmio Literário como o Centro Republicano já possuíam em seus quadros indivíduos de outras nacionalidades e era necessário abrangê-los. Além disso, a inserção de novo membros também significava a entrada de maior número, proveniente do pagamento das jóias e mensalidades. Curiosamente, ficou decidido que a jóia e a mensalidade pagas pelos não portugueses era mais baixa do que a paga pelos lusos – os primeiros pagariam

⁶⁴ No ano de 2009, toda a coleção foi doada pela instituição à Biblioteca Pública do Paraná, sendo que apenas alguns volumes especiais, como coleções sobre Portugal e o próprio Album da Colônia Portuguesa permaneceram na sede da SPBPD.

jóia no valor de 10 mil réis e mensalidade de 3 mil réis, enquanto os portugueses pagariam 30 mil réis de jóia e 4 mil réis de mensalidades, possivelmente numa tentativa de atrair maior número de associados, num período em que a imigração portuguesa para o Brasil começava a entrar em declínio (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL: mar/1923).

O regulamento da nova sociedade fundada era claro a respeito de quem deveria se beneficiar do adjetivo *beneficente* que permaneceu em seu nome: apenas os sócios ativos, ou seja, os portugueses. Aos demais era aberta participação nos eventos, a utilização de seu espaço e mesmo tomar parte na administração da mesma, no entanto, não receberiam nenhum tipo de doação por parte da sociedade (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL: mar/1923). Essa atitude pode demonstrar uma certa predominância dos membros da antiga SPBPD sobre os das demais associações, uma vez que nenhuma das outras duas atuava na prática da beneficência e a restrição já existente na primeira sobre o auxílio para não-portugueses se manteve, a despeito de sua associação não poder mais ser evitada. É um novo momento na história associativa portuguesa que se inicia no Brasil, no qual os descendentes dos fundadores e a rede social formada ao seu redor passaram a atuar conjuntamente na defesa de seus interesses e também a desejar desfrutar do prestígio e poder simbólico do qual gozaram seus antepassados por sua filiação e esse tipo de entidade.

Além da manutenção da doação, também no novo estatuto estava prevista a manutenção do auxílio em casos de prisão “infamante⁶⁵”, adjetivo não presente no estatuto anterior, concessão de benefícios financeiros para despesas referentes a funerais e pensões para viúvas, bem como a encomenda de missas para os associados falecidos. Também se mantinha o dever de auxiliar os imigrantes recém-chegados a encontrar trabalho e fonte de renda. A manutenção de praticamente todos os pressupostos dos estatutos anteriores demonstra que, apesar das evidentes transformações pelas quais a sociedade curitibana havia passado desde a fundação da Sociedade

⁶⁵ Segundo Fonseca, o conceito de infamante, em geral, não é explicado nos documentos das associações, mas segundo o contexto é possível cogitar que se tratavam de crimes contra a honra, como sedução e estupro, assassinato fora dos casos de legítima defesa, crimes contra o patrimônio e envolvimento em corrupção. (FONSECA, 2008:125)

Beneficente Portuguesa, há mais de 50 anos, essa ainda se mantinha numa postura de protetora e moralizadora em relação aos compatriotas que decidissem residir em Curitiba. Para além da manutenção de uma forma de pensamento desses imigrantes, essa postura demonstra que os problemas pelos quais seus antecessores haviam passado continuavam existindo na cidade, como a ausência do setor público nas áreas de saúde e amparo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a presente pesquisa sobre o fracasso do projeto de construção de um Hospital Português de Beneficência em Curitiba, uma importante evidência se colocou acerca desse tipo de instituição – sua inserção na tradição portuguesa políticas de promoção de amparo à saúde. Retomando a trajetória dessa prática cultural, foi possível constatar que conceito de caridade foi a pedra angular que guiou a criação dessas instituições. Ao longo do tempo o conceito de misericórdia foi agregado a ela. Esse termo foi apropriado pela administração portuguesa do século XV para denominar um tipo de associação criada para atender a demandas que atualmente são creditadas ao poder público, como a assistência aos encarcerados ou aos doentes. Durante a realização do trabalho foi possível perceber que o conceito de caridade possui uma grande permanência, pois já existia referência a ele na Grécia Antiga. Esse conceito atravessou toda a Idade Média e se manteve como norte para várias instituições fundadas no Brasil nos séculos XIX e XX.

A criação dessas instituições nas colônias portuguesas, no entanto, guardará em si não apenas a lógica do amparo, mas também o mecanismo da diferenciação social, já que era necessário ser possuidor de certas qualidades para ser aceito como um irmão de misericórdia. Dessa forma, essas instituições adquiriam uma conotação política, uma vez que pertencer a uma delas era uma forma de ter seu *status* social reconhecido.

Após a independência do Brasil, além de promover o amparo à saúde, as instituições portuguesas passaram a atuar também como guardiãs de sua cultura. Nesse momento, surgiram no país as Sociedades Portuguesas. É possível filiar sua criação à tradição das misericórdias por sua vinculação em relação aos propósitos muito semelhantes – amparo aos doentes e presos – e também devido à semelhança entre os compromissos das misericórdias e os estatutos elaborados pelas sociedades portuguesas. Além disso, o projeto de construção e manutenção de hospitais era uma característica das

Misericórdias, que foi transposta para as colônias e perpetuada pelas Sociedades Portuguesas após a independência. Em muitos casos, os hospitais criados por essas Sociedades mantiveram a denominação tradicional de Santa Casa. Em outros passaram a ser denominados Hospitais de Beneficência.

Mais do que manter a tradição de amparo à saúde das Misericórdias, é possível afirmar que as Sociedades formadas no Brasil independente buscavam salvaguardar o passado de descobridores e colonizadores das terras brasileiras. Para isso, além de ter como um de seus principais objetivos a promoção da coesão do grupo, também buscavam criar meios de manter vivas entre eles as memórias de um passado glorioso. A principal estratégia utilizada para tal foi a criação dos Gabinetes de Leitura, no qual eram disponibilizadas obras clássicas da literatura portuguesa, jornais e periódicos portugueses, além de muitas obras acerca da História de Portugal.

A Sociedade Portuguesa criada em Curitiba buscou reproduzir essas duas características das Sociedades portuguesas já existentes em outros estados do Brasil: a construção de um hospital e a criação de um Gabinete de Leitura. Creio que, embora nenhum dos dois tenha prosperado da forma como esses imigrantes desejavam a princípio, não se pode afirmar que foram projetos totalmente fracassados. O Gabinete de Leitura chegou a existir, ainda que de forma improvisada, por vários anos. Nomearam até mesmo um bibliotecário para garantir que ele funcionasse de forma adequada. Embora o projeto tenha perdido força, é possível afirmar que ele teve momentos de renascimento em décadas posteriores.⁶⁶

Em relação à criação do hospital, não se não houve um edifício por eles contruído para esse fim, também não se pode afirmar que os portugueses pobres que buscaram auxílio junto a essa elite imigrante ficaram sem cuidados médicos. Isso ocorreu graças a uma associação entre o grupo português e a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

⁶⁶ Essa afirmação é possível, pois até 2009 a SPBPD mantinha em sede todos livros provenientes dessas iniciativas de criação de um Gabinete de Leitura. A análise desse acervo revelou que existiam livros doados nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX, em quantidade considerável. Além disso, existiam indicações nas obras de sua classificação de acordo com critérios biblioteconômicos, com o objetivo de organizá-las em uma biblioteca.

A atuação desses imigrantes na Santa Casa inseria-se em um círculo no qual a caridade e a obtenção de poder simbólico estavam intimamente relacionados. Ao mesmo tempo em que garantiam atendimento aos imigrantes mais pobres, destacavam-se como benfeitores que mereciam reconhecimento por seus atos. Diante dessa lógica, é possível questionar se o termo beneficente era de fato o mais adequado para traduzir as ações empreendidas pelos portugueses vinculados à SPBPD. Talvez o termo filantropia se mostrasse mais adequado, por conter em si a idéia de ação desenvolvida em prol de outrem, de forma não-anônima e cujo resultado, em última instância, acabava sendo benéfico não apenas para o grupo que a empreendeu, mas para a sociedade como um todo. A manutenção da Santa Casa, ao fim e ao cabo, acabava por beneficiar um grupo mais abrangente do que o português.

Essa acomodação do grupo em relação à Santa Casa poderia explicar, em parte, o motivo pelo qual o projeto de um hospital português não chegou a ser concretizado. No entanto, em todo o período contemplado nesse trabalho, a realização desse projeto não foi abandonado pela SPBPD. Sendo assim, é possível cogitar que existiram ainda outros motivos que, aliados a esse, acabaram por impedindo o desenvolvimento desse projeto.

No terceiro capítulo deste trabalho, ao analisarmos o conteúdo referente ao Paraná no Album da Colonia Portuguesa no Brasil já encontramos algumas indicações sobre os possíveis empecilhos que o grupo enfrentou para a efetivação desse projeto. De acordo com as palavras de Annibal Pires, membro da SPBPD, a construção de um hospital em Curitiba não teria se efetivado devido à falta de coesão do grupo português na cidade e ao seu pequeno patrimônio. A hipótese levantada a partir dessa pesquisa é a de que o problema principal que impossibilitou a construção do Hospital de Beneficência Português em Curitiba está relacionado principalmente à falta de coesão entre a elite imigrantes portuguesa desse local. O pequeno patrimônio possuído por eles, certamente, atrapalhou a conclusão de seus projetos, mas até mesmo esse problema parece ser consequência da falta de coesão do grupo.

Fundamentam essa afirmação dois fatores em especial – as inúmeras discordâncias narradas ao longo da análise da trajetória da SPBPD e os

expressivos valores doados por esses imigrantes à Santa Casa. Possivelmente, se todo dinheiro doado pelos portugueses para a caridade, tanto na Santa Casa, quanto para outros projetos, fosse concentrado em prol da construção do hospital, ele poderia ter sido edificado, ainda que não com toda a pompa que pretendiam.

A questão do terreno doado pela baronesa do Serro Azul para a construção do Hospital ganha destaque também dentro dessa hipótese. Conforme analisado anteriormente, havia uma grande preocupação por parte dos portugueses integrantes da SPBPD no que diz respeito à sua sede social. Por vários anos mudaram de endereço constantemente, o que acabava por ter um efeito negativo sobre os associados que reclamavam de tantas alterações. Em 1924 esse terreno foi vendido e, com o capital disponibilizado, a Sociedade adquiriu uma propriedade para a construção de sua sede social. Nesse espaço foi aos poucos sendo construído um amplo imóvel de dois andares, abrangendo o espaço de dois terrenos no centro da cidade de Curitiba⁶⁷.

Os motivos que levaram os portugueses a depois de 22 anos da doação do terreno e do projeto de utilizá-lo para a construção de um hospital ser reafirmado apenas um ano antes, em 1923, no seu estatuto e, finalmente, desviá-lo de seu uso original, podem apenas ser cogitados. No entanto, uma afirmação pode ser feita sobre esse episódio. Ele demonstra que, no momento em que isso ocorre, a representação desse grupo havia ganhado mais importância e urgência em sua trajetória do que a construção de um hospital para atender aos compatriotas necessitados. Fazer-se bem representar, da mesma forma que desejaram fazer na ocasião dos festejos dos 400 anos da conquista do Brasil, era uma necessidade que acabou colocando-se como prioridade para o grupo.

⁶⁷ Esse espaço ainda abriga a sede da Sociedade Portuguesa em Curitiba. Ele faz frente para duas ruas. O primeiro andar foi transformado em salas comerciais, alugadas, em sua maioria, para lojas de vestuário. O segundo andar abriga dois salões principais. Um deles possui um palco e é onde normalmente realizam as cerimônias públicas, como a comemoração de Primeiro de Dezembro. O outro salão normalmente é utilizado pelos membros da Sociedade para reuniões recreativas, nas quais, dentre outras atividades, jogam cartas regularmente. Ainda existe, nesse espaço, a secretaria, local no qual está armazenado toda a documentação histórica da instituição, em excelente estado de conservação.

É importante lembrar que, ao final da década de 1920, a corrente imigratória dos portugueses para o Brasil perdeu força e o número de novos indivíduos que chegavam e precisavam instalar-se foi se tornando cada vez menor. Também é do final dessa década o que poderíamos entender como a consolidação da Santa Casa, já que ela foi ampliada, tornando sua capacidade de atendimento mais adequada a população de Curitiba do que era no início do século. Isso poderia significar uma minimização na ausência do poder público no que diz respeito à promoção da saúde. De qualquer forma, o fato é que, a partir da transformação da SPBPD em associação recreativa, em 1923, o projeto de construção do hospital foi implementado em detrimento daquele que propunha a construção do hospital.

Em segundo lugar, cabe-nos perguntar quais eram, afinal de contas, os motivos pelos quais havia, segundo os termos de Pires, essa desunião no interior do grupo português de Curitiba. Esse questionamento, no entanto não tem fácil resposta.

Analisando as fontes produzidas pela SPBPD é possível constatar que existiam vários pontos de discordância entre eles. O que os motivava, no entanto, nunca foi claramente registrado em sua documentação. Cabe-nos, portanto, aventar algumas hipóteses para a motivação desses conflitos, com bases nas poucas pistas fornecidas pela documentação.

A princípio podemos dizer que, no que diz respeito à SPBPD, havia pelo menos dois grupos em seu interior – utilizando termos apresentados por eles próprios, podem ser denominados como “antigos” e “novos”. Quando houve a reestruturação em 1898, alguns dos fundadores permaneceram na SPBPD, como foi o caso de José Fernandes Loureiro. Antonio de Souza Mello colocou-se contra a eleição de Fernandes Loureiro, segundo suas justificativas, por ser ele um membro “antigo”. A oposição a esse grupo antigo poderia se dar em decorrência da morosidade frequentemente citada na documentação no que diz respeito aos primeiros vinte anos de funcionamento da SPBPD. Essa falta de ação teria impedido seu desenvolvimento, ou, em outros termos, teria sido um impedimento de angariarem mais capital e realizarem ações de visibilidade, como a construção do hospital, que acabaria revertendo em visibilidade para o

grupo e em notoriedade para seus integrantes, ou, como coloca Bourdieu, como poder simbólico.

Certamente o líder de um grupo tende a ser tomado como seu representante, o que lhe impõe, ao mesmo tempo, uma grande responsabilidade, mas também o reconhecimento de seu esforço individual em prol de um grupo, o que acaba rendendo a esse indivíduo benefícios, que se não forem de ordem política ou econômica o serão, em última instância, revertidos em prestígio social.

Assim, além de ter existido uma discordância quanto a forma de administrar a SPBPD, é possível cogitar que tenha havido também uma concorrência no que diz respeito ao seu cargo mais importante, o de presidente. Nesse caso, é possível afirmar que, quando Antonio de Souza Mello se coloca contra a eleição de José Fernandes Loureiro, o faz por interesses de caráter pessoal: de ocupar aquele cargo de prestígio. Essa hipótese pode ser reforçada levando-se em consideração que ambos ocuparam os mesmos cargos, tanto na SPBPD, quanto na Santa Casa de Misericórdia, em diferentes momentos. Ocupariam, portanto, um mesmo nicho social, porém, como tinham opiniões diversas, havia um conflito inevitável dentre eles, ao invés de uma mobilização no sentido de empreender ações em conjunto para benefício de um grupo maior. Os dois possuíam uma base de apoio, partidários de sua forma de pensar, como podemos perceber pela adesão de outros associados da SPBPD à reclamação feita por Antonio Mello de Souza, no que diz respeito à eleição de 1898. Dessa forma, se cada grupo apoiasse a SPBPD apenas quando um de seus representantes estivesse na presidência, isso explicaria em parte a desunião a que Pires faz referência, mas também o porquê da SPBPD enfrentar tanta dificuldade para obter um patrimônio significativo.

Além da divergência de opiniões no que diz respeito à forma como a SPBPD era conduzida, outra hipótese que pode ser levantada para explicar a falta de unidade desse grupo (que não exclui, no entanto, a primeira) pode estar relacionada à divergências políticas entre eles.

Relembrando o episódio da invasão da Sociedade em 1902, quando seus móveis e utensílios foram destruídos e os nomes de associados foram pichados na parede, é possível visualizar nuances políticas na agressão. Embora a investigação policial feita no período tenha apontado como motivação para a agressão contra a SPBPD conflitos de ordem religiosa, já que empreendida por anticlericais contra esse grupo marcadamente católico, é possível cogitar que esse acontecimento, na verdade, ocorreu por motivação política.

Ao longo de todo esse trabalho analisamos a trajetória da SPBPD por ter sido essa a primeira associação portuguesa criada em Curitiba. No entanto, por volta de 1913 começaram a aparecer em seus registros menções a respeito de outras associações portuguesas fundadas na cidade, o Centro Republicano Miguel Bombarda, fundado em 1913 e o Grêmio Luis de Camões, de 1917. Apesar de não encontrarmos na documentação da SPBPD nenhuma menção de conflito em relação a essas duas associações, é possível cogitar que pelo menos a primeira, o Centro Republicano Miguel Bombarda, fosse uma dissidência da Sociedade Beneficente.

Além de se autodenominar republicana, ainda é possível cogitar que, possivelmente, possuía um posicionamento radical. O levantamento dessa hipótese se deve ao nome do patrono que escolheram para intitulá-la, Miguel Bombarda, apesar de ter nascido no Rio de Janeiro, foi um dos líderes do movimento republicano em Portugal. Era liberal radical e ferrenho anticlerical. Assim, é possível deduzir que o Centro Republicano Miguel Bombarda era uma associação de norte político, liberal, republicano e anticlerical.

A recusa da SPBPD em assumir algum posicionamento político pode ter levado seus membros mais radicais, de orientação republicana, a desligarem-se dela, ou ainda a manter paralelamente atuação em ambas as instituições, o que poderia gerar mais conflitos em seu interior. Também é possível cogitar que a neutralidade da SPBPD era apenas aparente e que, de fato, havia grande número de partidários do monarquismo em seu interior. Dessa forma, é possível pensar que o ataque à sede da SPBPD na verdade não havia sido motivado por um grupo incógnito de orientação anticlerical. Talvez tenha sido

empreendido por portugueses e a motivação final fosse de caráter político, um ataque liberal contra conservadores, republicanos contra monarquistas.

Assim, concluo esse trabalho acreditando ter trazido à luz os motivos pelos quais o projeto de construção de um hospital português não se efetivou em Curitiba. Acredito que por meio desse trabalho foi possível perceber que a colônia portuguesa de Curitiba, no final do século XIX e início do século XX ainda buscava resguardar muitas de suas tradições, dentre as quais a criação de instituições relacionadas à promoção da saúde ganhava destaque. No entanto, suas contingências mais urgentes, relacionadas representação do grupo na sua sociedade de acolhimento acabaram sendo priorizadas. Esse fator, aliado a divergências de opinião sobre a forma como deveriam representar-se e discordâncias políticas acabaram por fomentar a criação de subgrupos, o que dificultou a articulação em torno de um objetivo que requeria união e estabilidade para ser concretizado.

Certamente ainda existem muitas questões referentes a esse tema e que merecem ser aprofundadas, como a fundação e manutenção de outras associações portuguesas na cidade. De qualquer forma espero ter contribuído para ampliar o conhecimento a respeito desse grupo sobre o qual o professor Ernesto de Souza Campos afirma ter deixado no Brasil sementes de seu sistema de saúde, que nasceram e tornaram-se frondosos carvalhos e jequitibás. Espero também ter conseguido demonstrar que, como disse Annibal Pires no Album de 1929, a despeito desse grupo não ter erigido na cidade “hospitais ou edifícios de caridade ou instrutivos puramente portugueses”, é possível observar “inúmeros vestígios que assinalam o esforço lusitano” em promover a saúde na cidade de Curitiba.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Laurinda. A especificidade do sistema de assistência público português: linhas estruturantes. **Arquipélago-História**, Açores, v. 6, p. 417- 434, 2002. Disponível em: http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/378/1/Laurinda_Abreu_p417-434.pdf. Acesso em: 29/12/2009.
- ABREU, Laurinda. The role of overseas Misericórdias in the formation of the Portuguese Empire. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 8, n.3, p. 591-611, Set/Dez 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000400005. Acesso em: 12/08/2009.
- ABREU, Laurinda. Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX). **Dynamis**. Granada, v. 20, p. 395-415, 2000. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Dynamis/article/viewFile/86639/111653>. Acesso em: 29/12/2009.
- ALVES, Elaine; TUBINO, Paulo. **Medicina na Idade Média**. 2008. Disponível em: http://vsites.unb.br/fm/hismed/arquivos/medicina_na_idade_media.pdf. Consultado em 02/10/2010.
- ARROTÉIA, J. Carvalho. Emigrantes e irmandades de origem portuguesa no Brasil: as Santas Casas de Misericórdia. In: SOUZA, F. de; MATOS, I. de L.; MATOS, I. (Coord.). **Nas duas margens**. Os portugueses no Brasil. Porto: Afrontamento, 2009. p. 41-49.
- ASSIS, Olney Queiroz. Justiça como ato de amor (*caritas*) no Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. **Complexo Jurídico Damásio de Jesus**. São Paulo, out/2005. Disponível em: www.damasio.com.br. Consultado em 01/10/2010.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado Bacellar. Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência. **Revista Oceanos**. Lisboa. n.44, p.22 - 36, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/>. Acesso em 20/02/2008.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- BALHANA, Altiva Pilatti.; MACHADO, Brasil. Pinheiro.; WESTPHALEN, Cecília. Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Grafipar, 1969.

BASSANEZI, Maria Silvia C. B. **Imigração e Oportunidades de Trabalho no Período**

Cafeeiro. In: II Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 1991. Disponível em:
http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_21.pdf

Consultado em: 01/12/2010

BASTOS, Sênia . Negociantes e caixeiros na cidade de São Paulo em meados do século 19.
 In: MATOS, M.L.; SOUSA, F.; HECKER, A. (Org.). **Deslocamentos & histórias: os portugueses**. Bauru, SP: EDUSC, 2008, v. , p. 131-141

BASTOS. Tatiana Quintela de Azevedo. **Gabinete Português de Leitura: construção de uma identidade portuguesa (1837-1893)**. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=106938. Acesso em: 21/04/2009.

BERBERI, Elizabete. **Impressões**. Curitiba: Aos Quatro Ventos: 1998.

BICALHO, Maria. Fernanda Baptista. As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império. In: João Fragoso; Maria Fernanda Baptista Bicalho; Maria de Fátima Silva Gouvêa. (Org.). **O Antigo Regime nos Trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa. Séc XVI-XVIII. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189-221.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. **Riachuelo e Generoso Marques**. v. 23. n. 110. mar. 1996.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. **Rua XV e o comércio no início do século**. Curitiba. v. 23. n. 113. nov. 1996.

BOSCHILIA, R. A Sociedade Portuguesa em Curitiba: um projeto identitário (1878-1900) In: MATOS, M. I.; SOUZA, F. de; HECKER, A. (Orgs). **Deslocamentos e Histórias: os portugueses**. Bauru: Edusc, 2008. p 339 –355.

BOSCHILIA, R. T. ; FIAMONCINI, C. ; PASSOS, Giseli . A presença portuguesa no Paraná: trabalho, integração e sociabilidade. In: SARGES, M. N.; SOUZA, F.; Matos, M. I.; Vieira Jr, A. O.; CANCELA, C. D.. (Org.). **Entre Mares - O Brasil dos portugueses**. Belém: Paka-Tatu, 2010, v. 1, p. 223-230.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português**: 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAMPOS, Ernesto de Souza. **Influência de Portugal no sistema hospitalar brasileiro**. São Paulo, 1958.

CHAVES, Larissa Patron. **“Honremos a pátria senhores!”** As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elite na província de São Pedro do Rio Grande (1854 – 1910). 338 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio dos Sinos, 2007. Disponível em: www.ufpel.tche.br/cic/2007/cd/pdf/LA/LA_00619.pdf. Acesso em: 01/05/2009.

COSTA, Paulo Segundo. **Ações sociais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia**. Salvador: Contexto e Arte, 2001.

DE BONI, Maria Ignes. **O espetáculo visto do alto**: vigilância e punição em Curitiba 1890-1920. Curitiba: Aos Quatro Ventos: 1998.

DIMENSTEIN, Magda . Reorientação da Atenção em Saúde Mental: Sobre a Qualidade e Humanização da Assistência. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, v.24, n.4, p.112-117, Ou.- Dez/2004. Disponível em: http://www.polemica.uerj.br/pol17/oficinas/lipis_2.htm. Acesso em: 02/10/2010.

ELIAS, Norbert e SCOTSON J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FERREIRA, Marie-jo. **Os Portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX - início do século XX.** Palestra proferida no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2007. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas_no_arquivo/2007/palestra_MarieJoFerreira.pdf. Consultado em: 15/01/2010

FIAMONCINI, Celina. **Imigração Cultura e Identidade:** Portugueses e o comércio em Curitiba no final do século XIX. Monografia. 82 f. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História) - Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

FLORENTINO, Manolo.; MACHADO, Cacilda. Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX). **Portuguese Studies Review.** Trent - Canadá, v. 10, n. 1, p. 58-84. 2002.

FONSECA, Jealva A. L. Patrimônio Imobiliário Urbano da Santa Casa de Misericórdia da Bahia nos Séculos XVIII-XX. **Cadernos PPG-AU/UFBA.** Salvador. v. 3, n. 1, p 55-68, 2004. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php>. Acesso em: 27/01/2010

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **No gozo dos direitos civis:** associativismo no Rio de Janeiro, 1903 – 1916. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. Associações Portuguesas no Rio de Janeiro: Aspectos Sociais e Financeiros em 1912. In: SOUZA, F. de; MATOS, I. de L.; MATOS, I. (Coord.). **Nas duas margens.** Os portugueses no Brasil. Porto: Afrontamento, 2009. p. 249-268.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. Imigração: identidade e integração, 1903 – 1916. In: MATOS, M. I.; SOUZA, F. de; HECKER, A. (Orgs). **Deslocamentos e Histórias:** os portugueses. Bauru: Edusc, 2008. p. 357-370.

GRAMARY, Adrian. Miguel Bombarda: O médico, o político e a sua época. **Revista Saúde Mental.** Porto. n. 6 v. 9 Nov/Dez. 2007. Disponível em: http://www.saude-mental.net/pdf/vol9_rev6_leituras2.pdf Acesso em 21/01/2010
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta-Cabeça:** Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

HOERNER JR, Valério. **Santa Casa**. Curitiba: Champagnat, 2002.

IOTTI, Luiza Horn. A Política Imigratória Brasileira e Sua Legislação - 1822-1914. In: X Encontro Estadual de História O Brasil no Sul: Cruzando Fronteiras entre o Regional e o Nacional. 2010. Disponível em: www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/.../1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf Consultado em: 02/12/2010.

JESUS, Ronaldo Pereira de. Mutualismo e Desenvolvimento Economico no Brasil do século XIX. **Revista Oidles**. Málaga. v. 1, n 1, se/ 2007. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/oidles/01/Pereira.htm> Acesso em: 10/12/2010.

KARVAT, Erivan Cassiano. **A Sociedade do Trabalho**. Curitiba: Aos Quatro Ventos: 1998.

KARWOSKI, Acir Mário. Usos da Língua entre Descendentes de Imigrantes Poloneses no Sul do Estado do Paraná. In: Anais do 5º Encontro do Celsul, Curitiba, 2003.

KLEIN, Herbert. S. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 6, n. P. 2, p. 235-265, jul/dez 1988. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223290545Z8cUY2rh7Lu99TE5.pdf> Consultado em: 01/05/2008

KLEIN, Herbert. S. **A imigração espanhola no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré/Fapesp, 1994.

LAMB, Roberto Edgar. **Uma Jornada Civilizadora: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública Na Província do Paraná – 1867 a 1882**. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) , Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

LAMB, Roberto Edgar. Semeadores Dissonantes: Imigrantes e Policiais na Província do Paraná - Século XIX. **Revista De História Regional**. Ponta Grossa. v.1, n. 1. 1996. p. 87-110. Disponível em: www.revistas.uepg.br › Capa › Vol. 1, No 1 (1996) › Acesso em: 20/12/2010

LIMA, Maria Helena Beozzo. **A Missão Herdada**: um Estudo sobre a Inserção do Imigrante Português. 299f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ, Rio de Janeiro 1973.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Migração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

MAGALHÃES, Marionilde Brephol de. **Paraná**: política e governo. Curitiba: Editora UFPR, 2001.

MALUF, Emir Couto Manjud. A coerência entre o sentido cristão de justiça e o proposto por Agostinho de Hippona. **Jus Navigandi**, Teresina, n. 1597, 15 nov. 2007. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/10651>>. Acesso em: 01/10/2010

MARTINS, Ismênia de Lima. Imigração, Inserção Social e Urbanização: Um Estudo de Caso: O Hospital Santa Cruz da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói. In: SARGES, M. N.; SOUZA, F.; Matos, M. I.; Vieira Jr, A. O.; CANCELA, C. D.. (Org.). **Entre Mares** - O Brasil dos portugueses. Belém: Paka-Tatu, 2010, v. 1, p. 223-230.

MENDES, José Sacchetta Ramos. Lei e Etnicidade no Brasil: Entre a lusofobia e o favorecimento jurídico dos Portugueses. **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo, v.61, n.2 2009, p. 56 – 59. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v61n2/a22v61n2.pdf>
Consultado em: 25/01/2011

MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599? – 1884)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

NADALIN, Sérgio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. **Revista Topoi. Rio de Janeiro** v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, p. 222-275. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a2.pdf Consultado em: 13/12/2009

NADALIN, Sérgio Odilon. **A Demografia Numa Perspectiva Histórica**. São Paulo: ABEP, 1994. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/textosdidaticos/tdv02.pdf
Consultado em: 20/12/2010.

NADALIN, Sérgio Odilon. O. Paraná: **ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: Editora UFPR, 2001.

PASSOS, Giseli Cristina dos. **A presença dos imigrantes portugueses no Paraná na segunda metade do século XIX**. 63 pp. Monografia (Bacharel em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

PASTRE, Marcelo. **O Lazer na Formação da Sociedade Curitibana e o Clube Curitibano**. In: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador Tecnologia e Civilização.2005. Ponta Grossa. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/> Consultado em: 21/12/2010.

PEREIRA, Maria. Halpern. **A política portuguesa de emigração (1850 – 1930)**. Bauru: Edusc, 2002.

PIZANI, Maria Angelica Pinto Nunes. **O Cuidar na Atuação das Irmãs de São José de Moutiers na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1896-1937)**. 226 f. Tese (Doutorado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção** : identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

RIBEIRO, Gladys Sabina **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

RIBEIRO, Gladys Sabina. O Tratado de 1825 e a construção de uma determinada identidade nacional: os sequestros de bens e a Comissão Mista Brasil-Portugal. In: Org. CARVALHO, José Murilo de. **Nação e Cidadania no Império**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2007.

RUSSEL-WOOD. A. J. R. **Fidalgos e filantropos**: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SANTOS, João Marinho dos. A expansão pela espada e pela cruz. In: NOVAES, A. (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. Rio de Janeiro: Minc – Funarte; São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 145-162.

SÁ, Isabel dos Guimarães. As Misericórdias nas sociedades portuguesas do período moderno. **Cadernos do Noroeste**, Minho, v. 15, p. 337-358, 2001. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3352/1/miseric%C3%B3rdias.pdf>. Acesso em: 29/12/2009.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. Disponível em: repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4311. Acesso em: 29/12/2009.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e Assistencialismo no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.10, n.3, p. 1095-1098. Set/Dez 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702003000300017&script=sci_arttext. Acesso em: 01/11/2010.

SANGLARD, Gisele. A Construção dos Espaços entre a Caridade e a Medicalização. **Esboços**. Florianópolis. v. 13, n.16. 2006. Disponível em: <http://www.journal.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewFile/119/166>. Consultado em: 01/11/2010.

SANGLARD, Gisele. **A Construção dos Espaços de Cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização**. 261 f. Dissertação (Doutorado em História das Ciências da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2005.

SCARPIM, Fábio Augusto. **Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo – PR, 1878-1937)**. 244 f. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010

SCOTT, Ana Silvia Volppi. **As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil**. In: Congresso de Historia Económica de Zaragoza, 2001, Zaragoza. Disponível em: <http://www.unizar.es/eueez/cahe/volpiscott.pdf>. Acesso em 14/10/2007.

SILVA, Geovana. Assistência e Poder: os provedores da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. **Revista Em Debate**. Rio de Janeiro, n. 8. Out/2009. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/rev_emdebate.php?strSecao=input0 Acesso em: 02/12/2010

SILVA, Márcia Regina Barros da. Santa Casa de Misericórdia de São Paulo: Saúde e Assistência se tornam públicas (1875-1910). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44: p.395-420, jul/dez 2010 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752010000200004&script=sci_arttext Acesso em: 18/02/2010

SOUZA, Ivo Carneiro de. O comprimido Primitivo das Misericórdias Portuguesas (1498 – 1500). **Revista da Faculdade de Letras** – série História. Porto. v. 8, 1996. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2164.pdf> Acesso em 03/04/2009

SOUZA, Ivo Carneiro de. **A rainha D. Leonor (1458 – 1525):** poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento. Fundação Calouste Gulbenkian Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

SOUZA, Ivo Carneiro de. As Misericórdias de Lisboa a Manila: Muito Poder e Alguma Caridade. **Revista Campus Social**, Lisboa, n.2, p. 114-121. 2005. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/campussocial/article/view/211> Acesso em: 17/03/2009

SOUZA, Roberto Ribeiro de. Imigração Portuguesa, Identidade e Representação geográfica: o lugar da casa regional no movimento associativo luso-brasileiro. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, n. 22, p. 54-66, Jan/Dez/ 2007. Disponível em: http://www.nepec.com.br/ribeirosouza_Espaco_e_cultura22.pdf Acesso em: 12/07/2009

TEIXEIRA, Nelson. Filantropia. In: **A Tribuna**. p. A13. 18/12/2007

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência:** a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922). 257 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=27983. Acesso em: 21/01/2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum:** estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. II: A Maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro., e ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2001.

VALENTINI JR, W. A. H. e VICENTE, C. M. A reabilitação psicossocial em Campinas. In Pitta, A. (Org.). **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 48-54.

VECHIA , Ariclê. Forjando Identidades: A Educação dos Imigrantes "Italianos" em Curitiba no Século XIX. In: II Congresso Brasileiro de História e Educação, Natal, 2002.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, nº 58, p. 291-315. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n58/a03v2958.pdf> Acesso: 13/08/2009

WALBER, Vera Beatris; SILVA, Rosane Neves da. As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão. **Estudos de Psicologia**. Campinas. v.23, n. 1, Jan – Mar/2006. p.29-37. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/epc/v23n1/v23n1a04.pdf> Consultado em 03/10/2010.

WEBER, Max. **Sociologia das religiões**. Relógio D'Água, 2006.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. **Mana**. Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 521-547, Out/2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132007000200009 Consultado em 05/07/2009.

FONTES

ALBUM DA COLONIA PORTUGUESA NO BRASIL: Os portugueses no comércio, na indústria, nas ciências, nas letras, e nas artes tem nesta obra o elogio documentado de seu real valor. 1929.

MISERICÓRDIA DE LISBOA. **Compromisso da Misericórdia de Lisboa**. 1516. Disponível em: <http://purl.pt/13349/1/>. Consultado em 10/11/2009.

SOCIEDADE BENEFICENTE PORTUGUESA PRIMEIRO DE DEZEMBRO. **Livro de Associados**. Curitiba, 1878-1898. Secretária da Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro.

SOCIEDADE BENEFICENTE PORTUGUESA PRIMEIRO DE DEZEMBRO. **Estatuto Primário**. Curitiba, 1878. Secretária da Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro

SOCIEDADE BENEFICENTE PORTUGUESA PRIMEIRO DE DEZEMBRO. **Livro de Atas Assembléia Geral**. Curitiba, 1898-1922. Secretária da Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro.

SOCIEDADE BENEFICENTE PORTUGUESA PRIMEIRO DE DEZEMBRO. **Livro de Atas Assembléia Geral**. Curitiba, 1923-1931. Secretária da Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro.

SOCIEDADE BENEFICENTE PORTUGUESA PRIMEIRO DE DEZEMBRO. **Livro de Atas Diretoria**. Curitiba, 1899-1917. Secretária da Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro.

SOCIEDADE BENEFICENTE PORTUGUESA PRIMEIRO DE DEZEMBRO. **Livro de Atas Diretoria**. Curitiba, 1917-1923. Secretária da Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro.

SOCIEDADE BENEFICENTE PORTUGUESA PRIMEIRO DE DEZEMBRO. **Livro de Atas Diretoria**. Curitiba, 1923-1931. Secretária da Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro.

SOCIEDADE BENEFICENTE PORTUGUESA PRIMEIRO DE DEZEMBRO. **Livro Copiador de Correspondências**. Curitiba, 1898-1918. Secretária da Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro.